



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

IVELINE DE SOUZA LIMA

A POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM
ELETROELETRÔNICA NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA-CE: OS (DES)CAMINHOS E
DESAFIOS DESSE PROCESSO

FORTALEZA – CEARÁ

2017

IVELINE DE SOUZA LIMA

A POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM
ELETROELETRÔNICA NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA-CE: OS (DES)CAMINHOS E
DESAFIOS DESSE PROCESSO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento em Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

FORTALEZA - CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Iveline de Souza.

A política de implementação do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica no IFCE Campus Caucaia-CE: os (des)caminhos e desafios desse processo [recurso eletrônico] / Iveline de Souza Lima. - 2017.
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 169 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Políticas Públicas.
Orientação: Prof.^a Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

1. Políticas públicas. 2. Educação profissional. 3. Trabalho. 4. Currículo. 5. Integração. I. Título.

IVELINE DE SOUZA LIMA

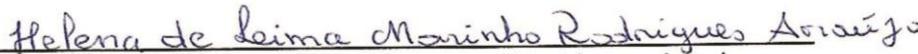
A POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM
ELETROELETRÔNICA NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA-CE: OS (DES)CAMINHOS E
DESAFIOS DESSE PROCESSO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 18 de agosto e 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª. Dr^ª. Francisca Rejane Bezerra Andrade - Orientadora
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof^ª. Dr^ª. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof^ª. Dr^ª. Francione Charapa Alves
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

À pequena Ana Catarina que a seu modo me ajudou a concluir essa etapa e ao meu bem-amado marido Arildo, minha família, meus amores.

À minha mãe Irene, e sua fé inabalável que proporcionou milagres na minha vida e a meu pai Fernando.

À mãe Sirlene, tia Célia, Badinha que sempre desejam minha felicidade.

Às outras mulheres da minha vida que habitam minha memória: vó Queridinha, vó Pretinha, vovó Francly e Sandra.

Ao amigo em Cristo Padre Hermano, sempre presente com sua palavra de fé e coragem e agora descança em Deus.

Às amigas de trabalho Edilene e Marcília, pela ajuda e compreensão.

À gestão e aos professores da Escola Municipal Francisco Domingos da Silva, pela compreensão e apoio.

À querida Deró, que cuidou com carinho de Ana Catarina durante esse difícil período de escrita da dissertação.

Aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica ao longo do mestrado, em especial profa. Rejane, orientadora e mestra.

À turma 13 desse mestrado.

Às professoras Francione e Helena, pelas valiosas contribuições.

A todos participantes da pesquisa, pois sua participação enriqueceu o estudo.

Ao IFCE campus Caucaia.

Sobretudo, agradeço a Deus, por permitir conquistas e o encontro com as pessoas que fazem parte da minha vida e tanto me ajudaram.

RESUMO

Essa dissertação buscou investigar os desafios do processo de implementação do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica do IFCE *campus* Caucaia, buscando respostas para o problema: *Como administrar os desafios gerados pela política pública de implementação dos cursos técnicos integrados no processo de expansão do ensino profissionalizante no IFCE campus Caucaia-CE?* A pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativo-quantitativa, contempla como objetivos geral e específicos: analisar a política para a implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE *campus* Caucaia-CE no período de 2016 e 2017; caracterizar os ordenamentos jurídicos de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os efeitos provocados pelas modificações e implicações na educação profissional; descrever a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial através da educação profissional e identificar desafios e dificuldades gerados pela implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* Caucaia. Para tanto, o referencial teórico foi fundamentado, além da leitura da legislação, em autores que tratam do tema de educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho como Cunha (2000), Deluiz (1996), Feretti (1994, 2000, 2007), Frigotto (1998); Ciavatta (2012; 2015), Ramos (2012), Kuenzer (1996; 2000) e em autores que teorizam sobre currículo: Roldão (1999), Silva (2010) e Sacristán (2013). Essa literatura aproximou as teorias sobre educação integrada e trabalho das leis da educação profissional que norteiam suas políticas públicas, refletindo sobre a relação educação - trabalho à luz da reestruturação produtiva que exige cada vez mais conhecimentos e competências para “garantir a empregabilidade” e ingressar no mercado de trabalho, discurso que atende a lógica do capitalismo, responsabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso profissional. A pesquisa empírica foi realizada em maio de 2017, no IFCE *campus* Caucaia e considerou como participantes os alunos regularmente matriculados em 2016 e 2017, dos 4º e 5º semestres e professores do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica. Os servidores participantes da gestão foram: direção geral do *campus*, atual e ex-chefe de departamento de ensino, chefe do departamento de administração e planejamento, coordenação do referido curso, coordenação técnico-pedagógica e de controle acadêmico e do corpo técnico-administrativo foi composta por psicólogo, assistente social e bibliotecário. Os resultados da pesquisa indicam que a relevância da educação profissional integrada tem dupla função, pois possibilita ao jovem formação para ingressar no mercado de trabalho, sobretudo para jovens de classes sociais menos prestigiadas, ou prosseguir nos estudos, constituindo um modelo de responsabilidade social, mesmo que a permanência em tempo integral tenha sido apontada como cansativa. A importância do IFCE *campus* Caucaia é reconhecida, embora existam dificuldades, sobretudo referentes a questões de ensino-aprendizagem, financeiras, de transporte, de infraestrutura, de servidores suficientes para atender a crescente demanda dos estudantes. A análise dos resultados levou a compreender que ainda há lacunas para efetivar a integração bem como, ações de pesquisa e extensão. As principais sugestões da pesquisa foram a reorganização da matriz curricular, aumento orçamentário, de servidores, melhoria da infraestrutura, qualificação docente e de técnico-administrativo voltada para atender o público juvenil.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação profissional. Trabalho. Currículo. Integração.

ABSTRACT

This dissertation investigates the challenges of the implementation process of the Integrated Technical Course Electro-electronics the IFCE *campus* Caucaia, seeking answers to the problem: How to manage the challenges generated by the public policy implementation of integrated courses in the vocational education expansion process not IFCE Campus Caucaia-CE? A descriptive research with qualitative and quantitative, contemplative approach as a general and specific objectives: to analyze a policy for implementation of the integrated technical course in Electro-electronics in IFCE Caucaia-CE' *campus* in 2016 and 2017 period; Characterize the legal frameworks for the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology and the effects caused by changes and implications in professional education; Describer the importance of the Federal Institute of Education, Science and Technology *Campus* Caucaia as hub for the social, economic and territorial development through education and identify challenges and difficulties caused by the implementation of the integrated technical course in Electro-electronics to the Federal Institute of Education, Science and Technology - *Campus* Caucaia. (2000), Deluiz (1996), Feretti (1994, 2000, 2007), Douiz, of theoretical reference), Frigotto (1998); Ciavatta (2012, 2015), Ramos (2012), Kuenzer (1996; 2000) in authors who theorize about the curriculum: Roldão (1999), Silva (2010) and Sacristán (2013). This literature approaches as theories on education and labor laws of education that guide their public policies, reflecting on the relationship between education - work in light of the restructuring process that increasingly requires knowledge and skills to "ensure employability" and not Available Labor market, a discourse that meets the logic of capitalism, blaming the individual for his success or professional failure. The Empirical Research was conducted in may 2017, no *campus* of the IFCE, and considered as participants of students regularly enrolled in 2016 and 2017, 4th and 5th semesters and professors of the Integrated Technical Course in Electro-electronics. The interviewed servers of the management were: general direction of the *campus*, current and former head of department of education, head of the department of administration and planning, coordination of referential, technical-pedagogical coordination and of academic control and of the technical-administrative body for Compost By psychologist, social worker and librarian. The results of the research indicate that the relevance of vocational education has the function of creating programs to enter the labor market, especially for young people from less prestigious social classes, or to pursue studies, and it constitutes a model of social responsibility, even That remained full time of one pointed as tiresome. An importance of the IFCE *campus*, a teaching-learning experience, financial, transportation, infrastructure, servers sufficient to meet the growing demand of students. An analysis of the results led to an index and also to gaps to effect an integration as well as research and extension actions. As main suggestions of the research, we have a reorganization of the curricular matrix, a budget increase, of servers, of an infrastructure, of documentation and of a technical-administrative aimed at serving the youthful public.

Keywords: Public policies; Professional education; Job; Curriculum; Integration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Principais desafios e dificuldades enfrentados pelo aluno do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE campus Caucaia.....	131
Quadro 1 - Cursos técnicos ofertados pelos campi do IFCE por tipo de curso	45
Quadro 2 - Cursos superiores ofertados pelos campi do IFCE por tipo de curso.....	46
Quadro 3 - Cursos de pós-graduação ofertados pelos campi do IFCE por tipo de curso	47
Quadro 4 - Cursos técnicos integrados do IFCE	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET	Instituto Federal de Educação Tecnológica
IF	Institutos Federais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
CE	Ceará
CEFETCE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
PNE	Plano Nacional de Educação
PDF	Formato Portátil de Documento
CTP	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
CCA	Coordenadoria de Controle Acadêmico
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
ZPE	Zona de Processamento de Exportação
PIB	Produto Interno Bruto
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
FMI	Fundo Monetário Internacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CTTC	Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense
FIC	Formação Inicial e Continuada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ROD	Regulamento da Organização Didática
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
CONSUP	Conselho Superior
PUD	Programa de Unidade Didática

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	15
2.1	GERAL.....	15
2.2	ESPECÍFICOS	15
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	16
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
5	O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE CAMPUS CAUCAIA E SEUS ORDENAMENTOS JURÍDICOS: O INÍCIO DE UM PERCURSO	29
5.1	EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TRABALHO: PANORAMA GERAL DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEU ALCANCE NA ESFERA EDUCACIONAL	29
5.2	IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: RECOMEÇO DE UM NOVO PERCURSO PARA A EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	39
5.3	CRIAÇÃO DO IFCE CAMPUS CAUCAIA: NOVA TRAJETÓRIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	49
6	EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E DIFICULDADES	61
6.1	INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: SEU SIGNIFICADO E SUAS PARTICULARIDADES	61
6.2	OS PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRADA NO IFCE	75
6.3	CURRÍCULO E INTEGRAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	87
6.3.1	Currículo como o percurso para a aprendizagem	87
6.3.2	A integração no IFCE campus Caucaia: o currículo como identidade do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica	89
7	IMPLEMENTAÇÃO E CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS EM TEMPO INTEGRAL NO IFCE CAUCAIA: O DISCURSO DOS PARTICIPANTES	100

7.1	AS PERCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE CAMPUS CAUCAIA E DE SEUS DISPOSITIVOS JURÍDICOS	100
7.2	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL INTEGRADA E DO IFCE CAMPUS CAUCAIA COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO E TERRITORIAL	113
7.3	OS DESAFIOS E DIFICULDADES PROVOCADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO / CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS: AS PROPOSTAS DOS PARTICIPANTES PARA O IFCE CAUCAIA	130
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES.....	163
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	164
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	166
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ALUNO	168

1 INTRODUÇÃO

O processo de implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no *campus* Caucaia-CE, através da política pública de descentralização do acesso ao ensino técnico profissionalizante na modalidade integrada, abrange, dentre diversos benefícios, vários desafios a serem superados, onde podemos destacar: a) a oferta de ensino técnico simultâneo ao ensino médio em tempo integral a jovens menores de idade, b) a necessidade de propiciar espaços físicos que permitam a acolhida dos estudantes durante 8h diárias, c) a demanda por maior quantitativo de servidores, d) proporcionar a integração do currículo.

A administração desse processo necessita de embasamento nos princípios da autonomia, autogerência, ações democráticas de gestão, consequência das recentes legislações, configurando uma reestruturação organizacional do modelo administrativo e institucional e das novas demandas.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa à análise da administração dos desafios gerados pela implementação das políticas públicas de expansão da educação profissional integrada ao ensino médio no curso técnico integrado em Eletroeletrônica do IFCE *campus* Caucaia.

A relevância desse tema caracteriza-se pela importância da educação profissional e tecnológica na atual conjuntura socioeconômica, bem como pela criação das recentes legislações, a exemplo do Decreto nº 6.095/2007, que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e da Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação (IF's).

Diante dessas modificações jurídicas e suas implicações, é importante pesquisar os efeitos dessas alterações com o seguinte questionamento: *Como administrar os desafios gerados pela política pública de implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no processo de expansão do ensino profissionalizante do IFCE campus Caucaia-CE?*

O IFCE *campus* Caucaia foi inaugurado em 2010, ofertando inicialmente cursos técnicos em Metalurgia, em Petroquímica e em Eletroeletrônica na modalidade

concomitante¹, cuja oferta não foi mais contemplada ao longo dos anos de 2016 e 2017, tendo em vista a prioridade para os cursos técnicos integrados em tempo integral.

Em 2015, houve processo seletivo para 105 vagas para os semestres 2015.1 e 105 vagas para 2015.2, atendendo aos mesmos cursos, porém, na modalidade integrada e em tempo integral, contexto que exigiu do *campus* adaptações pedagógicas, administrativas, orçamentárias, dentre outras, para a nova demanda de alunos, caracterizada pelos egressos do ensino fundamental II, cuja demanda será ampliada paulatinamente.

O município de Caucaia, localizado a 17 km da capital do estado, compõe a região metropolitana de Fortaleza, numa área de 1.228,506 km², possui 6 distritos: Caucaia, Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, distribuindo sua demografia entre as zonas urbanas e rurais.

O resultado do último recenseamento, segundo dados do IBGE (2010), aponta para uma população total de 325.441 habitantes, a segunda maior população do Ceará, estimando-se atualmente com um total de 349.526 habitantes. Desses, 34.176 são jovens que se encontram em idade entre 15 e 19 anos, público-alvo dos cursos técnicos integrados do IFCE *campus* Caucaia.

Além dessas características geográficas e populacionais, Caucaia destaca-se economicamente como um dos mais importantes municípios do estado, com dados, como por exemplo, do valor adicionado bruto da indústria a preços correntes com Produto Interno Bruto de R\$ 1.196.803, período de 2010 a 2013, de acordo com o sítio *Cidades*, ferramenta eletrônica de informações do IBGE.

Esse número de crescimento econômico industrial é reflexo da instalação do Complexo Industrial e Portuário Mário Covas, ou Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), dentre outras empresas, como por exemplo *Wobben Windpower*².

Esse breve perfil do município de Caucaia converge para a vocação local voltada, sobretudo, para a indústria e a tecnologia, exigindo profissionais qualificados no eixo de Controle e Processos Industriais para atender as exigências do mercado local, considerada pela oferta dos cursos técnicos integrados em tempo integral em Metalurgia, Eletroeletrônica e Petroquímica pelo IFCE *campus* Caucaia.

¹ O Curso Técnico Concomitante é oferecido para estudantes que já concluíram ou estão cursando o ensino médio.

² A Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. é a primeira fabricante de aerogeradores (turbinas eólicas) de grande porte da América do Sul. Produz componentes e aerogeradores para o mercado interno e exportação, além de projetar, instalar e prestar serviços de assistência técnica para Usinas Eólicas. A empresa é de nacionalidade alemã e uma de suas unidades está localizada em Pecém (CE).

No IFCE *campus* Caucaia, com base nos dados coletados em 15/06/2017, há 567³ alunos matriculados, contingente que implica em desafios para o processo de implementação da modalidade técnica integrada ao ensino médio, em virtude de algumas variantes, tais como: a) a complexidade da matriz curricular, distribuída em base nacional comum do ensino médio, parte diversificada e parte profissionalizante; b) o tempo de permanência dos estudantes na instituição, necessitando, por exemplo, de três refeições diárias, c) espaço adequado para acomodação dos alunos; d) a menoridade dos estudantes; e) ampliação das ações da assistência estudantil; f) aumento do quadro de servidores, dentre outros fatores necessários para a manutenção e estrutura de funcionamento do *campus*.

Além dessas questões administrativas, pedagógicas, orçamentárias, há questões imbricadas ao processo de oferta do ensino técnico integrado tais como: a relação entre o setor educacional e o setor econômico, a relação trabalho – educação, a adequação da instituição de ensino ao processo produtivo, a exigência de uma “decisão precoce”, ou seja, uma decisão prematura na escolha da profissão para jovens ainda egressos do ensino fundamental II.

Os fatores supracitados são temas de reflexão e desafios que perpassam o processo de expansão no IFCE *campus* Caucaia, exigido pelas políticas de implementação dos cursos técnicos integrados.

A temática das políticas de educação para o ensino técnico profissionalizante referente à implementação/expansão do IFCE foi objeto de investigação em monografia de especialização da pesquisadora, no IFCE, *campus* Quixadá, cujo título foi *Políticas Públicas de Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: os benefícios e desafios desse processo no Campus Quixadá – Ce* (2012), realizado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

O objetivo geral do estudo, na ocasião, foi analisar as ações propostas pelas políticas públicas para o processo de expansão e descentralização, acompanhado dos objetivos específicos, que foram: descrever a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *Campus* Quixadá, identificar os benefícios e as dificuldades gerados pela implementação das políticas públicas de expansão dos institutos federais para região do Instituto Federal – *Campus* Quixadá e propor ações administrativas para superar os desafios gerados pelo processo de expansão e descentralização do *campus*.

³ Ferramenta “IFCE em números”. Acesso em 15/06/2017.

A pesquisadora, enquanto servidora da instituição desde 2012, vinculada ao Departamento de Ensino, na Coordenadoria Técnico-Pedagógica, no cargo de Técnico em assuntos educacionais, atualmente no *campus* Caucaia, percebe a importância da pesquisa sobre o tema, pela necessidade de identificar os desafios do processo de expansão dos cursos técnicos integrados, exigido pela ampliação de oferta de vagas em tempo integral conforme as metas estabelecidas pelas políticas educacionais de expansão das IES's, bem como pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE *campus* Caucaia (2014-2018).

São ideias que representam conceitos e reproduções coletivas, socialmente construídas, promovidas pelas alterações educacionais e produtivas, pautadas na perspectiva de crescimento profissional e na economia de mercado.

Entender as causas e o(s) sentido(s) dessas transformações a partir da política de implementação dos cursos técnicos integrados e seus (des)caminhos e desafios no processo de ampliação no IFCE *campus* Caucaia-CE é uma importante contribuição para os gestores, os técnico-administrativos e os docentes visando a melhoria da educação ofertada para os alunos e da comunidade dessa região.

A percepção dessa problemática e a reflexão sobre esta realidade possibilitam o direcionamento para balizar as decisões, sejam de ordem orçamentária, administrativa ou pedagógica. Para tanto, faz-se necessário constituir objetivos que propiciem reflexões e ações propostas sobre o tema, e estabelecer os pressupostos teóricos para embasamento do estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a política para a implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE *campus* Caucaia-CE no período de 2016 e 2017.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar os ordenamentos jurídicos de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os efeitos provocados pelas modificações e implicações na educação profissional;
- b) Refletir sobre a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial através da educação profissional;
- c) Identificar desafios e dificuldades gerados pela implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* Caucaia.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O processo de expansão do atual IFCE, enquanto rede de educação profissional centenária, criada em 1909, vem ocorrendo ao longo de sua história.

Durante esse processo de expansão, podemos destacar o artigo 1º, § 1º do Decreto nº 6.095/2007, que instituiu legalmente a criação da rede dos Institutos Federais, “com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas.”

Dentre outras diretrizes legais, o processo de expansão estava previsto como forma de possibilitar o acesso à educação, bem como descentralizar as oportunidades de alcance e ascensão ao ensino. Conforme Gadelha (2010) relata, anteriormente às implicações propostas pelo decreto supracitado, houve um período inicial de expansão ainda em 1999, quando o então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETCE) obteve autonomia garantida através do Decreto s/n, de 22 de março de 1999 “para formular currículos mais flexíveis, criar cursos e expandir os existentes.” (GADELHA, 2010, p. 55).

Esses avanços, conquistados a partir da valorização da educação profissional, cuja origem está nas Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, pelo Decreto nº 7.566, foram idealizados e paulatinamente materializados, a partir das legislações específicas instauradas pelos governos passados mais recentes para essa modalidade de ensino.

Apesar da melhoria da qualidade da educação técnica profissional, não podemos ignorar a origem dessa instituição de ensino profissional, que considerou competências voltadas quase que exclusivamente para o trabalho, investindo na preparação de mão de obra, limitando essa modalidade de ensino para aquisição de conhecimentos práticos e técnicos necessários ao trabalho, com intenção assistencialista e discriminatória, conforme destacam as considerações do Decreto nº 7.566 de 1909:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; (BRASIL, 1909)

Esse modelo assistencialista e desigual de educação para “adquirir hábitos de trabalho profícuo”, conforme o decreto de 1909, representa uma estrutura organizacional e jurídica criada para atender as demandas da sociedade produtiva em seus diversos segmentos,

assemelhando-se ao modelo de produção fordista, pois conforme Sousa e Oliveira (2014, p. 47):

A intervenção em busca da plena ocupação da força de trabalho deu-se pela profissionalização dos trabalhadores. Por isso, no decorrer da história do capitalismo, a educação sempre foi utilizada como forma de contenção dos conflitos sociais e vinculada ao mercado de trabalho como proposta de preparação dos trabalhadores para inserção no mercado.

A ideologia contida na legislação primeira da educação profissional prevê exclusivamente a aquisição da competência saber-fazer (habilidade) desconsiderando os domínios do saber (conhecimento), do saber-ser (atitude, comportamento) e a formação do cidadão.

No entanto, embora que, por vezes, constituídas de equívocos, as políticas públicas educacionais são criadas e recriadas, construídas e reconstruídas, diante de modificações na organização e atuação das políticas institucionais cujo objetivo vislumbra um paradigma social estabelecido, a exemplo do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e da Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação.

Referente a essas modificações legais e administrativas Gadelha (2010, p. 21) afirma que “as políticas públicas, por meio de reformas educacionais, buscam dar respostas às questões e exigências demandadas pelo processo de globalização, pela constante e veloz evolução da ciência e da tecnologia, e atender às necessidades do setor produtivo, base da economia”.

O progresso científico e tecnológico, bem como “as questões ligadas à qualificação profissional, decorrentes das modificações produtivas e sistêmicas globais” (SOUSA, 2014, p. 30) estão relacionados com a educação profissional e conseqüentemente com os Institutos Federais, pois como enfatiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 em seu art. 3º, inciso XI: “O ensino segue o princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

Para tanto, a proposta de reestruturar a configuração organizacional dos Institutos Federais, como estrutura pluricurricular de *multicampi*, exigiu mudanças para um formato de uma gestão interdependente, pois conforme o art. 8º do Decreto nº 6.095/2007 “Os projetos de

lei de instituição dos IFETs definirão estruturas *multicampi*, com gestão orçamentária e financeira descentralizada.” e segundo o § 1º do artigo citado “Cada *campus* corresponderá a uma unidade descentralizada.”.

A autonomia, garantida pela Lei nº 11.892/2008, conforme seu art. 2º, cria um novo modelo de atuação para os Institutos Federais, definindo-os como: “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.”

Conforme a lei supracitada, as ofertas de educação profissional e tecnológica devem abranger modalidades de ensino diferenciadas, articulando às práticas educativas, a ciência e a tecnologia, para a formação qualificada dos futuros profissionais, pois “a educação profissional contribui para o desenvolvimento à medida que dá suporte à formação de jovens competitivos, eficientes e produtivos, capazes de elevar os padrões atuais de inovação tecnológica do país” (SOUSA; LIMA; OLIVEIRA 2011, p. 35).

Para propiciar o desenvolvimento local, regional e nacional, os Institutos Federais necessitam de ações desenvolvidas entre governo e os diversos segmentos da sociedade, conforme destaca Sousa (2011, p.45): “política de financiamento, modernização e expansão, criação de um subsistema de educação profissional e tecnológica, consolidação da parceria público-privada”.

Entre os desafios, mencionamos as ações propostas pelo Decreto nº 6.095/2007, art. 4º, §1º, que prevê a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI integrado a diversas ações, visando a excelência do ensino, através da oferta de programas de extensão, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa, criando subsistemas de educação.

Dentre outras ações sugeridas pelo Decreto, faz-se necessário a formação de profissionais para inserção nos diversos setores econômicos e produtivos, através da geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas adequadas às demandas sociais e peculiaridades regionais, fortalecendo as cadeias produtivas locais, bem como parcerias público-privadas, de acordo com as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico local.

As finalidades estabelecidas no art. 7º da Lei nº 11.892/2008 intenciona fomentar a educação desses profissionais quando aponta:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Embora suas finalidades incluam a promoção de ensino em níveis e modalidades distintas nos IF's, bem como desenvolvimento da pesquisa e extensão, a prioridade da instituição é para os cursos integrados de educação profissional técnica de nível médio, contemplando os estudantes egressos do ensino fundamental.

Enquanto prioridade dos Institutos Federais, os conteúdos técnicos específicos para a educação profissional técnica de nível médio precisam ser articulados, conforme as finalidades previstas, estabelecidas pela LDB nº 9.394/96 em seu artigo 35:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Observa-se que atender a esses objetivos, integrando-os à formação técnica profissional dos educandos saídos do ensino fundamental, com os conteúdos propedêuticos das disciplinas do ensino médio, exigidos pelo currículo do sistema regular, constitui outro grande desafio de cunho pedagógico.

Nesse contexto, “a educação é acenada como ferramenta da batalha na guerra globalizada pelos melhores lugares sociais na nova divisão internacional do trabalho capitalista” (SOUSA, OLIVEIRA, 2014, p. 33), pois atende à Teoria do Capital Humano⁴ cuja proposta é investir na instrução, no treinamento e na educação dos futuros trabalhadores ampliando a capacidade produtiva, vinculando o sistema educacional exclusivamente ao trabalho e ao mercado.

A expansão do IFCE considera as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014 – 2024, quanto à “responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.”, além da oferta de, no mínimo, 25% das matrículas na forma integrada à educação profissional (meta 10) e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público (meta 11).

A ampliação dos Institutos Federais é um processo recente na historiografia dessa instituição, presente e atuante na história do país. Compreender as atuais políticas públicas que criaram os IFs, definiram suas finalidades, características, objetivos, estrutura organizacional é basilar para desenvolver ações eficientes e eficazes para a melhoria da qualidade do ensino técnico profissionalizante.

O Decreto nº 6.095/2007 estabeleceu as diretrizes para o processo de integração do Instituto Federal e o modelo de estrutura *multicampi*, com gestão orçamentária e financeira descentralizada. A Lei nº 11892/2008 instituiu as Redes Federais de Educação Profissional e Tecnológica e definiu os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Com esses ordenamentos, há implicações didático-pedagógicas, curriculares, por exemplo, limitando as competências e habilidades dos estudantes à necessidade do mercado, criando no senso comum a falsa impressão da oportunidade de educação para a cidadania e para a dignidade, pautado no

discurso da empregabilidade, a vender a ideia de que formação e qualificação do trabalhador são condições para adquirir competências e trabalhar [e em] justificativas misticadoras da real natureza do mercado de trabalho, transferindo a responsabilidade pelo desemprego para o próprio trabalhador (SOUZA, OLIVEIRA, 2014, p. 57-58).

⁴ Conforme Frigotto (2009, p. 69): “A noção de capital humano constitui-se, na década de 1950, a partir da ideia de um trabalhador treinado, adestrado e educado, com saúde para se adaptar às exigências da produção mercantil e atingir a produtividade máxima”. (FRIGOTTO, 2009).

A implementação dos cursos técnicos integrados, no processo de expansão no IFCE *campus* Caucaia-CE percorre (des)caminhos e desafios, como a ideia de que formação e qualificação são o passaporte para o mercado de trabalho, visão provocada pela compreensão equivocada da relação educação e trabalho.

Para suplantarmos esse entendimento é de fundamental importância analisar a política de implementação dos cursos técnicos integrados; analisar seus ordenamentos jurídicos e os efeitos provocados pelas modificações e implicações na educação profissional; refletir sobre a importância do IFCE *campus* Caucaia; identificar os desafios e as dificuldades gerados pela implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica, as demandas provocadas pela relação trabalho e educação e suas implicações na formação dos estudantes do curso técnico integrado em Eletroeletrônica do IFCE *campus* Caucaia.

Essas ações são provocadoras para refletir e reagir contra os mecanismos que destinam a instituição de ensino a atender exclusivamente às necessidades de mercado, possibilitando a disseminação do conhecimento técnico-científico numa perspectiva cidadã e humana.

As conjecturas para pesquisar o processo de implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no *campus* Caucaia, através da política pública de descentralização do acesso ao ensino técnico profissionalizante na modalidade integrada requer procedimento para (re)conhecer o objeto de estudo, interpretar as informações, com base em fontes de conhecimentos estabelecidos para obtenção de novos conhecimentos acerca do fenômeno humano em questão.

Para essa análise, a abordagem da temática é delineada nos capítulos cujos títulos são *O processo de implementação da política pública para os cursos técnicos integrados no IFCE campus Caucaia e seus ordenamentos jurídicos: o início de um percurso* e *Educação técnica profissional integrada ao ensino médio: desafios e contradições*.

O primeiro capítulo é subdividido em três tópicos. O primeiro, *Educação técnica profissional e trabalho: panorama geral das mudanças no mundo do trabalho e seu alcance na esfera educacional*, discute as questões acerca das relações trabalho-educação, os novos formatos de organização do processo produtivo imerso no contexto de competitividade e de desregulação das relações de trabalho e de sua consequente precarização.

O trabalho, enquanto necessidade humana de transformação da realidade, é conduzido pelas novas bases tecnológicas, que por sua vez, são regidas pela doutrina

neoliberal, que naturaliza as relações excludentes, atribuindo à educação o encargo do sucesso ou fracasso dos sujeitos somado à responsabilidade individual.

Nesse primeiro item do capítulo inicial, os dispositivos jurídicos, o Decreto nº 6.095/2007 e a Lei nº 11.892/2008 são também explanados, onde, o Decreto apresenta as diretrizes para o processo de integração da rede de educação profissional e a Lei instituiu a rede federal de educação tecnológica.

No segundo tópico do primeiro capítulo, *Implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: recomeço de um novo percurso para a educação técnica profissional*, o tema contempla o processo de ampliação da educação profissional no Brasil até a atual criação e expansão dos Institutos Federais.

Nesse item, as diferentes denominações e modelos de ensino são brevemente apresentados, destacando a nova organização institucional com sua dimensão e abrangência geográfica dos *campi* e da diversidade na oferta de cursos e modalidades.

Finalizando o primeiro capítulo, o item, *Criação do IFCE Campus Caucaia: nova trajetória para educação profissional*, percebemos que a implementação deste *campus*, cujas atividades foram iniciadas em 2011, está relacionada com o atendimento da demanda de mão-de-obra qualificada exigida pela região e pela instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e pelo Polo Industrial de Caucaia.

É apresentada, ainda, a contribuição do *campus* para o desenvolvimento educacional e socioeconômico da região a partir da filosofia de trabalho proposta, com sua missão, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e atividades acadêmicas, bem como os desafios do planejamento orçamentário e pedagógico.

No segundo capítulo, *Educação técnica profissional integrada ao ensino médio: desafios e dificuldades*, as temáticas delineadas sobre a integração da educação profissional, destaca como essa integração é efetivada no IFCE, finalizando com análise do currículo, respectivamente nos tópicos, *Integração da educação profissional técnica de nível médio: seu significado e suas particularidades*; *Os procedimentos didáticos pedagógicos para efetivação da educação integrada no IFCE* e *Currículo e integração: um diálogo necessário*.

Este último tópico apresenta uma breve teorização sobre a importância do currículo subdividindo-se em *Currículo como percurso para a aprendizagem* e *A integração no IFCE campus Caucaia: o currículo como identidade do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica*, onde o projeto pedagógico desse curso é analisado, com enfoque direcionado para a dinâmica curricular, espaço principal da integração.

No item *Integração da educação profissional técnica de nível médio: seu significado e suas particularidades*, temas como a dualidade entre ensino técnico e propedêutico, o contexto das relações capitalistas da economia de mercado excludente são observados.

A integração propõe o desenvolvimento omnilateral do educando a partir da conexão das dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a consolidação da educação básica e para a formação humana, preparando para o trabalho, mas, sobretudo, para percepção crítica da dinâmica social em que está inserido.

Em *Os procedimentos didáticos pedagógicos para efetivação da educação integrada no IFCE* são apresentados seus regulamentos e procedimentos, para o funcionamento institucional tais como: as formas de oferta, ingresso e transferência; a organização acadêmica, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de assistência estudantil; sistemática de aprendizagem e avaliação, as intervenções institucionais para redução dos índices de evasão e retenção.

Para tanto, uma metodologia pautada no conjunto de conhecimentos fundados é uma exigência do rigor da pesquisa, aspectos delineados no próximo tópico.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, pautado em conhecimentos fundados, metodicamente adquiridos, visará contribuir com novos conhecimentos de análise da política pública que permitiu a expansão dos IF's, assim como refletir sobre a importância do IFCE *campus* Caucaia, para a comunidade local, pois identificar os desafios e as principais dificuldades das ações de implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica nesse *campus*, configura um elemento a mais de estudo sobre o processo.

Dessa forma, a pesquisa escolhida foi a do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, realizada no próprio *campus* do IFCE Caucaia e considerou os alunos do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, servidores (docentes do referido curso e técnicos administrativos) e gestores.

A partir desse universo da pesquisa, os participantes foram os gestores da direção geral do *campus*, do departamento de ensino, do departamento de administração e planejamento, da coordenação do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, por professores das unidades didáticas técnicas e propedêuticas do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica e por alunos dos 4º e 5º semestres regularmente matriculados nos anos de 2016 e 2017 no curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica.

Os servidores foram convidados pessoalmente e por *email*, com os esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa e de sua participação expressos no “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e no “Consentimento Pós-Informação” (Apêndice A) e todos os servidores optaram por participar da pesquisa por *email*, com envio dos arquivos em Formato Portátil de Documento (PDF).

No IFCE *campus* Caucaia o atual quantitativo de profissionais é de 37 técnico-administrativos, 13 deles vinculados ao departamento de ensino; 41 docentes no total, com 29 professores do Curso de Eletroeletrônica, e, desse universo, os indivíduos participantes da pesquisa foram: 6 gestores, 1 ex-gestor, 3 técnico-administrativos e 8 professores, 5 da área propedêutica e 3 da área técnica.

A coleta de dados foi realizada em maio de 2017 (período letivo 2017.1), momento delicado devido à limitação orçamentária que comprometia / compromete o funcionamento da unidade de ensino⁵, contexto que nos faz lembrar de que “A pesquisa em

⁵ Conforme as notícias “*Servidores do IFCE Caucaia entregam demandas à reitoria*”, publicada em 19/05/2017 e “*Reitor conversa com alunos e servidores de Caucaia*”, publicada em 19/05/2017; ambas veiculadas no site do IFCE.

Educação não se faz em abstrato, mas em determinado espaço-tempo, sobre determinados aspectos da realidade, fenômenos ou problemas” (CIAVATTA, 2015, p. 27).

Os gestores convidados foram: diretor geral do campus, chefe de departamento de ensino, coordenador do curso, coordenador de pesquisa e extensão, coordenador técnico-pedagógico, coordenador do controle acadêmico, chefe do departamento de administração e planejamento, psicólogo, assistente social, bibliotecário, chefe de departamento de ensino no período de 2015 a 2016, servidores representantes da gestão e do segmento técnico-administrativo. Não foi possível coletar as informações da coordenação de pesquisa e extensão do *campus*, componente importante nas ações da instituição, totalizando 10 servidores.

Os indivíduos da gestão e de técnico-administrativos foram denominados respectivamente por “*Gestor*” e “*TA*”, ambos com o algarismo numérico. A nomenclatura adotada para professores e alunos foram, respectivamente, os termos “*Docente*”, acompanhado de algarismo, e “*Aluno*”, seguido de algarismo e identificação do semestre, “4S”, para estudantes do 4º semestre e “5S”, para os estudantes do 5º semestre, opções definidas, independentemente do gênero dos participantes, para garantir o sigilo da pesquisa, preservando a integridade dos dados e a privacidade total dos participantes.

No segundo momento, de pesquisa de campo, a investigação foi realizada a partir da coleta de dados com o instrumental para auxiliar esse momento, o questionário autoaplicativo com predominância das questões abertas, aplicado para os grupos participantes, conforme anteriormente descrito.

A utilização do questionário, como técnica de investigação, composta por questões interligadas, puderam proporcionar a obtenção de informações sobre os conhecimentos, os valores, os interesses, as expectativas das pessoas submetidas a esse instrumento, que expressaram, a partir da linguagem verbal escrita, suas impressões acerca do tema, bem como possibilitaram a coleta de dados para alcançar os objetivos da pesquisa (GIL, 2010).

Os questionários (ver nos *Apêndices B e C*) foram constituídos de seis perguntas para os segmentos, contemplando os objetivos da pesquisa. Para os servidores docentes foram solicitadas informações, tais como: tempo de docência, disciplinas ministradas e para os servidores técnico-administrativos somente identificação do cargo / função e as respostas resultaram nos seguintes dados: o tempo de efetivo exercício docente varia de 9 a 22 anos; entre os 8 docentes, 5 são da área propedêutica e 3 professores são da área técnica que atuam

desde o 1º semestre ao 5º semestre do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, com média de docência no IFCE *campus* Caucaia entre 1 a 3 anos.

Para os estudantes a identificação inicial solicitou dados gerais como município ou distrito de domicílio, sexo, idade, ano de ingresso, semestre e a informação sobre a conclusão do ensino fundamental, se na rede pública ou particular de ensino.

As informações gerais obtidas sobre idade entre os 17 participantes foram: jovens de faixa etária de 16 a 18 anos de idade; onde 3 participantes tem 16 anos de idade, 12 com 17 anos de idade e 2 estudantes informaram ter 18 anos de idade. A predominância do gênero masculino é considerável (14 estudantes), o domicílio de 15 alunos é no município de Caucaia e 2 alunos em Fortaleza, todos os estudantes pesquisados ingressaram em 2015 e 12 alunos são egressos da rede pública e 5 estudantes da rede particular.

A coleta de dados com os alunos ocorreu em sala de aula, no horário de aula e antes do preenchimento do questionário as explicações sobre a pesquisa foram realizadas, a partir da leitura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e assinatura do “Consentimento Pós-Informação”. Os 13 alunos do 4º semestre presentes na sala responderam o questionário em curto prazo, pois o professor estava em sala e havia iniciado conteúdo, e, embora o professor tenha deixado o tempo de aula disponível, possivelmente esse fato comprometeu a qualidade dos dados, sendo necessário selecionar os questionários com resultados mais significativos, resultando 7 questionários.

A outra parte dos pesquisados foi composta por 10 alunos do 5º semestre, dispôs de mais tempo para responder o questionário, pois estavam sem aula, fato que resultou em dados bastante significativos, sobretudo por esse quantitativo representar a primeira turma ingressante do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica no IFCE *campus* Caucaia, totalizando 17 estudantes, 7 alunos do 4º semestre e 10 alunos do 5º semestre.

A opção pela metodologia descritiva, com abordagem qualitativa, se dá pelo fato de sua perspectiva responder a questões pertinentes ao estudo a partir do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, fenômenos humanos pertencentes à realidade social (DESLANDES, 2009, p. 21) para analisar e compreender os elementos coletados, permitindo construir categorias, conceitos mais regulares apontados pelos sujeitos participantes do estudo.

O número de sujeitos selecionados foi embasado pelo critério de representatividade das percepções, explicações e sentidos atribuídos pelos participantes com maior pertinência das informações e conteúdos, permitindo um engajamento compreensivo-interpretativo das informações obtidas, pois “compreender é conhecer o que alguém está

experenciando por meio de uma re-criação daquela experiência, ou do contexto daquela experiência em si mesmo” (SANTOS FILHO, 1995, p. 27) aproximando significado, contexto, fatores sociais.

Entre os servidores, o corpo docente é um segmento que se encontra mais próximo dos alunos e atua diretamente na formação mais ampla dos jovens, sobretudo no desenvolvimento acadêmico e profissional. As chefias/coordenadorias atuam direta e indiretamente nas ações de garantia de permanência e conclusão de curso dos alunos. Para ilustrar, destacamos a Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) cujas intervenções, de assessoria pedagógica, ocorrem a partir de procedimentos de acompanhamento pedagógico, elaboração de instrumentais, atendimento das demandas discentes e docentes.

Contribuindo com as ações da CTP e com as das demais chefias/coordenadorias, a Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) registra a vida acadêmica do aluno, produz relatórios estatísticos sobre número de ingressantes, de concluintes, de evasão, de cancelamento, logo, ambos os setores produzem registros estatísticos e institucionais.

CCA e CTP são coordenadorias que, respectivamente, elaboram dados sobre a situação de permanência e conclusão de curso e poderão fornecer informações sobre a problemática e os objetivos pesquisados, bem como sobre as ações internas desenvolvidas para garantir a implementação, permanência e conclusão dos alunos dos cursos técnicos integrados do IFCE *campus* Caucaia.

A investigação compreendeu etapas distintas, mas que se complementaram: numa primeira fase, o delineamento do estudo inclinou-se para a pesquisa bibliográfica e documental, acerca do tema proposto, pois possibilitou “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 65).

O estudo de campo, com base nos estudos bibliográficos, documentais e aprofundamento dos objetivos propostos, alinhou-se o embasamento teórico, através da literatura concernente ao tema, para análise compreensiva e interpretativa dos dados coletados, além da produção primária das informações, a partir da interação direta com os sujeitos participantes da pesquisa, construído, também por levantamento bibliográfico e pela consulta de dados secundários, como por exemplo, documentos oficiais, jornais (DESLANDES, 2009).

A pesquisa desenvolvida no *campus* do IFCE Caucaia realizada no período letivo 2017.2, considerando as informações referentes aos anos de 2016 e 2017, representando um “método como caminho para se chegar a determinado fim” (GIL, 1999, p.26), uma vez que se

trata de uma estratégia para coleta das informações de forma indireta, mas relacionadas ao tema.

Finalizada a coleta de dados, foi realizada análise quantitativa e qualitativa-compreensiva, discutido os resultados segundo a literatura, agrupados, de acordo com sua relevância, em categorias principais e secundárias, sistematizados e articulados, percebendo suas regularidades para avaliação das ações de implementação dos cursos técnicos integrados do IFCE *campus* Caucaia.

A articulação desses elementos permitiu sistematizar, à luz da teoria, um conhecimento acerca da realidade social do espaço/situação, contextualizando o problema pesquisado, contribuindo para explicação e compreensão mais aprofundada desse complexo fenômeno humano, que necessita ser investigado para contribuir para um percurso formativo exitoso dos alunos e para a melhoria da realidade social em questão.

A abordagem metodológica e os procedimentos durante o estudo não foram inflexíveis, rígidos, pois, conforme Gil (1999, p. 33):

nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente em uma investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isto porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação.

Apesar da pluralidade de métodos para desenvolvimento de estudo, o enfoque da pesquisa foi guiado por metodologia norteadora, pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativo-quantitativa, atendendo a princípios éticos. A efetivação dos procedimentos da investigação foi, portanto, condicionada à autorização e consentimento dos participantes.

Toda produção científica que sistematiza o conhecimento é fundamental para transformação da realidade (SANTOS FILHO, 1995) e para administrar os desafios gerados pela política pública de implementação dos cursos técnicos integrados no processo de expansão do ensino profissionalizante no IFCE *campus* Caucaia-CE e conduzir a administração das vicissitudes geradas pela implementação da política pública da educação profissional integrada, nesse *campus*, fez-se necessário considerar o processo de implementação dessa política e a análise dos ordenamentos jurídicos que conduziram legalmente esse processo.

Apresentada a metodologia da pesquisa, posteriormente a pesquisa de campo foi realizada e seus resultados apresentados no capítulo final com base nos dados coletados pela participação dos principais atores envolvidos nesse processo, revelando os pontos em comuns,

as divergências, as contradições, os desafios, as dificuldades e os benefícios da implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE *campus* Caucaia.

5 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA E SEUS ORDENAMENTOS JURÍDICOS: O INÍCIO DE UM PERCURSO

Apresentados justificativa, objetivos, pressupostos teóricos e aspectos metodológicos, nesse capítulo, contemplaremos os temas: “*Educação técnica profissional e trabalho: panorama geral das mudanças no mundo do trabalho e seu alcance na esfera educacional*”; “*Implementação do IFCE: recomeço de um novo percurso para a educação técnica profissional*” e “*Criação do IFCE campus Caucaia: nova trajetória para a educação profissional*”.

No primeiro tópico, a temática central é a relação entre trabalho e educação inserida na conjuntura de uma economia de mercado excludente, regida pelo sistema capitalista de produção que desregula as relações trabalhistas precarizando o trabalho, naturalizando essa situação.

Nesse contexto, a criação dos IF’s, especialmente do IFCE será apreciada no segundo tópico a *Implementação do IFCE: recomeço de um novo percurso para a educação técnica profissional*, onde são abordados a origem da educação profissional no Brasil e os dispositivos jurídicos que nortearam as mudanças institucionais, bem como, a historiografia do IFCE, apresentando o alcance regional de seus *campi* e cursos.

Apresentada a implementação do IFCE, o último tópico, *Criação do IFCE campus Caucaia: nova trajetória para a educação profissional*, apresenta uma descrição geral do município de Caucaia, com alguns indicadores sociais e econômicos, a exemplo da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) na região, como uma das justificativas pertinentes ao início das atividades desse *campus* (2011); a estrutura institucional e os profissionais atuantes ao apoio discente e as ofertas futuras de cursos técnicos e superiores, questões que favorecem o crescimento do IFCE *campus* Caucaia.

5.1 EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TRABALHO: PANORAMA GERAL DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEU ALCANCE NA ESFERA EDUCACIONAL

A formação técnica profissional considera a importância do conhecimento técnico-científico, uma vez que essa modalidade de ensino atualiza o conhecimento produzido pela base técnico-científico, visto que, é uma categoria de ensino cuja atuação ocorre para a

formação de profissionais para desenvolver a produção de produtos de interesse da sociedade e do mercado, pois, o trabalho, enquanto princípio educativo e ético-político, constrói ciência e tecnologia a partir da educação para satisfazer as necessidades humanas (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012).

A relação entre trabalho e educação perpassa a história das civilizações, já que o “papel da educação e da formação técnico-profissional na produção social da existência humana” (FRIGOTTO, 1998, p.25), enquanto educação formal, a partir de determinada etapa biológica da vida dos indivíduos prepara os sujeitos para contribuir na construção da sociedade a partir do trabalho.

No entanto, o acelerado ritmo de transformações na sociedade determina maior competitividade num contexto do “novo mundo” produtivo, globalizado, com novas formas de organização da produção e do trabalho, devido à mundialização dos mercados em constante expansão, norteado pela “globalização econômica [que] corresponde, pois, a globalização do mundo do trabalho e da questão social” (DELUIZ, 1996, p. 2).

Esse modelo capitalista de sistema econômico, caracterizado pela competitividade regulando as relações sociais a partir da economia de mercado, é excludente, pois não consegue inserir a toda mão de obra nesse formato de mercado, provocando uma precarização do trabalho, exclusão social, econômica, visto que, como relata Demo (2005, p.79):

De uma parte, exigindo a competitividade globalizada de trabalhadores mais preparados, muitos ficam de fora porque não possuem requisitos mínimos profissionais. De outra, porém, é vã a esperança de que, preparando-se melhor, o trabalhador, estaria a salvo, porque dentro da dinâmica restritiva implantada pela produção e uso intensivos do conhecimento e informatização, não só não há lugar para todos, como há lugar apenas para os melhores, o que transplanta para nível superior de exigências profissionais o “exército de reservas”.

Essa globalização competitiva e excludente gera um sistema econômico que desregula as relações de trabalho e reorganiza as novas formas da produção e do trabalho, gerando um excedente que, embora qualificado com formação técnico-profissional, com conhecimentos em “ciência e tecnologia”, não consegue ser absorvido, constituindo uma legião de mão de obra excedente.

Essa crise que precariza o trabalho e suas relações, promovendo propositalmente, sobra de mão de obra, gerada pela expansão prejudicial do capital, provoca desemprego estrutural abolindo um dos direitos sociais de grande importância, o direito de se autossustentar, pois o trabalho representa um dos imperativos humanos de primeira

necessidade, sendo atividade concreta que possibilita a criação da condição humana, enquanto ser pensante, que produz e que é capaz de transformar a realidade.

O avanço tecnológico a partir da informatização de todas as esferas de atividade e sua crescente digitalização e dependência da ciência e da tecnologia exige maior presença da educação e formação profissional, devido ao desenvolvimento de novas bases de tecnologia.

No entanto, essa visão da relação entre desenvolvimento, ciência e tecnologia vinculada à educação ignora as desigualdades sociais, e gera uma falsa expectativa de emprego para os que dominam os novos conhecimentos, considerando exclusivamente o acesso à educação e a (re)qualificação constantes, fatores determinantes para o sucesso profissional.

Esse fenômeno social transfere a responsabilidade do desempenho profissional no mercado de trabalho para o indivíduo, eximindo, assim, do estado e do contexto da globalização, bem como seus demais defensores que a favorecem, de suas culpabilidades, naturalizando o processo excludente de ingresso ao emprego.

A globalização econômica, atuante no sistema capitalista, desconhece fronteiras geográficas ou nações com suas peculiaridades e seus problemas e se apropria da força de trabalho de todas as atividades humanas.

Assim, como reforça Frigotto (1998, p. 41-42), “a globalização [...] é, sobretudo, a ruptura das fronteiras de mercado nacionais pela ferrenha competição (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria)”, reforçando a coisificação das nações e de seus indivíduos como resultado desse processo de expansão econômica, do aumento das inovações tecnológicas e dos conhecimentos científicos que estreitam forçosamente a relação entre educação, formação profissional e tecnologia.

Essas transformações são usadas pelo grande capital para enfatizar a importância da educação profissional na formação para o emprego sem considerar os contextos políticos, econômicos e sociais. Conforme destaca Frigotto (1998, p.46):

O que não se explicita é, justamente, que o agravamento do desemprego e a intensificação da exploração do trabalho assalariado e outras formas de trabalho subordinado ao capital é a alternativa para retomar elevadas taxas de lucro. A globalização excludente e as políticas baseadas na doutrina neoliberal representam a base material e ideológica dessa alternativa dominante.

Dessa forma, o lucro é a prioridade em detrimento da dimensão social e individual, visando o acúmulo de divisas para determinadas empresas e seus conglomerados financeiros, sendo a escolaridade uma exigência mascarada de segundas intenções, enquanto contribuição econômica para essas corporações e acatando as exigências impostas pelos

organismos multilaterais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) que beneficiam os interesses de uma minoria mundial desse sistema econômico cuja prosperidade é resultado de um processo nocivo de estratégias de enriquecimento.

A educação técnica profissional é manobra de acordo com a cobiça e o proveito dessas entidades, disseminando a ideia de que a instrução é o principal meio para o desenvolvimento social e econômico dentro da economia de mercado globalizada, regida pelo determinismo e monopólio tecnológico, cuja posse do aparato de conhecimentos técnicos e científicos está concentrada nos países de economia forte, impondo dependência desse conjunto de processos aos países periféricos.

A posição da educação profissional é de constante relação entre trabalho e educação e destes com o ambiente humano integrado aos indivíduos, porque “o trabalho é um valor intrínseco à sobrevivência, e o conhecimento que ele proporciona na relação com a natureza e com a sociedade é um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social.” (CIAVATTA, 2015, p. 29) para o avanço da coletividade.

Contudo, o vínculo educação – trabalho, embora salutar para o progresso de uma nação, não é desenvolvido com a qualidade que a educação carece para atender as necessidades e demandas de caráter coletivo, pois:

A produção e a atualização de conhecimento tecnológico exigem investimentos em pessoal, equipamentos, estrutura, material didático, etc. não necessariamente compatíveis com as demandas mais urgentes do mercado, as quais são, em muitos casos, de caráter estritamente pragmático, num contexto de desemprego estrutural e tecnológico, e em uma conjuntura histórica na qual a dimensão política foi esvaziada e passou por processo de tecnicismo de natureza gerencial. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p.7)

Essa ausência de investimento, historicamente negligenciado em países menos favorecidos economicamente e base de exploração do grande capital, como por exemplo, o Brasil e outros países da América Latina, é apontada como única responsável pelo subdesenvolvimento, a despeito das desigualdades sociais e econômicas.

A aplicação de recursos é substituída pela lógica perversa do capitalismo internacional, da mundialização dos mercados, das transformações estruturais, da desregulamentação da economia, que promovem um retrocesso nas relações de trabalho, propiciando mais disparidades sociais, restringindo o desenvolvimento social e econômico a poucas nações.

Como aponta Demo (2005, p.101),

o retrocesso nos direitos do trabalho é, talvez, o indicador mais grave da perversidade do neoliberalismo, mas, tomando em conta o exército de reserva informal, torna-se ilusório não admitir algum âmbito de desregulação do trabalho, engolindo-se aí inevitavelmente sua precarização crescente (DEMO, 2005, p. 101)

Nesse contexto calamitoso, ainda segundo Demo (2005, p.80) “de fato, no capitalismo nunca couberam todos, porque é um sistema de acumulação implacável de capital, não sistema social, o que torna qualquer expectativa de pleno emprego veleidade crédula”, pois o sistema apregoa, ainda assim, a busca pela instrução como principal solução para garantia de participação no “pleno emprego”, dentro de uma realidade de incertezas socioeconômicas e políticas.

No entanto, o acesso ao conhecimento não está ao alcance de todos, permitindo condições de desigualdade nesse novo paradigma de transformações do processo produtivo capitalista.

No Brasil, essa conjuntura, impulsiona igualmente a precariedade no acesso ao emprego e renda, e apesar das incongruências da ordem econômica neoliberal, apresenta a formação profissional como a saída para desigualdades geradas pelo sistema.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no novo contexto econômico do capitalismo, de liberalismo econômico, de livre concorrência para produção, compra e venda da produção industrial, exigia a reformulação de políticas educacionais para atender as demandas das atividades industriais, pois conforme relata Saviani (2011, p. 159): “o problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribuindo-se à educação a tarefa de formar o novo tipo de trabalhador para assegurar que a passagem se desse de forma gradual e segura”.

Os dispositivos legais da educação no Brasil, em sua lei maior, LDB nº 9.394/96, considera como um dos seus princípios e fins, estabelecido no inciso XI, do Art.3º “a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, ratificando mais adiante, no capítulo específico para educação profissional, a integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia em seu Art. 39: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Essa vinculação prescrita na base legal é também exigida pelo capital internacional, pelos organismos multilaterais, pelos países ricos, pelo empresariado nacional que recomendam originar um mercado de trabalho dentro dos arquétipos da globalização, com baixos salários e máximo de lucro.

Esses modelos são assimétricos, pois à medida que propõe a abertura dos mercados de países como o Brasil, entre outros da América Latina, por exemplo, países de economia dependente, por outro lado estabelecem protecionismo econômico para o mercado daqueles países ricos.

Dessa forma, no Brasil, conforme Frigotto (1998, p. 119) observa

através da globalização econômica, política e cultural, e da abertura dos mercados, somos integrados, a partir de interesses externos, ao mercado internacional, onde está em curso um processo mais geral de reestruturação do capitalismo e da produção, na busca de um novo padrão de desenvolvimento (FRIGOTTO, 1998, p. 119)

Os interesses externos fazem exigências que desconsideram o contexto nacional e suas peculiaridades, bem como a história da educação brasileira, acatando como implacável o processo de reestruturação produtiva, de flexibilização do trabalho e das conseqüentes alterações na estrutura da educação técnica profissional, que diante das políticas neoliberais cria no imaginário coletivo a ideia de que a educação é o acionador para o êxito profissional no mercado competitivo.

A realidade do pleno emprego nessa nova circunstância de eventos está apoiada em três condições básicas: reestruturação do modelo de estado, o impressionante avanço tecnológico e o aumento acelerado no nível educacional da população, ocasionando, nesse contexto, maior visibilidade e relevância da escolaridade como condição para integrar os planos político e econômico, tornando-se necessidade do mercado de trabalho que precisa de trabalhadores qualificados para incorporar-se a uma atividade produtiva (FRIGOTTO, 1998, p.84).

A ruptura de fronteira dos mercados difunde a falsa promessa de trabalho para todos, desde que o indivíduo detenha as competências e habilidades que abranjam o conhecimento tecnológico, permitindo, somente a partir da escolaridade, uma melhor posição no mercado de trabalho.

Trata-se “do discurso da empregabilidade, a vender a ideia de que formação e qualificação do trabalhador são condições para adquirir competências para trabalhar” (SOUZA, OLIVEIRA, 2014, p.57), raciocínio este que cria uma atmosfera na população economicamente ativa, na busca incansável para adquirir qualidades e características de quem pode ser empregável.

A preparação sistemática de mão de obra para o mundo produtivo dentro do contexto de abertura dos mercados, na situação brasileira, cuja marca de um processo de

industrialização tardio, com contradições sociais e educacionais históricas, reforça a centralidade da ciência e da tecnologia

Essa tendência de transformação do processo produtivo brasileiro, impulsionada pela nova ordem internacional e pela necessidade de inserção do Brasil na economia mundial, obriga a aproximação dos setores produtivos dos centros elaboradores de conhecimento, isto é, as universidades e os institutos de pesquisa do governo, em face da centralidade ocupada pela ciência e pela tecnologia, em meio às vantagens comparativas, no acirrado mercado mundial. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p. 59)

Com essa nova realidade, os empreendimentos sistemáticos para atender as necessidades imediatas do mundo do trabalho e sua voracidade mercantilista, as políticas públicas para a educação de maneira geral e para o ensino técnico profissional em particular, sofrem uma mudança de paradigma, pois se a principal função das políticas é atender às carências sociais, agora objetivam favorecer ao grande capital e à racionalidade do mercado, que leva em conta somente a busca pelo proveito de ordem econômica.

Nesse conjunto de circunstâncias de mudança de perspectivas das políticas públicas, patrocinado pelo grande capital com o consentimento do governo brasileiro, um deslocamento de prioridades é introduzido, como alertam Ferretti e Silva Junior (2000, p.62):

na educação brasileira inauguram, por isso, um novo paradigma educacional, que se orienta predominantemente pela racionalidade do capital (do “mundo dos negócios”) e conduz à inequívoca subsunção da esfera educacional à esfera econômica, em processo que aqui se denomina de mercantilização da educação, orientado, no plano simbólico-cultural, pela lógica da competência e pela ideologia da empregabilidade ou laboralidade, nos casos do ensino médio e da Educação Profissional Técnica. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p.62)

No início dos anos de 1990, o empresariado brasileiro confrontou-se com a modernização tecnológica conduzindo o ensino da educação técnica profissional para atender as necessidades da entidade “mercado”, considerando que a esfera educacional deveria depender e atender o campo econômico, iniciando um percurso conduzido pela coerência da competitividade globalizada, implícita e sutilmente trabalhada para convencer a sociedade como um todo, de que a inserção no “mundo dos negócios” está desvinculada de medidas políticas e econômicas atribuindo ao indivíduo a responsabilidade de se autossustentar.

Como nos indica Ferretti (2004, p.403) sobre as mudanças iniciadas na década de 90, “é nessa década que a área da educação produz uma inflexão significativa na sua discussão sobre as relações entre qualificação, formação geral e formação profissional em função das mudanças que ocorreram no campo do trabalho”.

As demandas do capital, o avanço tecnológico e a consequente mudança no trabalho, ultrapassam as fases do artesanato, cujo domínio de todas as etapas da produção era comandado pelo trabalhador, e da manufatura, caracterizada pelo início da divisão técnica do trabalho, evoluindo para o avanço tecnológico conduzido pelas máquinas sofisticadas e automatizadas.

As transformações do capitalismo a nível mundial envolvem gradativamente todos os setores sociais, no campo do trabalho especificamente, promove crises, reestrutura a produção diluindo vagas de trabalho, pois

ao longo dos séculos, as forças produtivas provocaram um turbilhão de mudanças, na produção da vida material, da mesma forma que foi lentamente impondo novos conceitos, hábitos e costumes, definindo novas formas de organização do trabalho, novos padrões de comportamento humano, exigindo novas relações de produção, assim como novas relações sociais (SOUZA, ARRAIS NETO, OLIVEIRA, 2012, p.22).

Essas mudanças produtivas pressionaram (e pressionam) paulatinamente os estados nacionais, assim como o brasileiro, a se inserir nesse panorama com nova formatação de sociedade (do conhecimento) que por utilizar novas tecnologias e reportar suas ações e relações de trabalho às da lógica empresarial e à da economia de mercado, devido ao novo contexto econômico, também são protagonizados pela participação direta e indireta de agências financeiras internacionais, atrelando o financiamento de projetos e políticas educacionais nacionais às recomendações habilmente sugeridas, sempre dentro da ótica da racionalidade de organização capitalista. Nessa perspectiva:

O trabalho passa a ser organizado tendo como objetivo a flexibilidade, ou seja, a possibilidade de alteração, sem comprometimentos, da velocidade de produção, da qualidade do processo e do produto; do próprio projeto; do processo de produção a partir da alteração feita no projeto, e da execução das duas últimas funções simultaneamente. Por outro lado, processos de fabricação de diferentes produtos são integrados e geridos a partir de uma central de informações. Essas características conferem à nova base produtiva a capacidade de mudanças rápidas, e sem prejuízos, dos produtos, dos processos, tornando a nova empresa muito competitiva se domina esse novo padrão tecnológico. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p.56).

A flexibilidade e outras características exigidas pela nova base de produção de trabalho afetam a educação e, sobretudo a modalidade profissional. No entanto, a educação profissional, enquanto recorte da educação escolar, deve preocupar-se com a formação plena para a cidadania dos sujeitos, também em sua totalidade, não somente para garantir-lhes a inserção no mercado de trabalho ou para o empoderamento dos conhecimentos curriculares,

mas conscientizá-los do contexto e permitir a leitura compreensiva do mundo dentro da perspectiva globalizada. (FERRETTI, 2004).

Política e Economia não se dissociam nas decisões e relações de poder. Da mesma forma, Ciência e Tecnologia não se isolam nas relações presentes no processo produtivo, por tratar-se de áreas essenciais para a promoção do desenvolvimento das inovações tecnológicas, implicando modificações nas relações entre educação e trabalho, como destacam Ferretti e Silva Junior:

Diante desse quadro conjuntural, a ciência e a tecnologia e seu processo de produção reorientam-se em relação à centralidade que agora ocupam no processo produtivo e entre si. As áreas da ciência, que são indispensáveis para as inovações tecnológicas, para a reorganização do trabalho e preparadoras de um novo tipo de homem adaptável ao novo modelo de desenvolvimento do capitalismo mundial, tornam-se, ao lado da pesquisa tecnológica, prioritárias. É nesse contexto que entendemos as transformações das relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p. 59)

A centralidade dessas esferas de domínio cria uma representação de sociedade hifenizada, por um lado há uma minoria de trabalhadores altamente qualificados e especializados e em outro fluxo há uma maioria de trabalhadores desqualificados, pois a tecnologia no modo de produção capitalista reduz a mão de obra.

Esse movimento gera fatalmente omissão social porque provoca exclusão do trabalho, além de originar uma corrida desenfreada pela qualificação profissional requerida que poderia facilitar o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, que, por sua vez, somente com os conhecimentos científicos e tecnológicos, obtidos unicamente por meio de um maior nível de escolarização (SOUSA, ARRAIS NETO, ALBUQUERQUE, OLIVEIRA, 2012) permitiria a empregabilidade.

Toda essa conjuntura de mudanças na economia mundial, globalizada, afeta direta ou indiretamente todos os países, determinando suas políticas e ações na área educacional e em especial na educação técnica profissional.

No contexto brasileiro, a LDB nº 9.394/96, anteriormente referenciada, prevê orientações que norteiam e preconizam a oferta da educação profissional, sobretudo em seus artigos 39 e 40, anteriormente mencionados.

Ainda na década de 1990, essa LDB contempla as demandas do mercado quando antecipa a relação da educação, ciência e tecnologia com o trabalho enquanto observância aos objetivos da educação nacional, possibilitando a oferta de forma ampla para públicos e níveis de ensino básico e superior.

Outras regulamentações legais que impulsionaram o ensino técnico profissionalizante no Brasil foi a edição do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração da Rede Federal de Educação Tecnológica para constituição dos IFs.

Somada a essa decisão política, no ano seguinte a elaboração da Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Tecnológica e cria efetivamente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece suas finalidades e características, objetivos, estrutura organizacional, localidades.

Conforme o art. 2º, da lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia eles são assim definidos:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Lei nº 11.892/2008)

Percebemos a relação na própria denominação da instituição a integração do tripé educação, ciência e tecnologia e no corpo da lei observamos a preocupação com a formação profissional.

Apesar do sistema capitalista e suas marcas desiguais inerentes ao modelo econômico, a educação deverá basear-se num enfoque humanista que inclua a compreensão crítica do atual modo de produção sob controle do capital e das formas e caminhos de sua superação. (SOUSA, OLIVEIRA, 2014)

Na Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu, também é criado, representando as respostas presentes nos dispositivos jurídicos mediante as transformações do capitalismo que inaugura novos momentos e mudanças.

No próximo tópico, veremos como o processo de expansão da educação profissional ocorreu no Brasil, culminando com a institucionalização e expansão dos Institutos Federais de Educação, bem como uma breve história e importância dessa instituição, com destaque para abrangência da implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

5.2 IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: RECOMEÇO DE UM NOVO PERCURSO PARA A EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

As recentes mudanças ocorridas na história da educação pública profissional e tecnológica no Brasil percorreram um extenso caminho, com diversas experiências registradas desde a colonização até nossa história mais recente, assinalando diferenças significativas na estrutura institucional e organizacional dos estabelecimentos de ensino, destinados a essa modalidade de ensino, bem como nas distintas concepções do papel dessas instituições para a formação dos trabalhadores.

O processo de expansão do atual IF, cujo início ocorrera no ano de 1909, enquanto rede de educação profissional centenária, vem ocorrendo paulatinamente ao longo de sua narrativa, transformando-se, visto que, os contextos políticos, econômicos e sociais influenciam as mudanças na sociedade, especialmente no campo da educação.

Naquele ano, é publicado o Decreto nº 7.566, fundando a Escola de Aprendizes e Artífices, visando atender a população urbana do proletariado de todas as capitais brasileiras com a criação da

Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito, decisão assim justificada: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.

Podemos inferir que a medida legal tinha caráter de controle social para disciplinar os meninos (pobres), tidos como potenciais elementos de desordem social (GADELHA, 2010).

Além dessa característica de controle social, percebemos no texto legal precursor da articulação entre educação técnica e trabalho, o direcionamento da oferta de ensino, na modalidade de ensino técnico, exclusivamente para classes desvalidas, os filhos dos desfavorecidos da fortuna, para o ensino de atividades da área industrial, também implementado no Ceará em 1910.

Dando um salto diacrônico na história dessa instituição, houve modificações na sua nomenclatura: Escola de Aprendizes e Artífices (1910), Liceu Industrial de Fortaleza (1937), Escola Industrial de Fortaleza (1942), Escola Técnica Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFETCE (1994).

Essas alterações na denominação e no modelo de ensino ocorreram também em função do processo de industrialização no Brasil, pois esse “processo de industrialização que vinha sendo desencadeado a partir de 1930 e exigia um contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços” (MOURA, 2007, p.8) e, embora tardio, o Brasil necessitou da geração de mão de obra técnica cada vez mais especializada para operacionalizar, por exemplo, equipamentos importados.

Durante as décadas de 1940 e 1950, para ilustrar, cujo crescente processo de industrialização, antes realizado tão somente com tecnologias importadas, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura, conforme PDI/IFCE (2014 – 2018, p. 21).

Com o advento da industrialização no Brasil, conseqüentemente, vão surgindo demandas por profissionais qualificados, aumentando as exigências, para o setor educacional, da oferta de um ensino técnico (GADELHA, 2010, p. 38) que historicamente foi estigmatizado por ter sua oferta destinada a categorias sociais desvalorizadas.

Os dispositivos jurídicos expedidos ao longo da história para essa modalidade de ensino, embora objetivassem organizar o ensino técnico no Brasil, por vezes, sacramentavam tal preconceito não possibilitando o avanço da escolaridade e acesso ao ensino superior, além de tornar mais contundente a dualidade do sistema educacional, onde o ensino propedêutico, que prepara e habilita para estudos mais avançados era destinado às elites e o ensino profissional opção para parcela populacional mais carente.

É importante destacar que

a educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes (MOURA, 2007, p. 6).

Esse posicionamento em relação à educação designada para a classe social de menos prestígio representa uma conduta que não deve ser ignorada, para refletirmos, com base na genealogia do ensino técnico profissional e de suas instituições, evitando a reprodução dessa dualidade nociva para a conquista da educação e da cidadania plenas.

Um novo caminho para atender a crescente complexidade tecnológica, associada às novas bases de produção, em constante transformação, e para contribuir com o acesso à

educação e cidadania, culminou na atual e última mudança na reestruturação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica com a criação do IFCE.

Em 2008, essa mudança significativa, conferindo nova identidade à instituição, é definida. O IFCE é criado pela Lei nº 11.892/2008, conforme seu art. 5º: “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: [...] VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;”.

Conforme anteriormente destacado, a sustentação legal que possibilitou essa mudança de terminologia, bem como da estrutura institucional e organizacional, foi iniciada a partir do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e da Lei supracitada nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação.

No Decreto nº 6.095/2007, em seu art. 1º, § 1º e 2º, determinou-se as novas instituições caracterizadas “com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar” (art. 1º, § 1º) para ofertar educação de nível superior e básico, priorizando a modalidade de educação profissional, com estrutura “pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas” (art. 1º, § 2º).

Os IF's, como passaram a ser denominados, experimentam novas transformações, principalmente com a ampliação de unidades, com a duplicação do número de *campi*, com a contratação de funcionários efetivos e com a reforma na estrutura administrativa, passando a ser dotados de mais autonomia, de modo a assemelhar-se à estrutura das instituições de ensino superior (IEs). (SOUSA, ARRAIS NETO, OLIVEIRA, BESSA, 2012, p.240)

Conforme a Lei nº 11.892/08, as ofertas de educação profissional e tecnológica devem abranger modalidades de ensino diferenciadas, articulando as práticas educativas, a ciência e a tecnologia, para a formação qualificada dos futuros profissionais, tendo em vista que a educação profissional relaciona educação, educação profissional e tecnologia voltadas para o processo de produção e organização do trabalho, exigindo constante atualização da divisão técnica do trabalho e formação de jovens produtivos e atualizados nos avanços tecnológicos para elevar os padrões de inovação tecnológica nacional.

Essa cooperação da educação profissional também propicia o progresso regional, contemplado através das ações previstas na legislação de expansão dos Institutos Federais, a oferta verticalizada do ensino em todos os níveis de educação para jovens e adultos através das finalidades estabelecidas no art. 7º da Lei nº 11.892/2008:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior

Percebemos na oferta de educação profissional prioridade para os cursos técnicos integrados, destinados aos egressos do ensino fundamental, seguido de cursos para formação de trabalhadores, educação em nível superior, além da atenção dada à pesquisa e extensão.

Essa disposição institucional, norteada pelo modelo que engloba também educação superior, pluricurricular e estrutura de multicampi, somado ao tripé ensino, pesquisa e extensão equipara os Institutos Federais, mais uma vez, nesse aspecto, a universidades federais.

Esse novo modelo institucional que “possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, em diferentes níveis e modalidades do ensino, atuando em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos”, conforme PDI/IFCE (2014 – 2018, p.25), no Ceará iniciado em 2008 com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) possui o intuito de responder “de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.” (BRASIL, 2010, p.3).

Essa exigência, no entanto, representa um dos conflitos e contradições dos IFs, pois propõe uma concepção sustentada pelo discurso educacional do capitalismo, subordinado aos interesses da economia de mercado, que defende a qualificação a partir da educação profissional como uma das poucas alternativas possíveis para inclusão no mercado de trabalho.

Essa incoerência (não expressa de forma clara) é emblemática e faz-se presente no PDI 2014 – 2018 do IFCE, cuja missão expressa a obrigação, não somente de difundir e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos, mas busca a formação integral do cidadão e sua inserção social, política, cultural e ética.

Essa contradição é citada nas Concepções e Diretrizes para educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2010, p. 20):

De fato, as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos. Em comum, a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional e tecnológica. No entanto, é necessário ressaltar, neste contexto, uma outra dimensão associada à rede federal de educação profissional e tecnológica e que diz respeito à competência de instituições de tecerem em seu interior propostas de inclusão social e de construir “por dentro delas próprias” alternativas pautadas nesse compromisso, definidas pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de política de governo. (BRASIL, 2010, p. 20)

As dimensões relacionadas à rede federal de educação profissional e tecnológica e consecutivamente ao IFCE, se por um lado esboça a preocupação com a centralidade do mercado, com a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático, por outro lado são submergidas pela capacidade de inclusão social, criando oportunidades e diminuindo desigualdades sociais.

Esses avanços sociais, embora que tímidos, representam os valores das atividades institucionais do IFCE, que por sua vez, procuram atingir a valorização do compromisso ético com responsabilidade social, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com sustentabilidade ambiental, de acordo com o PDI/IFCE (2014 – 2018).

Apesar de algumas distorções veladas, o IFCE possibilita o acesso ao ensino público técnico de nível médio, superior e na pós-graduação, democratizando as alternativas para ingresso em uma formação de qualidade.

Dentre outras diretrizes legais, o processo de expansão estava previsto, sobretudo porque a interiorização seria uma forma de possibilitar o acesso à educação, bem como descentralizar as oportunidades de alcance e ascensão ao ensino.

É importante destacar que a expansão / interiorização do IFCE, iniciou com os seguintes *campi*: Fortaleza, Maracanaú, Cedro, Juazeiro do Norte, Crato e Iguatu e na segunda fase do plano de expansão com mais seis outros *campi*, localizados em cidades-polo distribuídas em todo o Estado. (GADELHA, 2010).

O IFCE é composto atualmente pela reitoria e por 31 *campi* em funcionamento distribuídos no estado do Ceará com 22.156⁶ alunos regularmente matriculados, no período letivo 2017.1 distribuídos nos municípios de Acaraú, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Paracurú, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza⁷, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Esses dados numéricos e acadêmicos do IFCE, bem como, perfil de seus estudantes, informações sobre os cursos, dentre outros, estão unificados e padronizados conceitualmente em números na ferramenta “*IFCE em números*”⁸, constituindo fonte de pesquisa aberta à comunidade acadêmica e ao público em geral.

Esse instrumento tecnológico (ifceemnumeros.ifce.edu.br) dá elementos à gestão da instituição para subsidiar as decisões estratégicas no âmbito do IFCE, proporcionando suporte a diferentes setores.

Atualmente, as formações ofertadas por tipo de curso nos 27 *campi* estão distribuídas conforme quadros a seguir organizados por oferta de cursos (técnicos, superiores e pós-graduação).

⁶ Números coletados no site institucional <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>, acesso em 03/05/2017.

⁷ O Polo de Inovação Fortaleza foi implantado em 2014 para atuar na área de Mobilidade Digital e Sistemas Embarcados para ampliar o uso da capacidade tecnológica do IFCE no atendimento às demandas de pesquisas aplicadas de empresas industriais, proporcionando, com projetos de inovação tecnológica, o fortalecimento de um modelo voltado para a competitividade de pequenas, médias e grandes empresas do setor industrial. Para saber mais: <http://ifce.edu.br/polodeinovacao/sobre>.

⁸ Ferramenta *online* que traz uma coletânea organizada dos dados acadêmicos do IFCE, como perfil de estudantes, informações sobre cursos, entre outros elementos como número de discentes matriculados, gênero, situação das turmas, taxa de conclusão, bem como origem desses estudantes e modalidades de cursos. Sua primeira versão foi lançada em novembro de 2015.

Quadro 1 - Cursos técnicos ofertados pelos *campi* do IFCE por tipo de curso

Cursos técnicos concomitantes	Cursos técnicos integrados	Cursos técnicos subsequentes	Cursos técnicos integrados (Proeja)
Administração: Baturité	Agroindústria: Iguatu	Agricultura: Tianguá	Eletrotécnica: Cedro
Agronegócio: Tauá	Agropecuária: Crato, Iguatu e Umirim	Agroindústria: Iguatu e Sobral	Informática: Crato e Umirim
Agropecuária: Crateús e Limoeiro do Norte,	Edificações: Crateús, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Fortaleza e Quixadá	Agronegócio: Crato (EaD)	Mecânica Industrial: Juazeiro do Norte
Agricultura: Aracati e Morada Nova	Eletroeletrônica: Caucaia	Agropecuária: Crato, Crateús, Iguatu e Umirim	Refrigeração e Climatização: Fortaleza
Automação Industrial: Maracanaú	Eletrotécnica: Cedro, Juazeiro do Norte e Fortaleza	Alimentação escolar: Quixadá (EaD)	
Controle Ambiental: Quixadá	Eventos: Canindé	Alimentos: Ubajara	
Edificações: Fortaleza, Crateús, Morada Nova e Quixadá	Informática: Cedro e Fortaleza	Aquicultura: Acaraú	
Eletrotécnica: Cedro e Fortaleza	Informática para internet: Crato	Automação industrial: Maracanaú (presencial e EaD)	
Eletroeletrônica: Limoeiro do Norte e Caucaia	Mecânica: Itapipoca	Comércio: Iguatu	
Eletromecânica: Jaguaribe	Mecânica industrial: Cedro e Fortaleza	Construção naval: Acaraú	
Fruticultura: Limoeiro do Norte	Metalurgia: Caucaia	Edificações: Crateús e Juazeiro do Norte (EaD)	
Guia de Turismo: Aracati	Nutrição e dietética: Iguatu	Eletrotécnica: Fortaleza (EaD) e Sobral	
Hospedagem: Baturité	Petroquímica: Aracati e Caucaia	Eventos: Canindé	
Informática: Aracati, Maracanaú e Morada Nova	Química: Crateús, Fortaleza e Quixadá	Fruticultura: Sobral	
Instrumento Musical (Flauta Doce): Fortaleza	Telecomunicações: Canindé e Fortaleza	Guia de turismo: Fortaleza	
Instrumento Musical (Teclado): Fortaleza		Hospedagem: Baturité e Guarimiranga	
Instrumento Musical (Violão): Fortaleza		Informática: Fortaleza (EaD), Iguatu e Tianguá	
Manutenção Automotiva: Fortaleza e Tabuleiro do Norte		Infraestrutura escolar: Quixadá (EaD)	
Mecânica industrial: Cedro, Fortaleza e Limoeiro do Norte.		Manutenção e Suporte em Informática: Camocim	
Meio Ambiente: Limoeiro do Norte, Maracanaú e Quixadá		Mecânica: Sobral	
Metalurgia: Caucaia,		Meio Ambiente: Maracanaú (EaD) e Sobral	
Panificação: Limoeiro do Norte		Multimeios didáticos: Quixadá (EaD)	
Petróleo e Gás: Tabuleiro do Norte		Nutrição e dietética: Iguatu	
Petroquímica: Caucaia		Panificação: Sobral	
Química: Quixadá		Pesca: Acaraú	
Redes de Computadores: Maracanaú		Química: Quixadá (EaD)	
Segurança do Trabalho: Morada Nova		Redes de computadores: Fortaleza (EaD)	
		Secretaria Escolar: Quixadá (EaD)	
		Segurança do Trabalho: Fortaleza (presencial e EaD) e Sobral	
		Serviços de Restaurante e Bar: Acaraú e Camocim	
		Telecomunicações: Canindé	

Fonte: <http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1/cursos-tecnicos>

Os 27 cursos técnicos concomitantes, os 15 cursos integrados ao ensino médio; os 31 cursos subsequentes ao ensino médio e os 4 cursos Proeja⁹ são distribuídos entre os eixos tecnológicos das áreas de Controle e processos industriais (Mecânica industrial e Metalurgia, Eletroeletrônica); Gestão e negócios (Comércio); Informação e comunicação (Informática, Redes de computadores); Infraestrutura (Edificações); Produção industrial (Química, Petroquímica); Turismo hospitalidade e lazer (Eventos), Segurança (Segurança do trabalho); Ambiente e saúde (Meio ambiente, Nutrição e dietética); entre outros.

No quadro abaixo veremos os cursos superiores do IFCE distribuídos em bacharelado, licenciatura e tecnologias.

Quadro 2 - Cursos superiores ofertados pelos campi do IFCE por tipo de curso

Bacharelados	Licenciaturas	Tecnologias
Agronomia: Limoeiro do Norte	Artes Visuais: Fortaleza	Agronegócio: Quixadá
Ciência da Computação: Maracanaú e Aracati	Ciências Biológicas: Acaraú e Jaguaribe	Alimentos: Limoeiro do Norte e Sobral
Engenharia Ambiental: Juazeiro do Norte	Educação Física: Canindé, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte	Automação Industrial: Juazeiro do Norte
Engenharia Ambiental e Sanitária: Maracanaú e Quixadá	Educação Profissional Científica e Tecnológica: Fortaleza (EaD)	Construção de Edifícios: Juazeiro do Norte
Engenharia Civil: Fortaleza e Morada Nova	Física: Acaraú, Crateús, Fortaleza, Sobral e Tianguá	Estradas: Fortaleza
Engenharia de Agricultura: Morada Nova	Letras: Crateús	Gastronomia: Baturité e Ubajara
Engenharia de Computação: Fortaleza	Letras Português-Inglês: Baturité e Camocim	Gestão Ambiental: Fortaleza
Engenharia de Controle e Automação: Maracanaú	Matemática: Canindé, Cedro, Crateús, Fortaleza e Juazeiro do Norte (presencial e EaD)	Gestão de Turismo: Canindé
Engenharia de Mecatrônica: Fortaleza	Química: Camocim, Iguatu, Maracanaú e Quixadá	Gestão Desportiva e de Lazer: Fortaleza
Engenharia de Produção Civil: Quixadá	Teatro: Fortaleza	Hotelaria: Aracati, Baturité e Fortaleza (presencial e EaD)
Engenharia de Telecomunicações: Fortaleza		Irrigação e Drenagem: Iguatu e Sobral
Engenharia Mecânica: Maracanaú		Manutenção Industrial: Maracanaú
Nutrição: Limoeiro do Norte		Mecatrônica Industrial: Cedro, Fortaleza, Limoeiro do Norte e Sobral
Serviço Social: Iguatu		Processos Ambientais: Camocim
Sistemas de Informação: Cedro e Crato		Processos Químicos: Fortaleza
Turismo: Fortaleza		Rede de Computadores: Canindé e Jaguaribe
Zootecnia: Crato		Saneamento Ambiental: Fortaleza, Limoeiro do Norte e Sobral
		Telemática: Fortaleza e Tauá

Fonte: <http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1/cursos-superiores>

⁹ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos.

Os cursos superiores são distribuídos em Bacharelado (17 cursos); Licenciatura (10 cursos) e Tecnologia (18 cursos). As áreas de conhecimento são diversificadas, a exemplo do que ocorre na oferta dos cursos técnicos.

Para ilustrar, as áreas e os respectivos cursos oferecidos são: Ciências exatas; (Matemática) Ciências Agrárias (Agronomia); Ciências Biológicas (Zoologia); Engenharias (Engenharia de Produção); Ciências Sociais Aplicadas (Turismo, Serviço Social); Linguística, Letras e Artes (Letras, Teatro).

A atuação do IFCE também abrange a pós-graduação, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 11.892/2008 em suas finalidades, como verificamos no Quadro 3.

Quadro 3 - Cursos de pós-graduação ofertados pelos campi do IFCE por tipo de curso

Especializações		Mestrado	Doutorado interinstitucional
Presenciais	A distância		
Educação Física Escolar (campus de Canindé)	Aperfeiçoamento em Docência da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (campus de Fortaleza)	Ensino de Ciências e Matemática (campus de Fortaleza)	Engenharia de Alimentos (parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina)
Planejamento e Gestão de Políticas Públicas (campus de Canindé)	Elaboração e Gerenciamento de Projetos para Gestão Municipal de Recursos Hídricos (campus de Fortaleza / ANA)	Tecnologia em Alimentos (campus de Limoeiro do Norte)	Engenharia de Teleinformática (parceria com a Universidade Federal do Ceará)
Fruticultura Irrigada (campus de Limoeiro do Norte)		Tecnologia e Gestão Ambiental (campus de Fortaleza)	Física (parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Gestão Ambiental (campus de Sobral)		Engenharia de Telecomunicações (campus de Fortaleza)	Artes (parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais)
Gestão e Controle Ambiental (campus de Limoeiro do Norte)		Energias Renováveis (campi de Maracanaú e Fortaleza)	Fitotecnia (parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido)
Inovação Tecnológica (campus de Fortaleza)		Ciência da Computação (campi de Fortaleza e Maracanaú)	Zootecnia (parceria com a Universidade Federal de Viçosa)
Segurança Alimentar (campus de Limoeiro do Norte)		Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (em rede)	Educação (parceria com a Universidade Estadual Paulista)
		Mestrado em Ensino de Física (em rede)	

Fonte: <http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1/cursos-de-pos-graduacao>

A especialização ofertada ocorre nos modelos presenciais (7 cursos) e a distância (2 cursos), com destaque para os *campi* de Canindé (2 cursos) e de Limoeiro do Norte (3 cursos). Os mestrados oferecidos são descentralizados, pois abrange os *campi* de Maracanaú e Limoeiro do Norte, além do *campus* Fortaleza e os cursos de doutorado são em parceria com

outras instituições como as Universidades Federais do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais.

Os cursos de especialização, mestrado e doutorado também contemplam diversas áreas do conhecimento, possibilitando o enriquecimento de conhecimento para o ensino, pesquisa e extensão do IFCE, bem como das instituições parceiras.

Somado a essa diversidade de cursos em níveis e modalidades, o IFCE oferta cursos de extensão no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹⁰ e cursos de extensão de Formação Inicial e Continuada.

De fato, percebemos um avanço na abrangência geográfica, sobretudo para os municípios do interior do estado do Ceará e região metropolitana de Fortaleza, cuja demanda permanece carente por acesso à educação, pois as estatísticas e pesquisas demonstram essa necessidade de ampliação da oferta de ensino.

A implantação das unidades de ensino apontava, desde suas duas fases com apenas 12 *campi*, que representou a democratização no ingresso no ensino público, não mais cerceado à capital, para “o objetivo primordial da educação tecnológica: propiciar ao futuro profissional, desenvolvendo uma visão social de evolução da tecnologia, do processo de transformações ocorrido por meio das inovações, das descobertas” (GADELHA, 2010, p.24).

O processo sistemático de expansão da educação profissional através da criação, integração e interiorização dos Institutos Federais foi embasado nas políticas públicas, a partir de reformas educacionais a exemplo do Decreto nº 6.095/2007 e da Lei nº 11.892/2008.

Essa regionalização / interiorização de unidades do IFCE representa uma atuação territorial configurada na proposta de reestruturação organizacional do IFCE, caracterizada por estrutura pluricurricular de *multicampi*, que conforme o art. 8º do Decreto nº 6.095/2007 “Os projetos de lei de instituição dos IFETs definirão estruturas *multicampi*, com gestão orçamentária e financeira descentralizada.” onde “Cada *campus* corresponderá a uma unidade descentralizada.” (Decreto nº 6.095/2007 , art. 8º, § 1º).

Essa ampla mudança institucional promovida pelos dispositivos jurídicos (o Decreto nº 6.095/2007 e a Lei nº 11.892/2008) foi inicialmente discutida e analisada pelos segmentos de docentes, técnico-administrativos e de alunos do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE), cuja aprovação foi absoluta por parte da comunidade acadêmica.

¹⁰ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

De acordo com a Proposta de Implantação do CEFETCE em IFET, de 2008, a proposta dos IFs foi um passo decisivo em direção ao crescimento, porque o novo modelo institucional permitiria e ampliaria a atuação para pesquisa e extensão, além do ensino nos diferentes níveis profissional e tecnológico.

Ainda conforme os documentos retrocitados, o IFCE, na jurisdição do estado do Ceará, experimentaria um crescimento na oferta de vagas acima da média nacional até 2010, recuperando investimentos federais em educação para o estado do Ceará, gerando receita de orçamento da esfera federal para as sedes do IFCE que abrangeriam territorialmente regiões estratégicas do estado.

Mais uma vez com Gadelha (2010, p.111-112) verificamos a importância singular dessa instituição, destacada pela autora:

A implantação do IFCE, com unidades localizadas em áreas estratégicas do Estado do Ceará, contribuirá para o desenvolvimento da região, por meio da oferta de educação de excelência no ramo profissional tecnológico em diferentes níveis e modalidades, incluindo a formação de professores, ao que se somará a articulação com arranjos produtivos econômicos, culturais e sociais.

Uma das áreas estratégicas é o município de Caucaia-CE, que dentro da trajetória do IFCE iniciou suas atividades em 2010, fazendo parte do processo de ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica.

O IFCE *campus* Caucaia permite uma articulação próxima com os setores produtivos presentes na região, sobretudo nas atividades referentes à indústria e o caminho percorrido por essa jovem unidade de ensino, inserida na perspectiva do capitalismo, será explanado no tópico a seguir.

5.3 CRIAÇÃO DO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA: NOVA TRAJETÓRIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No contexto do capitalismo neoliberal e diante das mudanças ocorridas no sistema de ensino técnico profissionalizante, o IFCE busca possibilitar o alcance à educação em vários municípios do estado.

O percurso da educação profissional numa perspectiva histórica a nível nacional, a exemplo do que ocorre no IFCE *campus* Caucaia, apontava para a importância estratégica da instrução pública do sistema de ensino nacional para atender a demanda por mão de obra.

Dentro dessa situação, o IFCE *campus* Caucaia, exerce suas atribuições no ensino, pesquisa e extensão, tendo como missão “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.” (IFCE, 2015, p. 4).

Após o período de 1909, ano de fundação da Escola de Aprendizes e Artífices, a designação do IFCE e sua finalidade foram alteradas com as seguintes denominações: Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Técnica Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (1994).

Apesar dessas mudanças, sua localização geográfica era limitada quase que exclusivamente à capital, fator que impossibilitava o acesso ao ensino aos demais jovens e adultos do interior do estado.

Em sua narrativa atual, os dispositivos legais, o Decreto nº 6.095/2007 e a Lei nº 11.892/2008, possibilitaram, respectivamente, as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFETs, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dos IF's.

Dentro dessa perspectiva legal, o IFCE *campus* Caucaia, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará, foi inaugurado em 27 de dezembro de 2010, e em 26 de agosto de 2011 a unidade de educação foi entregue oficialmente à população de Caucaia, inicialmente como *campus* avançado do IFCE de Maracanaú, e em 2012 iniciou a estrutura organizacional como *campus* autônomo.

De acordo com a justificativa dos primeiros Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos do então *campus* avançado de Caucaia, sua implantação foi “uma resposta às necessidades de mão de obra especializada do complexo industrial do Pecém”, visto que, ainda segundo o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletroeletrônica (2012):

Ao redor do Porto do Pecém está sendo estruturado o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que abrigará uma siderúrgica e uma refinaria, em processo de implantação, entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Durante as obras da Refinaria Premium II está prevista a geração de cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos o que, por consequência, aumentará o nível de renda da população do entorno. Nesse empreendimento, 14 mil pessoas estarão envolvidas na implantação. Na fase de obras civis serão mobilizadas cerca de 7,5 mil pessoas. Neste contexto, o IFCE - *Campus* Avançado de Caucaia torna-se peça chave para atender às demandas de mão-de-obra do complexo industrial do Pecém nas diversas etapas de implantação e funcionamento, por meio da criação do curso Técnico em Eletroeletrônica com foco em instrumentação Industrial. A intenção é contribuir para

o desenvolvimento educacional e socioeconômico da Região, promovendo a integração da sociedade com as demandas do setor produtivo.

Ressalta-se que os profissionais egressos dos cursos do *Campus* Avançado de Caucaia irão atender não só a demanda emergencial da refinaria e siderúrgica, mas também a todas as empresas do polo industrial de Caucaia e outros setores correlatos que se estabelecerem no entorno da Região. (IFCE, 2012, p. 6-7)

Os empreendimentos elencados e as oportunidades de emprego previstas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, inaugurado em 2002, são destacados como pontos centrais para a implementação do *campus* Caucaia, alavancando a necessidade de atividades com foco no refino de petróleo e na instrumentação industrial, cujos cursos que contemplam essas áreas são respectivamente Técnico em Petroquímica e Técnico em Eletroeletrônica.

Numa breve descrição do município, Caucaia possui os seguintes distritos: Caucaia Sede, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, com população estimada em 358.164 de habitantes¹¹.

De acordo com o documento *Cenário Atual do Pacto pelo Pecém*, a caracterização econômica da economia local de Caucaia

é baseada na agricultura [...] e na pecuária. Além disso, o município faz parte da região metropolitana de Fortaleza, constituindo-se em importante polo industrial do Estado. O turismo, também, é uma importante de renda local devido aos atrativos naturais como a arquitetura colonial, cultura indígena e locais de peregrinação (turismo religioso), cabendo destacar como principais atrações turísticas: as praias do Cumbuco, Icaraí, Pacheco, Iparana, Dois Coqueiros e Tabuba (CEARÁ, 2013, p. 201-202).

Além dessas atividades econômicas agrícolas, pecuárias, de turismo, a atividade industrial, como destacamos, é bastante presente, segundo estatísticas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), os dados gerais de indústria apresentados no *Anuário Estatístico do Ceará – 2015* para empresas industriais ativas em Caucaia foram: 2012, 1.394 empresas; 2013, 1.639 empresas e 2014, 1.676 empresas.

Esses segmentos produtivos, sobretudo nas áreas de Siderurgia, Petroquímica, Geração de Energia, Eletromecânica e Metalmeccânica, foram ampliados com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), inaugurado em março de 2002, como “elemento capaz de fundamentar e atender as demandas empresariais, visando atender indústrias de base voltadas para as atividades de siderurgia, refino de petróleo, petroquímica e

¹¹ Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230370&search=ceara|caucaia> . Acesso em 06/10/2016.

de geração de energia elétrica”¹² fortalecendo a constituição de um polo industrial metalmeccânico.

Nesse sentido, foi inaugurada no ano de 2007 a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que através do terminal portuário, irá atuar como Zona de Processamento de Exportação (ZPE), pertencente a esse complexo industrial, localizado em São Gonçalo do Amarante - CE, no distrito de Pecém, distante aproximadamente 15 km do município de Caucaia e 60 km de Fortaleza-CE.

De acordo com o *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018* (PDI) do IFCE Caucaia, assim como definido nos primeiros projetos pedagógicos, a exemplo do *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletroeletrônica*, anteriormente citado,

Foi nesse contexto que o governo federal, dentro do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica, decidiu implantar um *campus* no município de Caucaia, sendo uma resposta às necessidades de mão de obra especializada para atender as demandas emergentes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. (PDI/IFCE, 2014 – 2018, p. 13)

Pois, ainda conforme o documento institucional:

O CIPP tem papel de destaque no PIB do Ceará, sobretudo pela implantação das mais diversas empresas que atuam em setores como: Siderurgia, Petroquímica, Geração de Energia, Eletromecânica e Metalmeccânica. Dentre as empresas implantadas e em implantação tem-se: Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, Refinaria Premium II, Termoceará, Wobben, Energia Pecém Geração de Energia, dentre outras. (PDI 2014 – 2018, p. 13)

Nesse rol de empresas, a Refinaria Premium II teve seu projeto interrompido, conforme nota de esclarecimento da Petrobrás em 11/11/2015, que afirmou a inviabilidade de resultados econômicos satisfatórios, culminando com a descontinuidade do projeto.

O plano de expansão da rede federal de educação tecnológica confere destaque à educação profissional, ainda que com o cancelamento desse projeto, como uma alternativa de viabilizar o acesso ao emprego através da educação / qualificação, que, embora seja um discurso de subordinação aos interesses da economia de mercado, por outro lado beneficia a economia regional gerando emprego e renda, sobretudo para a população com menor renda, pois a desigualdade socioeconômica obriga a entrada precoce no mercado de trabalho, especialmente de jovens.

¹² Fonte: <http://www.cearaportos.ce.gov.br/index.php/terminal-portuario-do-pecem/historico> . Acesso em 29/09/2016.

Os indicadores do nível educacional da população de Caucaia, entre os anos de 2007 a 2010, revelam que a taxa de escolarização no ensino fundamental passou de 83,1% para 81,1% e no nível médio decresceu de 50,4% para 38,4%, fato que merece atenção, pois afetam a formação de nível técnico ou superior (CEARÁ, 2013).

Nesse propósito, o desenvolvimento regional a partir da vocação local, sobretudo no eixo tecnológico de controle e processos industriais, influenciou a implementação dos cursos técnicos em Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica, inicialmente com modelo concomitante, e em 2015 iniciando a oferta de vagas nos mesmos cursos apenas para a modalidade integrada em tempo integral.

A relação economia - educação profissional está na origem da modalidade do ensino técnico profissional, pois desde suas origens coadunava suas finalidades para uma integração com o setor produtivo, no entanto, essa articulação com o mercado, embora necessária, não pode perder de vista a razão de ser dessa instituição: seus estudantes e o conhecimento, pois o desenvolvimento de ambos deve ser a centralidade primeira do ensino para garantir a cidadania, mesmo que, parcialmente plena, dada à realidade do capitalismo.

Dessa forma, o acesso à cidadania é um direito proporcionado também pela formação e qualificação profissional, pois permite aos indivíduos participação nos diversos setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional, atuação preconizada pelas finalidades estabelecidas no PDI 2014 – 2018 (IFCE, 2014, p.13), visto que

orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação, [pois] o *campus* Caucaia define a sua oferta de cursos, levando em consideração a demanda por profissionais altamente qualificados dotados de conhecimento tecnológico, determinada pela atividade industrial, largamente dominante no município.

Para tanto, no IFCE *campus* Caucaia sua filosofia de trabalho, missão a que se propõe, diretrizes pedagógicas norteadoras das ações, estrutura organizacional e atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, estão balizadas a partir dos dispositivos legais e dos eixos ensino, pesquisa, extensão e da gestão administrativa para expansão e atuação estratégica do *campus*, visando elevar o número de matrículas e a qualidade do ensino.

Para atingir sua missão e seus objetivos, de acordo com o artigo 4º do Regulamento da Organização Didática (ROD,), assim como nos demais ordenamentos jurídicos, a organização acadêmica do ensino desenvolvido no IFCE deve:

- I. formar o educando para a vida e para o trabalho, desenvolvendo o senso crítico e o espírito científico;
- II. promover o desenvolvimento tecnológico, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- III. qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, objetivando a sua inserção e o melhor desempenho no mundo do trabalho. (IFCE, 2016, p. 7)

Essa organização acadêmica tem como intuito fundamental a formação do educando para a vida e o trabalho, o desenvolvimento tecnológico e a qualificação profissional ampliada para o mundo do trabalho.

A área de atuação acadêmica do IFCE *campus* Caucaia, desde o início do seu funcionamento, contempla educação profissional técnica de ensino nos cursos técnicos em Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica, na modalidade concomitante (onde o aluno cursa o ensino médio regular em outra instituição de ensino) iniciando a oferta dos mesmos cursos na modalidade integrada (quando o aluno cursa o ensino médio juntamente com o ensino técnico) em tempo integral em 2015, com periodicidade de oferta semestral (35 vagas por curso), podendo ser a posteriori anual (70 vagas por curso).

Para fornecer subsídios com informações que orientem a escolha de cursos e sua atuação, há o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos 2014 (CNCT), documento elaborado pelo Ministério da Educação que organiza a oferta dos cursos técnicos. Os cursos técnicos em Eletroeletrônica e Metalurgia pertencem ao eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais e o curso técnico em Petroquímica ao eixo tecnológico de Produção industrial, eixos relevantes para a região.

O Catálogo descreve e caracteriza os eixos tecnológicos, bem como o perfil profissional de cada área de atuação. Os eixos de Controle e Processos Industriais e de Produção Industrial e sua organização curricular são apresentados como:

tecnologias associadas a infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas. Abrange proposição, instalação, operação, controle, intervenção, manutenção, avaliação e otimização de múltiplas variáveis em processos, contínuos ou discretos.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional. (BRASIL, 2014, p. 43)

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO INDUSTRIAL compreende tecnologias relacionadas a sistemas de produção, técnicas e tecnologias de processos físico-químicos e relacionados à transformação de matéria-prima e substâncias, integrantes

de linhas de produção. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional. (BRASIL, 2014, p.202)

Os cursos técnicos em Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica tem como perfil profissional, respectivamente, o desenvolvimento das seguintes atividades:

Planeja e executa a instalação e manutenção de equipamentos e instalações eletroeletrônicas industriais. Projeta e instala sistemas de acionamento e controle eletroeletrônicos. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes de energias alternativas. Elabora, desenvolve e executa projetos de instalações elétricas em edificações em baixa tensão. Realiza medições, testes e calibrações de equipamentos eletroeletrônicos. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão. Inspecciona componentes, produtos, serviços e atividades de profissionais da área de eletroeletrônica. (BRASIL, 2014, p. 45)

Supervisiona e controla processos de preparação de matérias-primas e insumos. Elabora e realiza análises químicas, metalográficas, ensaios mecânicos, processos de fundição, modelagem e tratamento térmico de peças metálicas. Inspecciona e coordena a manutenção de equipamentos e de instalações. Elabora projetos de ferramentas. Desenvolve projetos e planos de negócios na área de produção e de comercialização. (BRASIL, 2014, p.60)

Planeja, opera, monitora e controla processos de produção petroquímica e de petróleo. Realiza amostragens, análises químicas e físico-químicas. Avalia e controla a qualidade de matérias primas, insumos e produtos. (BRASIL, 2014, p. 218)

Como observamos, os eixos tecnológicos contemplam numa visão geral as atividades que a área pode executar, bem como norteia a organização curricular das disciplinas. Já o perfil profissional dos cursos específicos tem as atribuições práticas melhor detalhadas, mostrando afinidades com a oferta de oportunidades de trabalho na região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Vale destacar que para a definição dos cursos no IFCE *campus* Caucaia ocorre audiência pública para consulta da comunidade acadêmica e da sociedade local, processo que constitui parte da escolha dos cursos.

No *campus* Caucaia, conforme audiência pública, realizada em 2016, para eleição de novos cursos para oferta de forma gradativa, “o *campus* de Caucaia do Instituto Federal do Ceará avança no planejamento das ações com vistas a garantir a oferta de 11 novos cursos, entre técnicos e superiores, a serem implantados a partir de 2017”, pois “Para a

oferta desses novos cursos, é necessário haver todo um estudo minucioso que versa desde a composição de corpo técnico e docente até a infraestrutura. Isso já vem sendo feito pela Direção-geral do *campus* e pela Reitoria”¹³.

Os cursos aprovados em audiência pública realizada no segundo semestre de 2016 foram: Técnico em Química, Técnico em Informática, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Logística, Técnico em Administração, Tecnólogo em Mecatrônica Industrial, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Engenharia Mecatrônica, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática.

Para o semestre 2017.2, há a previsão de oferta de três cursos superiores: Licenciatura em Química, Licenciatura em matemática, Tecnólogo em Mecatrônica e um curso técnico concomitante de Técnico em Logística.

As instituições federais possuem autonomia para criação e implantação de cursos, nos variados níveis de educação profissional e tecnológica (SOUSA, 2011, p. 93), mas para desfrutar dessa prerrogativa legal, para viabilizar e ampliar a oferta de cursos em diferentes turnos, o processo de implementação depende também de fatores externos ao *campus*, tal como linhas de transporte coletivo público, iluminação pública, segurança pública, por exemplo, que implicam parcerias com o município.

Já o processo de implementação da política pública para os cursos técnicos integrados no IFCE *campus* Caucaia, cuja prioridade é ministrar educação profissional técnica de nível médio, demandada pela região, na forma de cursos integrados, conforme a legislação de criação dos IF's, possibilita a expansão do *campus* que desde o início de seu percurso, enquanto instituição de ensino, percorre desafios de diversas naturezas: do planejamento orçamentário para manutenção e funcionamento satisfatório do *campus* a questões pedagógicas, de currículo, de ensino e aprendizagem, dentre outras.

A modalidade de ensino técnico integrado ao ensino médio, prioridade para o IFCE, definida em legislação, representa uma possibilidade de melhoria de vida para jovens, visto que “a realidade concreta impunha a profissionalização de parte dos adolescentes e jovens antes da conclusão da última etapa da educação básica” (MOURA, 2013, p. 712) aproximando o currículo do educando das dimensões do próprio trabalho, da ciência, tecnologia e cultura, buscando uma formação humana integral, bem como outros valores necessários para conquista da cidadania.

¹³ Fonte: <http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/caucaia-se-prepara-para-ofertar-mais-11-cursos>. Acesso em 21/07/2016.

Outro desafio mais recente na história do *campus* trata-se do recebimento do Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC), construído pelo Governo do Estado no Complexo Portuário do Pecém, entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, firmado em termo de cooperação entre o IFCE *campus* Caucaia e o Governo do Estado do Ceará.

As atividades do IFCE no *campus* avançado do Pecém iniciaram no primeiro semestre de 2016 priorizando “a capacitação de trabalhadores do complexo portuário do Pecém e para a formação de novos profissionais qualificados para atuação nas áreas de metalmeccânica, petroquímica, construção civil e logística e transporte”¹⁴.

O IFCE *campus* Caucaia promoveu processo seletivo simplificado para ingresso em cursos de extensão do *campus* avançado do Pecém, ofertando 100 vagas nos cursos de Inglês para Comunicação Básica e de Operador de Computador, cujo público-alvo contempla jovens e adultos, cursando pelo menos o 3º ano do Ensino Médio, ou com Ensino Médio concluído. A oferta dos cursos, mais uma vez, perpassa pelos objetivos e finalidades pertinentes nos dispositivos legais de criação e implementação do IFCE, como por exemplo, o que prevê o Decreto nº 5.154/2004 em seu art. 42: “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Ainda em 2016, sobreveio novo processo seletivo para o *campus* avançado do Pecém, para 255 vagas, com oito cursos técnicos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC): Almojarife; Operador de Processos Químicos Industriais; Operador de Tratamento de Águas e Efluentes; Desenho Técnico Mecânico Industrial; Inglês para Comunicação Básica (Nível I); Português Instrumental; Eletricidade Básica e Introdução à Metrologia¹⁵.

Em novembro de 2016, o *campus* avançado do Pecém aprovou seus dois primeiros cursos regulares: Eletromecânica e Automação Industrial, com duração de dois anos, ampliando a oferta do ensino técnico para região.

A oferta de cursos integrados, bem como dos demais cursos FIC¹⁶, são ações que consideram também, além das diretrizes dos demais dispositivos legais, as metas estabelecidas no *Plano Nacional de Educação 2014 – 2024* (PNE), outro documento base

¹⁴ Fonte: <http://ifce.edu.br/noticias/ifce-recebe-centro-de-treinamento-no-pecem>. Acesso em 21/07/2016.

¹⁵ Fonte: <http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/pecem-divulga-resultado-da-selecao-para-255-vagas-1>. Acesso em 29/09/2016.

¹⁶ Cursos Técnicos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional.

para elaboração dos planos de educação em todas as esferas de ensino, para todos os níveis e modalidades, conforme prevê a meta 10 do PNE: “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”.

O PNE (2014 – 2024), em sua meta de número 11, propõe “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público”, pontua como estratégia o aumento da expansão de matrículas na “educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional”.

Dentro dessa conjuntura eclética para formação profissional, o IFCE *campus* Caucaia estabelece parcerias dentre elas: a Prefeitura Municipal de Caucaia, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a Companhia Siderúrgica do Pecém, podendo ampliá-las com empresas que constituem a Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP) e demais empresas da região.

Para ilustrar, destacamos o Curso Pró-Técnico, iniciativa do Governo Municipal de Caucaia, em convênio com sua Secretaria Municipal de Educação de Caucaia e o IFCE *campus* Caucaia, oferecendo 300 vagas semestrais, para estudantes do ensino fundamental da rede pública, cujas atividades são realizadas no próprio *campus* desde o segundo semestre de 2011.

O principal objetivo do Pró-Técnico é preparar alunos das escolas públicas municipais e estaduais do município de Caucaia para o processo seletivo e posterior ingresso no IFCE *campus* Caucaia nos cursos técnicos integrados.

Para acolher os alunos ingressantes e os já matriculados, sobretudo nos cursos técnicos integrados em tempo integral, o IFCE *campus* Caucaia busca atingir objetivos e metas, tais como: ampliar o número de salas de aula e laboratórios, aumentar a aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico, criar espaços adequados para as refeições (restaurante acadêmico), disponibilizar espaços de lazer, cultura e arte, conforme prevê seu PDI 2014-2018.

São finalidades de infraestrutura que, somadas a outros intentos, como promover relações e parcerias com o setor produtivo, expandir a pesquisa científica e tecnológica, oferecer condições pedagógicas da equipe multidisciplinar podem proporcionar a

permanência exitosa no percurso formativo e conclusão de curso dos estudantes no período previsto.

Os alunos do curso técnico integrado, menores de idade, com pouca maturidade, característica da idade, necessitam de maior suporte por parte da instituição, devido também ao tempo de permanência de oito horas diárias.

Nesse período de permanência, destacamos o programa Redes de Leituras e Leitores, iniciado em março de 2015, com as primeiras turmas dos cursos técnicos integrados, atuando no eixo de formação acadêmico com o objetivo de propiciar o desenvolvimento e a consolidação de competências leitoras nos participantes, alunos regularmente matriculados no 1º semestre dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Para realização dessa atividade e para as demais ações, o IFCE *campus* Caucaia possui coordenadorias de apoio ao discente, como a Assistência Estudantil, vinculada à Direção Geral do campus, a Coordenadoria Técnico-Pedagógica, esta última, ligada ao Departamento de Ensino, as Coordenadorias dos cursos e Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Dentro dessas coordenadorias, os profissionais atuantes são assistente social, psicólogo, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, nutricionista, enfermeiro, assistente de aluno, equipe que atende a demandas pedagógicas, de ensino-aprendizagem, psicossociais e de saúde.

Compondo o desenho institucional, destacamos os gestores que constituem a Direção Geral do *campus*, diretor geral, bem como o chefe de departamento de ensino, responsável pelos assuntos relacionados diretamente ao ensino, chefe da administração, responsável pelo orçamento e demais ações pertinentes à esfera financeira.

Essa formação institucional é parte do arranjo organizacional, salutar, para que o *campus* possa desempenhar suas atribuições, sobretudo, oferecer uma estrutura física e de profissionais para atender a demanda educacional das modalidades de ensino, especialmente o ensino técnico integrado em tempo integral.

A importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e regional através da educação técnica profissional é evidente, visto que sua expertise coaduna com “os fins da educação: a socialização para a vida em sociedade e o domínio dos conhecimentos, dos saberes e de muitos dos fazeres assimilados secularmente pela humanidade” (FRIGOTTO, 2012, p. 95) a partir da formação integrada do conhecimento, suas técnicas e suas tecnologias.

Devido essa competência e experiência na modalidade integrada, faz-se necessário a compreensão geral das particularidades dessa modalidade de ensino para, posteriormente identificar os desafios e as dificuldades gerados para efetivar a implementação da política pública voltada aos cursos técnicos integrados profissionalizantes no IFCE *Campus Caucaia*.

Dessa forma, no capítulo que segue, abordaremos as temáticas acerca da integração e sua efetivação no IFCE e em especial no IFCE *campus Caucaia*, seus desafios e dificuldades, com vistas a alcançar os objetivos definidos neste estudo.

6 EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E DIFICULDADES

Abordaremos nesse capítulo os desafios e as contradições da modalidade técnica integrada ao ensino médio através de discussão explanada em três tópicos: *Integração da educação profissional técnica de nível médio: seu significado e suas particularidades*, *Os procedimentos didático-pedagógicos para efetivação da educação integrada no IFCE* e, por fim, *A integração no IFCE campus Caucaia: o currículo como identidade do Projeto Pedagógico do curso técnico integrado em Eletroeletrônica*.

Esta última seção apresenta uma breve teorização sobre currículo, analisa o PPC Técnico Integrado em Eletroeletrônica, documento que representa o processo de integração, trazendo o conceito de projeto pedagógico e suas nuances, bem como uma breve visão geral da estrutura do PPC, enfatizando sua organização curricular, sistematização dos componentes curriculares enquanto construção da identidade pedagógica e institucional representando a opção definida para o percurso formativo de seus alunos.

O primeiro tópico, *Integração da educação profissional técnica de nível médio: seu significado e suas particularidades*, expõe o histórico do ensino profissional, sua base jurídica, bem como trata de questões que ultrapassam a legislação, tais como a dualidade entre formação geral e formação técnica dos jovens, principal grupo etário do ensino técnico integrado.

O segundo subtema, *Os procedimentos didático-pedagógicos para efetivação da educação integrada no IFCE*, contextualiza como se dá o processo didático-pedagógico, a regulamentação das atividades acadêmicas, o funcionamento da administração institucional definidas pelo IFCE para o ensino técnico integrado, modalidade priorizada na lei de criação dos IF's.

6.1 INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: SEU SIGNIFICADO E SUAS PARTICULARIDADES

A formação técnica profissional integrada ao ensino médio foi possível, no atual formato, a partir do Decreto de nº 5.154/2004, pois anteriormente, com o Decreto nº 2.208/1997, revogado por aquele, permitia a desarticulação da educação profissional com o avanço no ensino regular.

O ensino profissional historicamente foi encarado como “educação de segunda categoria”, pois este seria destinado à classe trabalhadora, cuja atividade dispensaria habilidades intelectuais e o ensino propedêutico, de formação geral, destinado às classes privilegiadas para alcançar o nível superior e o prosseguimento dos estudos, e, posteriormente, ocupar posições privilegiadas na hierarquia do mundo do trabalho, que exigiria maior complexidade nas atividades.

Essas concepções, entretanto, permeadas de preconceitos, estão sendo redesenhadas, com o aporte de dispositivos legais que conferem a essa modalidade de ensino a relevância social e econômica que representa, suprimindo, paulatinamente, a dualidade entre formação geral e formação técnica.

A institucionalização dessa nova modalidade educacional implica no rompimento com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Almeja-se com isso, a partir de uma profunda revisão de paradigmas e conceitos que envolvem a questão, eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico.

A modalidade técnica profissionalizante foi se modificando gradualmente buscando diminuir esse antagonismo entre educação básica e educação técnica, desenvolvendo a educação técnica de nível médio articulada aos conhecimentos gerais e aos conteúdos técnicos nos formatos de educação integrada, concomitante ou subsequente, permitidas a partir do Decreto nº 5.154/2004.

De acordo com o art. 4º, do Decreto nº 5.154/2004, a educação profissional técnica de nível médio deve observar as diretrizes curriculares nacionais, as normas do sistema de ensino e os projetos pedagógicos das instituições:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Além dessas prescrições legais, ainda no art. 4º, § 1º, do mesmo decreto, a configuração da educação profissional técnica de nível médio pode ser oferecida nos formatos integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A educação integrada, que destacamos, é um modelo de educação profissional articulada ao ensino médio com proposta ousada, pois visa congregiar simultaneamente conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional trabalhando-os de forma integrada durante o percurso formativo, garantindo o indispensável diálogo entre teoria e prática, com a premissa de articular educação e trabalho, conteúdos gerais e técnicos, ignorando a dualidade estrutural histórica entre educação geral e formação para o trabalho, incluindo jovens para a profissionalização e ingresso no trabalho.

A inserção dos jovens no trabalho por meio dessa proposta de formação integrada, no entanto, ocorre em um contexto de relações capitalistas, que não podem ser ignoradas, permeadas de constantes reestruturações dos processos produtivos de base técnica que exigem cada vez mais conhecimentos dos indivíduos que desejam ingressar no mercado de trabalho.

Esse ajuste de perfil atinge os jovens ingressantes no mundo do trabalho, pois, esse contexto do processo produtivo é imerso na exclusão, uma vez que na atual sociedade neoliberal, o indivíduo é responsabilizado pelo sucesso ou fracasso na competição de empregos disponíveis, por mais ampla que seja sua formação/qualificação, como destaca Saviani (SAVIANI, 2011, p. 430): “o acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual de desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos”.

O nível técnico integrado, ganha, especialmente, nessa situação, uma posição estratégica para proporcionar uma formação que atenda às exigências da economia de mercado excludente, continuamente em mutação, e dentro dessa perspectiva

A proposta de integração do curso médio e do curso técnico de nível médio, alternativa constante do Decreto n. 5.154/04, possui um significado e um desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, pois implica um compromisso de construir uma articulação e uma integração orgânica entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade de sua natureza e cultura, como síntese de toda produção e relação dos seres humanos com seu meio. Portanto, ensino integrado implica um conjunto de categorias e práticas educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador. (BRASIL, 2006, p.13)

O significado e o desafio da integração entre educação e trabalho, embora necessite atender a demanda da organização racional da produção, ou seja, do mercado, não pode centrar-se somente nesse intento, o principal foco deve ser o desenvolvimento do educando para (re)criação do seu meio, a partir das dimensões do trabalho, da ciência e tecnologia, da cultura, da cidadania numa perspectiva integral de formação iniciada, ainda no ensino fundamental, aprimorada e aprofundada na fase final do ensino básico. O ensino médio, portanto, tem dupla atribuição: inicia a preparação da formação para o trabalho ao mesmo tempo em que possibilita o avanço nos estudos para outros níveis de ensino.

O acesso e permanência na educação básica através da expansão do Ensino Médio, na modalidade profissional, permitem a universalização dessa etapa final de formação básica, que articulada à educação profissional integrada ao Ensino Médio, cuja prioridade é o atendimento de adolescentes e jovens, é ainda, uma questão de justiça social, pois a formação básica representa uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho, visto que essa modalidade articula a organização curricular entre a ciência, o trabalho e a cultura.

A educação básica não foge dessa proximidade educação - trabalho porque

a educação escolar básica – ensino fundamental e médio – tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico [e constitui] direito subjetivo de todos e o espaço social de organização, produção e apropriação dos conhecimentos mais avançados produzidos pela humanidade (FRIGOTTO, 2012, p. 72).

Além de estabelecer um direito, uma opção, o acesso ao ensino médio profissionalizante e o posterior ingresso no mundo do trabalho para muitos jovens é uma necessidade, pois representa por vezes a única alternativa numa sociedade que promove a obsolescência da qualificação, pautada na reestruturação do trabalho, que determina uma incansável qualificação profissional devido às inovações tecnológicas que interferem nas transformações da produção.

A formação dos jovens, público do ensino médio, com faixa etária de 15 a 24, e mais especificamente de 15 a 17 anos, grupo etário egresso do ensino fundamental, a que se

destina a modalidade integrada, é um desafio no contexto do neoliberalismo, visto que as propostas de educação são inevitavelmente articuladas aos modelos políticos e econômicos do capital.

Por outro lado, há uma contradição no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu capítulo V, Do direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (BRASIL, 1990), que estabelece a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade e, acima dessa idade, apenas os que estão entre 14 e 15 anos podem trabalhar legalmente, mas somente na condição de aprendiz.

Somado a esses fatores, a decisão ocorrida antes do tempo próprio de escolha para uma profissionalização e da entrada no mercado de trabalho constituem outro enfrentamento para as instituições de ensino técnico profissionalizante cujas finalidades e premissas da concepção de ensino escolhida devem ser claras e pautadas no domínio de conhecimentos técnicos e científicos sólidos.

Conforme Moura (UNESCO, 2009, p.123), as concepções de educação ocultas, presentes nos arranjos institucionais do sistema educacional brasileiro, podem ser categorizadas como igualitária ou diferenciada. A primeira representa um direito universal; a segunda é destinada aos segmentos sociais menos privilegiados socioeconomicamente, numa dupla função: como uma espécie de compensação, de consolo à situação de pobreza dos indivíduos desse universo e para torna-los funcionais para o modelo de sistema capitalista e por fim, educação como prestação de serviço, exclusividade das classes sociais com alto poder econômico.

Mesmo diante desse quadro educacional, o ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio deve estar em sintonia com o modelo de desenvolvimento do país, mas, deve ser fundamentalmente alicerce para a construção da autonomia, a partir de uma aprendizagem significativa, garantindo ao jovem a maturidade na decisão de prosseguir com os estudos ou ingressar no mercado de trabalho. A opção escolhida não deve(ria) anular ou restringir a outra e ambas devem possibilitar a ascensão a uma vida com dignidade.

Nesse sentido, embora que utópico, o currículo (que vai além da organização curricular, da matriz curricular, do fluxograma do curso, dos programas das unidades didáticas) precisa integrar a base nacional comum e a parte diversificada da formação geral, equilibrando obrigatoriamente a preparação geral básica, os componentes técnicos e os diversificados.

O currículo organiza o conhecimento para ser transmitido na instituição de ensino, integrando, conseqüentemente, às transformações econômicas, sociais e culturais à escola, visto que

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA, SILVA, 1995, p.7-8)

Dessa forma, as visões que representam a integração da educação profissional técnica de nível médio também representam a organização do currículo ajustado pelas necessidades da economia, por vezes valorizando a construção de um currículo tecnicista, numa perspectiva tradicional, cujo principal interesse é a construção científica de um currículo que desenvolva um adulto desejável para os interesses do capital, em detrimento dos interesses do aluno.

Numa perspectiva crítica (ou numa combinação de ambas, tradicional e crítica¹⁷), as abordagens presentes no currículo não podem descartar as relações entre currículo e estrutura social, cultura, poder, ideologia, controle, e, apesar dessas influências, o currículo é o instrumento que materializa o conhecimento no percurso da aprendizagem e, a partir desse projeto de formação, a oportunidade educacional pode ser democratizada contemplando todas as classes sociais, priorizando as concepções de instrução politécnica e omnilateral para o ensino profissionalizante integrado ao ensino médio.

A visão do ensino médio integrado a uma educação profissional unitária, que ultrapasse a dualidade entre as formações para o trabalho manual e intelectual, está presente nas leis que o respalda. Está permeada das concepções politécnica e omnilateral, onde a concepção politécnica defende uma educação que permita o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, favorecendo a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida e a concepção omnilateral representa a escolarização também pela formação humana, com base na integração de todas as extensões importantes para o processo formativo, sendo essas dimensões o trabalho, a ciência e a cultura, fundamentais para as práticas sociais que estruturam a vida em sua coletividade. (RAMOS, 2007).

¹⁷ Resumidamente, a teoria tradicional ou *técnica*, abriga uma perspectiva mecânica, nos moldes do sistema industrial, também conhecida como Taylorismo e para a teoria crítica, o currículo deve ter uma função libertadora, que proporcione reflexões sobre questões sociais, por exemplo.

Nesse processo de escolarização pela formação humana percebemos que

A escola é, portanto, um lugar de possibilidades criadas por dinâmicas culturais que nela se institucionalizaram, acontecendo aí processos constitutivos de negociação de forças e daquilo que não saberemos jamais. Nestes termos, nela também se fazem políticas curriculares a partir dos seus atos de currículo cotidianos. (MACEDO, 2013, p. 109)

Destacando os mecanismos jurídicos, a LDB nº 9.394/1996 - LDB, em seu art. 35 e o Decreto nº 5.154/2004 em seu art. 2º, percebemos que as finalidades e premissas do ensino médio e da educação profissional, respectivamente, contemplam a integração das dimensões trabalho, ciência e cultura:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Art. 35, Lei 9.394/1996)

Na LDB nº 9.394/1996, a relevância do aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuidade dos estudos em outros níveis, da formação omnilateral, por exemplo, são contempladas. Por outro lado, percebemos o discurso do mercado para a constante adaptação e flexibilidade do indivíduo para atender às necessidades econômicas e as constantes mudanças e incertezas da dinâmica do capital.

No Decreto nº 5.154/2004 em seu art. 2º os objetivos da relação entre educação, trabalho e emprego, e ciência e tecnologia também são destacados, validando e corroborando o exposto na LDB nº 9.394/96:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)
- III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)
- IV - a indissociabilidade entre teoria e prática

A centralidade do trabalho no ensino técnico integrado é proposição que não exclui dessa etapa a consolidação da educação básica e a formação humana para entrada na

vida adulta, promovendo o consequente ingresso no campo do trabalho, sendo estas dimensões, portanto, os pilares da vida em sociedade, com suas adversidades e conquistas.

O novo paradigma curricular da educação profissional organizada por eixos tecnológicos no CNCT, com edição iniciada em 2007, norteia o currículo e a carga horária dos cursos de acordo com a área, pois representa um “referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio” (BRASIL, 2016, p.8), apresentando carga horária, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida para o curso, campo de atuação, dentre outras informações.

A carga horária de formação geral é de 2.400 horas e as horas destinadas à formação específica podem ser de 3.100 ou 3.200 horas de acordo com o catálogo de cursos técnicos de nível médio. O Parecer CNE/CEB nº 39/2004 que deu impulso à aplicação do Decreto nº 5.154/2004 advoga em relação à concepção integrada dos cursos integrados e suas respectivas cargas horárias que

O curso de Educação Profissional Técnica de nível médio realizado na forma integrada com o Ensino Médio deve ser considerado como um curso único desde a sua concepção plenamente integrada e ser desenvolvido como tal, desde o primeiro dia de aula até o último. Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino. Por isso mesmo, essa nova circunstância e esse novo arranjo curricular pode possibilitar uma economia na carga horária mínima exigida, uma vez que o necessário desenvolvimento de competências cognitivas e profissionais pode ser facilitado, exatamente por essa integração curricular.

Em decorrência, admite-se como carga horária mínima para os cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, realizados na forma integrada com o Ensino Médio, um total entre 3.000 e 3.200 horas, integralizadas num período mínimo entre três e quatro anos de duração, nos termos dos projetos pedagógicos do estabelecimento de ensino, considerando os respectivos perfis profissionais de conclusão do curso e as necessidades de propiciar formação integral ao cidadão trabalhador. (BRASIL, 2004, p. 406 – 407)

A determinação do parecer chama a atenção para a integração das dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura que devem permear todo o percurso formativo do estudante no total da carga horária, pois se trata de um único curso.

Dessa forma, as etapas devem ser articuladas e integradas entre si, compostas por disciplinas priorizando os conhecimentos básicos, precedendo estes aos conhecimentos técnicos, formando uma sequência progressiva, compreendendo um itinerário formativo de níveis cada vez mais elevados de competências e habilidades objetivando à laboralidade.

O novo arranjo curricular dos cursos técnicos profissionalizantes integrados, embora possibilite uma “economia na carga horária mínima exigida”, facilitando o

desenvolvimento de competências cognitivas e profissionais, essa acomodação do currículo e da carga horária não pode ser tratada com improvidência, pois os conhecimentos básicos preparam e habilitam o estudante para conteúdos programáticos mais complexos, permitindo a compreensão de estudos mais avançados na sua integralidade, possibilitando avanço nos estudos nas diversas formações específicas no trabalho, como formação profissional ; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

De acordo com publicação produzida pela UNESCO em 2009, *Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração*, com o intuito de contribuir e acompanhar a implementação do ensino médio integrado à educação profissional, na forma integrada, a instituição de ensino deve “ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”, de acordo com o § 2º do art. 4º do Decreto nº 5.154/2004. (REGATTIERE; CASTRO, 2009, p.28).

A carga horária deve considerar simultaneamente a formação geral e a formação técnica, sem aproveitamento para as disciplinas propedêuticas, pois estas são pré-requisitos para disciplinas técnicas e a base geral dos demais conteúdos.

O estágio, importante etapa de desenvolvimento da teoria e prática constitui outro requisito necessário à formação na educação profissional. Dessa forma, a atividade curricular de estágio, seja obrigatória ou não obrigatória, deve ser acompanhada por profissional da instituição para orientar e supervisionar o aluno.

Essas diretrizes foram constituídas com base na Resolução CNE/CEB nº 1/2004¹⁸ que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio e destaca ainda em seu art. 2º, § 3º que “O estágio deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo.”.

A exposição das leis e seus complementos a exemplo do Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e da Resolução CNE/CEB nº 1/2004 que detalham e complementam o Decreto nº 5.154/2004, tem por objetivo proporcionar a execução indispensável das definições legais para o ensino técnico profissional integrado ao ensino médio.

Por outro lado, faz-se necessário para efetivação da legislação, debater o conceito da integração nessa modalidade de ensino necessita da discussão dos sentidos de integração e análise de seus conceitos a partir das perspectivas de formação humana, da relação do ensino

¹⁸ Ver lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes.

médio com educação profissional e da relação entre os currículos em sua parcialidade e totalidade.

Os dispositivos legais da educação profissional, não obstante orientem e ordenem a efetivação das ações, possuem na letra da lei o discurso ideológico e propostas pedagógicas sutilmente pautadas (por vezes explícitas) no modelo de desenvolvimento político-econômico excludente intrínseco ao capitalismo, e, embora essa concepção seja suavizada, “a ideologia que fala através das leis, decretos e projetos da educação autoritária nega acima de tudo que ela seja uma pedagogia contra o homem – contra a verdadeira liberdade do homem através do saber, liberdade que existe através da verdadeira igualdade entre os homens.” (BRANDÃO, 1981, p. 96).

O interesse político, a partir dos regulamentos jurídicos para o controle da economia pelo capitalismo, deseja manter uma estrutura classista da educação onde a liberdade promovida pelo saber é privilégio de poucos, e não um direito de todos.

Apesar desse sistema, a educação deve pautar seus objetivos na liberdade e igualdade para todos, mantendo seu compromisso com a vida social e com o trabalho produtivo digno, engrandecendo os indivíduos que nele estão inseridos.

Nessa perspectiva, Ramos (2007) apresenta a sustentação da educação integrada: a escola unitária que garante a todos o direito ao conhecimento e a educação politécnica que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional.

São possibilidades a ser construídas com base na formação omnilateral, na indissociabilidade entre educação profissional e educação básica e na integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

A formação omnilateral (RAMOS, 2007) é uma concepção filosófica para formação humana cuja base integra a ciência e tecnologia, o trabalho e a cultura no processo formativo do educando, onde a ciência e tecnologia representam o aporte de conhecimentos e avanços produzidos pela humanidade e validados socialmente; o trabalho compreende uma ação inerente ao ser humano, que nele projeta expectativas de realização pessoal e a cultura “corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade” (RAMOS, 2007, p.4).

Com base nesse ponto de vista, a educação profissional integrada ao ensino médio não pode se eximir de preparar o jovem para compreender as dinâmicas da sociedade produtiva em que está inserido, com a capacidade de leitura de mundo crítica, importando “a participação crítica e democrática dos educandos no ato de conhecimento de que são também

sujeitos. É a participação crítica e criadora do povo no processo de reinvenção de sua sociedade” (FREIRE, 1996, p. 23).

A educação profissional integrada ao ensino médio deve preparar também para o trabalho, mas sempre conduzindo seu educando para percepção crítica da realidade existente nas dinâmicas sociais do mundo produtivo.

A realidade imposta pelo processo de globalização cria uma situação:

O chamado processo de globalização da economia mundial tem tido uma enorme influência nos padrões educacionais dos países. Cada vez mais são indispensáveis níveis elevados e especializados de educação, na medida em que as transformações que vêm ocorrendo exigem a superação dos conhecimentos básicos. Neste contexto, os processos de formação profissional tornam-se praticamente uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho. (BRASIL, 2009, p. 37)

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2007, pouco mais de seis milhões de pessoas declararam que estavam frequentando cursos de educação profissional, 17% de matrículas na rede federal de ensino profissionalizante. Na PNAD de 2012, 19,6%, 9,6 milhões de jovens de 15 a 29 anos declarou não estudar e não trabalhar, indicador social batizado pela imprensa de geração “nem-nem”.

Os dados recentes revelam a necessidade de continuidade das políticas públicas para educação de jovens, possibilitando acesso e permanência, sobretudo, na educação técnica profissionalizante integrada ao ensino médio.

Essa modalidade de ensino possibilita aos jovens pertencentes às classes menos favorecidas por direitos sociais básicos, uma oportunidade de acesso ao emprego e renda, pois mesmo imersos na periferia do capitalismo neoliberal, cuja uma das consequências é a disparidade socioeconômica, a necessidade de complementar a renda familiar e de garantir os recursos materiais para sua sobrevivência empurram essa população juvenil para o trabalho.

Devido a esse contexto de constante reestruturação do trabalho e dos modos de produção, o ensino técnico profissional integrado ao ensino médio deve ter suas bases de conhecimento geral alicerçadas numa formação omnilateral, integral e politécnica para propiciar ao jovem educando capacidade de compreender a realidade social em que se encontra, sem ingenuidade, mas sem naturalizar essa situação.

A educação possibilita a capacidade de assimilar intelectualmente conteúdos, assim como entender as dificuldades humanas, visto que “a educação é um meio pelo qual o homem (a pessoa, o ser humano, o indivíduo, a criança, etc.) desenvolve potencialidades biopsíquicas inatas, mas que não atingiriam a sua perfeição (o seu amadurecimento, o seu

desenvolvimento, etc.) sem a aprendizagem realizada através da educação.” (BRANDÃO, 1981, p. 61)

As potencialidades biológicas e psíquicas são elementos simultâneos, agentes da aprendizagem sistematizada ativados para atingir o amadurecimento intelectual para reconhecer e reorganizar os conhecimentos para uma aprendizagem significativa e crítica da existência objetiva sem comprometer a educação do ensino médio, complementando e articulando seus conteúdos com a educação profissional, pois a finalidade primeira do ensino médio é possibilitar aos sujeitos o desenvolvimento de atividades (re)criadoras da realidade e o acesso pleno ao conhecimento para efetivar a autonomia.

A educação técnica profissional integrada ao ensino médio tem suas vicissitudes e sua importância, constituindo uma modalidade de ensino alternativo, sobretudo para os jovens que precisam de formação para ingressar na esfera do trabalho.

Dada essa importância, o PNE (2014 – 2024) destaca metas para educação de jovens e adultos e para a educação profissional, respectivamente, determinando para o tema da educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio na forma integrada à educação profissional, cuja meta é oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, e para a forma integrada à educação profissional, triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.

O ensino médio, etapa final da formação básica, complementa e amplia os conhecimentos no ensino fundamental e prepara seu egresso para continuidade dos estudos no ensino superior ou para entrada no universo do trabalho, ou ambos, elevando as taxas de ingresso e conclusão no ensino técnico de nível médio, ampliando o nível de escolaridade de jovens e adultos conforme as metas estabelecidas no PNE.

O ensino médio, regular ou profissionalizante na forma integrada mais especificamente, é um nível de ensino cujos discursos oficiais e seus dispositivos jurídicos atuam com intervenções de novos modelos e novas propostas.

Para ilustrar, o Decreto nº 2.208 de 1997 validou trajetórias distintas para educação geral e educação para o trabalho, e posteriormente teve seu efeito revogado pelo Decreto nº 5.154/2004 cuja retomada da sincronia entre ensino técnico e médio foi reestabelecida.

Cada reforma no ensino médio e técnico atribui especificidades ideológicas e legais às dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Concordando com Ramos

(2007, p. 9), acreditamos que o ensino médio deve ser norteado por uma base comum, permitindo a formação específica nessas dimensões, em harmonia com os regulamentos do sistema de ensino:

Sob essas perspectivas de conferir especificidades próprias a cada uma daquelas dimensões constitutivas da prática social que devem organizar o ensino médio de forma integrada – trabalho, ciência e cultura – que entendemos a necessidade de o ensino médio ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas: no trabalho, como formação profissional; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural. Assim, nossa proposta é de que, respeitadas as normas do sistema de ensino, as instituições pudessem acrescentar ao mínimo exigido para o ensino médio, uma carga horária destinada à formação específica para o exercício de profissões técnicas, ou para a iniciação científica, ou para a ampliação da formação cultural. Isto possibilitaria o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho, à ciência e à cultura, visando a atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes. (RAMOS, 2007, p. 9)

Essa proposta, embora não oficial, democratiza o ensino, permite a liberdade de escolha para os jovens para desenvolver seu crescimento intelectual e pessoal, visando um fortalecimento da base de conteúdos comum. Essa sugestão consente uma formação profissional com embasamento consistente da base de educação geral, do domínio da teoria do conhecimento socialmente produzido e acumulado, consolidando os conhecimentos técnicos e humanos, pensando uma educação técnica profissional integrada entre ciência e trabalho, pois o conhecimento é para o trabalho.

O acesso universal ao conhecimento científico, tecnológico e cultural atua na formação humana, na liberdade intelectual e ética dos educandos para desenvolver as capacidades necessárias para continuidade dos estudos superiores ou para desempenho no mercado de trabalho, mesmo que esta dimensão esteja inserida num contexto político e econômico de neoliberalismo com suas relações entre capital e trabalho excludentes.

Nessa conjuntura, há historicamente propostas apresentadas de reforma para o ensino médio e seu currículo, que impactam na educação técnica profissional integrada ao ensino médio, a exemplo do Decreto nº 2.208/1997 que permitia a segregação entre ensino de nível médio e ensino técnico profissionalizante.

A reedição e revogação de leis e decretos são ações presentes na agenda político-pedagógica dos governos, sobretudo quando há transição deles, para novas propostas oficiais.

Recentemente aprovada e sancionada, a Lei nº 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece novas diretrizes para o ensino médio e promove a política para implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, conforme seu art. 13 ratifica: “Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.” é exemplo de nova regra educacional.

A lei altera a carga horária dessa etapa do ensino básico de 800 h para 1.400 h, progressivamente, entre outras modificações, tais como a flexibilização do currículo do ensino médio, a articulação da parte diversificada com a base nacional comum na mesma carga horária, a autonomia para ajuste pelos estados, permitindo ao jovem ingresso no ensino médio definir seu itinerário formativo.

As modificações impetradas na Lei nº 13.415/2017 preveem outras alterações no art. 36 da LDB nº 9.394/2006, onde, nos § 10 e § 11, em seu art. 4º, são estabelecidas, respectivamente as formas de organização do ensino médio e a possibilidade do reconhecimento de competências comprovadas:

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

Percebemos que são apresentados, além da instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a organização em módulos, sistema de créditos para as disciplinas e reconhecimento de saberes.

Nesse trecho da lei, quando constituía a então Medida Provisória nº 746/2016, constava a possibilidade de validação para aproveitamento de créditos no ensino superior, fragmento excluído, permitindo somente habilitação para os concluintes prosseguirem seus estudos para o nível superior.

O nível médio de ensino ainda carece de atenção para sua expansão de oferta, ingresso, permanência e conclusão, possibilitando continuidade dos estudos ou ingresso no trabalho, ou ambos, visando maior participação social, política e produtiva dos jovens, sobretudo pelas diferenças e desigualdades dessa população que necessita da formação profissional pública de qualidade como única alternativa para a dignidade humana a partir da

autossustentação possibilitada pelo trabalho e pelo intermédio das instituições de ensino, etapa por vezes imprescindível e anterior ao acesso ao ensino superior. Como destaca Kuenzer (2000, p. 34):

A necessidade de formação na escola, portanto, é colocada para aqueles que, por viver do trabalho, são pauperizados economicamente, e, em decorrência, também o são culturalmente. Para estes, a escola é o único espaço disponível para apreender e compreender o mundo do trabalho, pela mediação do conhecimento, como produto e como processo da práxis humana, na perspectiva da produção material e social da existência (KUENZER, 2000, p. 34)

A atual situação de desigualdade social, crise econômica e institucional, corrupção no Brasil comprometem as decisões políticas na esfera da educação, pois reduz investimentos financeiros para educação, precariza o contexto do mundo laboral com a redução de postos de trabalho, por isso uma das funções da escola é mediar o conhecimento para promover a compreensão do mundo do trabalho nesse contexto, na busca de um presente e futuro com dignidade.

O ensino técnico integrado ao ensino médio é uma escolha na trajetória acadêmica e profissional dos jovens egressos do ensino fundamental e suas famílias, sobretudo para as classes pauperizadas economicamente e culturalmente que contribui para construção de um programa de nação que preze pela supremacia e pela independência científica, econômica e política.

Exposto as concepções e contradições, propostas e modificações legais dessa modalidade de ensino, no tópico seguinte, explanaremos como a integração se efetiva no IFCE.

6.2 OS PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRADA NO IFCE

O IFCE, criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integrou o extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu.

A instituição é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais.

Sua atuação se dá no ensino, pesquisa e extensão na área de ciência e tecnologia, ofertando cursos nos níveis técnicos, superiores, pós-graduação e formação inicial e

continuada, conforme estabelece suas finalidades e características em oferecer educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

A modalidade de ensino integrado ao ensino médio é uma prioridade legal do IFCE, modalidade destinada aos alunos egressos do ensino fundamental, cuja formação ocorre, simultaneamente, em nível médio e em nível técnico profissional, certificando a última etapa da formação básica e habilitação técnica profissional de nível médio com o diploma de técnico para seus egressos.

As determinações para a instituição em sua totalidade e para o ensino técnico integrado, em particular, bem como os procedimentos didático-pedagógicos são aprovados pelo Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo do IFCE, com competências consultivas e deliberativas.

Os procedimentos didático-pedagógicos estão estabelecidos no ROD do IFCE, documento institucional com última revisão aprovada pelo CONSUP em 13 de junho de 2016, aprovado, em conformidade com as diretrizes gerais (missão do IFCE e base legal).

O ROD dispõe sobre a organização acadêmica (organização da oferta de ensino), o desenvolvimento do ensino (ingresso, matrícula, aprendizagem), os direitos e deveres do grupo docente e do grupo discente, o sistema disciplinar e educação a distância, auxiliando o funcionamento da administração institucional com coesão e unidade nos processos, com especial atenção aos cursos técnicos integrados.

Enquanto prioridade legal, apresentamos os cursos e *campi* que ofertam essa modalidade, bem como abordaremos os instrumentos institucionais, com base no Regulamento, que efetivam a integração no IFCE, como por exemplo: oferta de cursos e forma de ingresso.

Destacaremos ainda como se dá a sistemática de aprendizagem, a promoção ou retenção, a interrupção de estudos, bem como as ações pedagógicas e de assistência estudantil (Progressão Parcial de Estudos, conselho de classe, monitoria, IFCE internacional, estágio) que buscam garantir a permanência satisfatória e conclusão do percurso formativo dos alunos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, egressos do ensino fundamental.

Os cursos e seus respectivos *campi* que ofertam essa modalidade atualmente, estão organizados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Cursos técnicos integrados do IFCE

CURSO	CAMPUS
Agroindústria	Iguatu
Agropecuária	Crato, Iguatu e Umirim
Edificações	Crateús, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Fortaleza e Quixadá
Eletroeletrônica	Caucaia
Eletrotécnica	Cedro, Juazeiro do Norte e Fortaleza
Eventos	Canindé
Informática	Cedro e Fortaleza
Informática para internet	Crato
Mecânica	Itapipoca
Mecânica industrial	Cedro e Fortaleza
Metalurgia	Caucaia
Nutrição e dietética	Iguatu
Petroquímica	Aracati e Caucaia
Química	Crateús, Fortaleza e Quixadá
Telecomunicações	Canindé e Fortaleza

Fonte: <http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1/cursos-tecnicos> . Acesso em 08/05/2017.

Os 15 cursos ofertados nos *campi*, como vemos no quadro 4, estão distribuídos em regiões do interior do estado, democratizando o acesso ao ensino profissional integrado ao ensino médio, com relevante base educacional tecnológica, contribuindo como importante ferramenta para o desenvolvimento regional e nacional.

Essa colaboração com a interiorização da educação técnica profissional e seu ensino tem como objetivos, conforme inscrito no art. 4º do ROD:

- I. formar o educando para a vida e para o trabalho, desenvolvendo o senso crítico e o espírito científico;
- II. promover o desenvolvimento tecnológico, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- III. qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, objetivando a sua inserção e o melhor desempenho no mundo do trabalho. (IFCE, 2015, p. 7)

A formação crítica e científica do educando para a vida e para o trabalho, a promoção do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, são objetivos que coadunam com a natureza do ensino técnico profissional integrado ao ensino médio.

A oferta dos cursos pode ser periódica, semestral ou anual, e não periódica, que ocorre sem regularidade, com o objetivo de atender demandas pontuais, como no caso dos cursos de formação continuada.

A forma de ingresso ocorre via processo seletivo regular (vestibular), com edital público, podendo ser unificado, com vagas para todos os *campi*, ou somente para determinados grupos de *campi*. O processo seletivo respeita a lei de cotas, Lei nº 12.711/2012, que conforme seus art. 4º e art. 5º, estabelecem:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Lei nº 11.711/2012)

Outras formas de ingresso podem ocorrer via processo seletivo específico ou por transferência interna ou externa. Aquela ocorre no âmbito do mesmo *campus*, mantendo ou não o mesmo curso, podendo ser solicitada somente uma vez, já a transferência externa ocorre entre outro *campus* do IFCE ou de outra instituição.

O processo de transferência interna tem como critérios similaridade entre o curso de origem e o pleiteado, pré-requisitos de escolaridade, as especificidades do curso definidos em edital e os cursos de origem e o de ingresso sejam do mesmo nível de ensino.

Para entrada do estudante via transferência externa os critérios são comprovar entrada por processo seletivo similar ao do IFCE na instituição de origem, apresentar histórico escolar e quando exigido pelo curso, obter aprovação em teste de aptidão específica.

Há, por fim, a forma de ingresso por transferência *ex-officio*, definida pelo art. 57 do ROD:

Art. 57. A transferência *ex officio* é a forma de atendimento ao estudante egresso de outra instituição de ensino congênere, independentemente da existência de vaga, do período e de processo seletivo, por tratar-se de servidor público federal, civil ou militar, inclusive seus dependentes, e quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, acarretando mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para a localidade mais próxima desta. (IFCE, 2015, p. 18).

As formas de ingresso: processo seletivo regular (vestibular) ou as transferências interna ou externa, a transferência “de ofício” permitem a entrada de uma parcela privilegiada,

ainda é meritocrática e não democrática, mesmo quando o processo seletivo respeita a política de cotas. Para situações de abandono escolar, há o instrumento do reingresso, concedida em única oportunidade, ao aluno com matrícula evadida.

O acesso e permanência à educação básica em seus diferentes níveis, etapas e modalidades, a exemplo da educação profissionalizante integrada ao ensino médio, é um compromisso do estado para universalização da educação, nessa etapa de ensino, pois é condição mínima para o exercício da cidadania e inserção na vida social e produtiva.

Dessa forma, o formato de ingresso, enquanto processo seletivo (vestibular) inviabiliza a “democratização da oferta de educação pública de qualidade para toda a população, mas em particular para aqueles que só têm na escola pública o espaço de acesso ao conhecimento e à aprendizagem do trabalho intelectual” (KUENZER, 2010, p.854), uma vez que admite somente uma minoria elegida e separada dos “não aptos”, como um processo naturalizado pelo sistema de seleção.

O acesso, permanência e êxito no percurso formativo para uma aprendizagem significativa é uma questão necessária para propiciar o efetivo exercício da cidadania e entrada na vida social e produtiva.

Para tanto, é preciso construir uma sistemática de aprendizagem (objetivos, conteúdos, metodologia, recursos metodológicos, avaliação) que construa uma concepção de educação para a formação humana, que ultrapasse o paradigma enrijecido do sucesso ou do fracasso escolar, que separa os aprovados e bem sucedidos dos reprovados e fracassados. Arroyo (2000, p. 34) destaca que

O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas... Política de exclusão que não é exclusiva dos longos momentos autoritários, mas está incrustada nas instituições, inclusive naquelas que trazem em seu sentido e função a democratização de direitos como a saúde, a educação (ARROYO, 2000, p. 34)

Embora as concepções de exclusão estejam embutidas na sociedade e nas instituições, comprometendo a universalização do direito à educação, a proposta político-pedagógica do sistema escolar não pode alimentar a seletividade, a reprovação e a retenção, deve possibilitar ao educando autonomia para uma aprendizagem significativa e para seu desenvolvimento pleno, superando o formalismo burocrático.

Para tanto, a aprendizagem requer do aprendiz papel ativo, com a capacidade de estabelecer metas, planejar e monitorar suas ações, capacidade autorreguladora (capacidades adaptativas e estratégias para alcançar demandas de mudança).

Além dessas habilidades, há fatores que interferem na aprendizagem, tais como: saúde física e mental, motivação, prévio domínio dos conteúdos, maturação, inteligência, concentração e atenção, memória.

Esses fatores de aprendizagem são ativados porque

A aprendizagem é um processo integrado no qual toda a pessoa (intelecto, afetividade, sistema muscular) se mobiliza de maneira orgânica. Em outras palavras, a aprendizagem é um processo qualitativo, pelo qual a pessoa fica melhor preparada para novas aprendizagens. Não se trata, pois, de um aumento quantitativo de conhecimentos, mas de uma transformação estrutural da inteligência da pessoa. (BORDENAVE, 2010, p. 25).

Os elementos intelecto, afetividade, sistema muscular contribuem para obtenção do conhecimento num processo significativo, transformando e aprimorando a inteligência do educando.

A aprendizagem teórico-prática constitui a natureza da modalidade de ensino técnico-profissionalizante integrada ao ensino médio, no entanto ela não pode conter exclusivamente o conceito de instrumentalizar a juventude para a entrada no mercado de trabalho por meio do domínio de habilidades, competências e saberes exigidos pela modernização social e produtiva.

Para alcançar esse objetivo, o ensino deve ter seus objetivos estabelecidos não somente nos Programas de Unidade Didáticas dos PPC's, mas na atitude da prática pedagógica favorável à transferência do conhecimento, não uma transferência banal, automática, mas uma "transferência de conhecimento problemática, que exige esforço e trabalho cognitivo, porque mobiliza aquisições construídas em situações" (PERRENOUD, 2000, p. 56) específicas.

O ensino requer organização e direção da aprendizagem, definição de prioridades por parte do docente para organização e direcionamento de situações de aprendizagem, sendo indispensável, por exemplo, que o professor domine os saberes, envolva os alunos em atividades de pesquisa (PERRENOUD, 2000) que impulsionem a interação com o objeto de estudo dos discentes.

No processo ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem é um importante instrumento dentro do conjunto de elementos que envolvem o acesso ao conhecimento humano e ao conhecimento socialmente construído e acumulado.

Essa etapa deve ser orientada pelos objetivos definidos nos PPC's dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, considerando o nível e a natureza dessa modalidade de ensino.

As provas e testes são, fundamentalmente, procedimento didático de acompanhamento da aprendizagem, do diagnóstico e controle.

É por meio da avaliação (avaliação formativa) que se verifica se de fato estão ocorrendo mudanças no comportamento dos estudantes, bem como em que medida estas mudanças estão ocorrendo. Pois, conforme Cortesão (2002, p. 38-39), a avaliação formativa representa

Uma forma de avaliação em que a preocupação central reside em colher dados para a reorientação do processo de ensino-aprendizagem (na sala de aula ou no processo de desenvolvimento de um currículo) [...] colhem-se dados que ajudam alunos e professores a reorientar o seu trabalho no sentido de apontar falhas, aprendizagens ainda não conseguidas, aspectos a melhorar. A avaliação formativa não deve assim exprimir-se através de uma nota mas sim por meio de apreciações, de comentários.

Caso a aprendizagem não esteja sendo eficaz, pode-se (re)definir que mudanças podem ser feitas para assegurar sua eficácia durante o processo de ensino-aprendizagem. Esse procedimento contribui para redefinição e o reordenamento dos conteúdos e adequação das estratégias para facilitar a aprendizagem.

Para tanto, é necessária a elaboração de instrumento avaliativo com garantia de validade, ou seja, refere-se à condição de a avaliação medir o que efetivamente se propôs medir, pois, conforme o especialista em avaliação Luckesi (2011)

se desejamos saber se o educando aprendeu o que efetivamente ensinamos, devemos construir um instrumento que cubra todos os conteúdos essenciais, que o estudante efetivamente necessita de saber para o seu desenvolvimento no estágio escolar em que se encontra, [pois] não interessa ao sistema escolar que o educando seja reprovado, interessa que ele aprenda e, por ter aprendido, seja aprovado. O investimento necessário do sistema de ensino é para que o educando aprenda e a avaliação está a serviço dessa tarefa (LUCKESI, 2011, p. 29)

Dessa forma a avaliação não será um instrumento excludente, mas um instrumento que favorece o processo de aprendizagem significativa dos conhecimentos socialmente construídos.

De acordo com esses conceitos, a sistemática de avaliação no IFCE para os cursos técnicos integrados ao ensino médio exige que o docente aplique no mínimo duas avaliações para cada etapa do semestre. A medida numérica para aprovação é média aritmética 6,0, com exigência de frequência igual ou superior a 75% de presença e para essa modalidade o § 1º, do

art. 104 do ROD, estabelece que “Excepcionalmente no caso de curso técnico integrado, a frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) deve ser aferida em relação ao período letivo como um todo, e não individualmente em cada componente curricular” (ROD/IFCE, 2016, p. 27). Esse cálculo da frequência global para todas as disciplinas do semestre propõe um somatório da totalidade da aprendizagem integral dos alunos.

Os estudantes não promovidos no semestre, com média parcial inferior a 6,0 e maior ou igual a 3,0 podem ser submetidos à avaliação final, sendo aprovado o aluno com média igual ou superior a 5,0.

A promoção ou retenção nos cursos técnicos integrados, conforme art. 106 do ROD/IFCE (2016, p.28), para situação de matrícula no período letivo seguinte tem os seguintes conceitos:

I APROVADO: indicando que o estudante foi aprovado em todas as disciplinas, tanto por nota quanto por frequência.

II. APROVADO COM DEPENDÊNCIA: indicando que o estudante foi reprovado em até 2 (duas) disciplinas, tendo sido aprovado nas demais, tanto por nota quanto por frequência.

III. REPROVADO: indicando que o estudante foi reprovado em mais de duas disciplinas do período letivo. (IFCE, 2016, p. 28).

As situações acadêmicas: “aprovado com dependência” e “reprovado” requerem maior atenção, pois essas condições podem propiciar o abandono, a evasão ou novas reprovações, além do atraso no término do curso no período regular.

A reprovação, avanço e evasão escolar, segundo a literatura do tema, são ocorrências relacionadas a fatores diversos, tais como: condições socioeconômicas, a importância das características familiares no comportamento do fluxo de frequência escolar e alcance de desempenho acadêmico satisfatório.

Em relação à situação socioeconômica, “as taxas de evasão escolar entre os reprovados são bem maiores para os estudantes pobres do que para os ricos, sugerindo que a reprovação seja um desincentivo maior para essa classe econômica” (LEON, MENEZES FILHO, 2002, p. 429), os estudos também apontam para uma realidade empírica: a reprovação e evasão escolar ocorrem também para o grupo etário de estudantes com maior idade (com distorção de faixa etária e nível de escolaridade) e os que trabalham ou estão buscando emprego.

Essas situações concorrem para a interrupção de estudos, cuja frequência esteja comprometida por determinado período, seja por trabalho formal, ou por motivo de saúde, para tratamento prolongado ou gravidez que pode gerar evasão.

Por isso, as possibilidades do trancamento de matrícula e do regime de exercício domiciliar são garantidas legalmente aos alunos, onde os dois últimos casos, tratamento de saúde e gravidez, são determinados no art. 181 do ROD, que expressa:

art. 181. É permitido ao estudante amparado pelo Decreto-Lei nº. 1.044, de 21 de outubro de 1969 e à estudante gestante, nos termos da Lei nº. 6.202 de 17 de abril de 1975, substituir as atividades letivas por exercícios domiciliares, desde que, compatíveis com o estado de saúde do estudante atestado por médico. (IFCE, 2016, p. 46).

O conjunto de fatores que interferem na conclusão de curso constitui uma realidade dos discentes em várias instituições de ensino no Brasil e necessitam de ações que possibilitem a permanência e o êxito acadêmico, a exemplo do IFCE.

Os dados numéricos fornecidos pela ferramenta IFCE em Números lançada em 2015, informam que o número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao nível médio no IFCE, realizadas no período letivo a partir de 2010.2 foi de 9.239 ingressantes.

As taxas de fluxo escolar dos cursos técnicos, incluindo os integrados ao ensino médio, de retenção das matrículas em 2015 foram de 19,0% e de evasão das matrículas com ano de previsão de término em 2015 é de 50,47%.

Devido a esses números e os demais fatores acima contextualizados, os estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio carecem de intervenções pedagógicas e de assistência estudantil para viabilizar a permanência e conclusão do percurso formativo bem-sucedido.

Dentre as intervenções pedagógicas para os alunos retidos há o instrumento da Progressão Parcial de Estudos limitada para os discentes retidos no máximo em duas disciplinas, e conseqüentemente não é estendida aos estudantes reprovados em mais de dois componentes curriculares do período letivo, que devido à situação acadêmica, não poderão matricular-se no período letivo seguinte.

Essa ferramenta é obrigatória ao *campus* e sua efetivação deve ser planejada, devendo ocorrer nos formatos de plano individual de estudos ou dependência, conforme art. 117 do ROD/IFCE (2016, p.31):

Art. 117. A PPE deverá ser ofertada pelo *campus* nas formas de plano de estudo individual ou de dependência.

§ 1º O plano de estudo individual é a forma de PPE em que o estudante cursará o componente curricular pendente, com carga horária reduzida e estabelecida em um plano elaborado e orientado pelo mesmo professor do componente cursado.

§ 2º A dependência é a forma de PPE onde o estudante cursa regularmente o componente curricular pendente cumprindo a carga horária estabelecida na matriz curricular do curso.

Esses procedimentos sistemáticos visam o combate à evasão, à retenção, para garantir permanência e êxito no percurso formativo do educando acompanhado pelo departamento de ensino e coordenação técnico-pedagógica que assessora as coordenadorias de cursos, docentes e discentes.

Outras ações de suporte aos educandos são realizadas pela assistência estudantil, por programas institucionais de bolsas, pela oferta de estágios e direcionamento a vagas de emprego.

Essas iniciativas são também realizadas pelas comissões locais de acompanhamento dos indicadores de acesso, permanência e êxito e das ações do plano de combate a evasão e retenção.

Com as políticas de acesso ao ensino nos diversos níveis, especialmente ao ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio, o perfil socioeconômico dos ingressantes foi alterado pelo cenário de expansão e democratização do ensino.

Dessa forma, são necessários mecanismos e estratégias que viabilizem a permanência, evite a evasão, para que o aluno possa concluir o curso que ingressou, sobretudo o estudante de baixa renda. Por isso,

iniciativas diversas, como programas de ação afirmativa em algumas IFES, que preveem a distribuição de bolsas tendo em vista critérios socioeconômicos, demonstram a atualidade e relevância social da questão da democratização do acesso, por um lado, e da garantia de permanência, por outro. (ALVES, s/d, p. 4).

Uma dessas iniciativas ocorre através do Decreto nº 7.234/2010 que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no entanto destinado exclusivamente à permanência dos jovens na educação superior pública federal.

No IFCE, instituição pluricurricular, há uma política de assistência estudantil determinada pelo Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, que contempla todos os alunos regularmente matriculados, cujo conceito está apresentado em seu art. 1º: “A política de assistência estudantil do IFCE compreende a base, constituída pelos princípios, diretrizes e objetivos, sobre a qual se edificam programas, projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento integral e integrado do estudante.”.

Para o desenvolvimento integral e integrado do aluno, há recursos específicos para assistir aos estudantes, principalmente os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para viabilizar a permanência através de auxílios formação, nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, por exemplo.

Esses subsídios financeiros tem como princípio a valorização das condições de permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio, mediante serviços e/ou auxílios.

As solicitações de auxílios são preenchidas *online*, por meio do Sistema de Assistência Estudantil, sistema informatizado, onde os inscritos informam itens como: dados pessoais, residenciais, condições de moradia, de deslocamento, situação escolar, perfil socioeconômico.

O gerenciamento da política de assistência estudantil é de responsabilidade da Diretoria de Assuntos Estudantis/Reitoria, conforme decreta o art. 6º do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (IFCE, 2015): “A Diretoria de Assuntos Estudantis/Reitoria cuidará do gerenciamento sistêmico da política de assistência estudantil, e os campi responsabilizar-se-ão pela sua execução.”.

As ações da assistência estudantil são realizadas por equipe multidisciplinar, composta pelos seguintes profissionais: assistente social; educador físico; enfermeiro; médico; nutricionista; odontólogo; pedagogo; psicólogo; assistente de aluno; técnico em assuntos educacionais.

Cada um desses profissionais tem sua especificidade que envolve funções específicas, mas também integradas, que materializam a operacionalidade de ações da assistência estudantil, a partir do processo de trabalho e das atribuições.

Destacamos, para ilustrar, as atribuições do serviço pedagógico, estabelecidas no art. 12 do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (IFCE, 2015) que “envolve a orientação, no que concerne ao trabalho de conscientização, aconselhamento, informação aos pais e alunos; à supervisão, no que diz respeito ao acompanhamento das atividades do ensino e da aprendizagem; à pesquisa, enfocando o levantamento, o estudo e a análise de dados e demandas para o diagnóstico educacional.” (IFCE, 2015).

As intervenções pedagógicas de orientação, informação, supervisão, acompanhamento do ensino e da aprendizagem dentre outros serviços como, acolhimento, acompanhamento psicológico, nutricional, social, de saúde; visitas domiciliares; participação de projetos, dentre outros, são imprescindíveis para esse nível de ensino, porque o ensino médio é “o nível de mais difícil enfrentamento, em termos de sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional” (KUENZER, 1996, p.9).

Na organização dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFCE há o Conselho de Classe, aprovado pela Resolução 35, de junho de 2016, que, segundo o art. 1º do

seu regulamento “constitui instância essencialmente de cunho pedagógico responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio.”.

O conselho de classe é um órgão colegiado de caráter prognóstico, deliberativo e coletivo com o objetivo de diagnosticar, refletir e intervir nas decisões sobre a avaliação do processo de ensino aprendizagem e situação final do rendimento dos estudantes para

encaminhar e organizar ações que impliquem na mobilização de uma prática que legitime os princípios do conselho de classe, enquanto uma instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, de forma a promover ações pedagógicas centradas no processo de ensino-aprendizagem em detrimento das práticas de exclusão e de reprovações. (HOFFMANN, SZYMANSKI, s/d, p. 2).

Para decidir essas intervenções, os componentes do conselho são formados pelo corpo docente, gestor do ensino, coordenadores de curso, representantes das coordenadorias Técnico-Pedagógica e de Assistência Estudantil, representantes dos estudantes e dos pais, reunidos sistematicamente para consulta, deliberação e promoção de ações pedagógicas.

Outros instrumentos para reduzir a evasão e a retenção acadêmica são as bolsas remuneradas, auxílios (moradia, transporte), o programa IFCE Internacional, para alunos maiores de idade, oportunizando a intensificação e o diálogo das atividades desenvolvidas em instituições de ensino estrangeiras parceiras do IFCE.

O programa de monitoria é outra estratégia institucional para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos do IFCE, oferecendo suporte ao corpo docente no desenvolvimento das práticas pedagógicas e apoio ao aprendizado do estudante que apresente o maior grau de dificuldade em disciplinas/unidades curriculares e/ou conteúdo.

Todos os propósitos administrativos e pedagógicos elencados nessa seção, destacando o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes dos cursos técnicos integrados objetivam o desempenho acadêmico satisfatório.

São ações que visam, portanto, amenizar os índices de evasão e retenção discente numa perspectiva de intencionalidade educativa. Essa intenção é materializada nos instrumentos legais, documentos mais gerais, e pormenorizadas, enquanto ação intencional e sistemática, nos projetos pedagógicos dos cursos.

Nos projetos pedagógicos estão presentes a utopia concreta e a confiança; a ruptura e a continuidade; o instituinte e instituído acerca de elementos presentes no projeto pedagógico, informações que possibilitam a concretude das ideias.

No entanto, o objeto do tema abordado no próximo tópico será a organização curricular do projeto pedagógico de curso técnico integrado, visto que o currículo representa e busca a trajetória formativa omnilateral do processo de integração dos conhecimentos gerais e técnicos com base nos princípios educativos do trabalho, ciência e tecnologia e cultura para efetivação da integração no IFCE.

6.3 CURRÍCULO E INTEGRAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

No último tópico deste capítulo o tema predominante é o currículo, ponto central para efetivar a conexão entre os conteúdos no ensino técnico integrado. No subtópico “*Currículo como percurso para a aprendizagem*” um breve resgate da definição de currículo é feito, bem como considerações sobre sua importância para a aprendizagem e as forças externas que impactam no currículo.

No segundo subtópico *A integração no IFCE campus Caucaia: o currículo como identidade do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica* o currículo presente no PPC do curso pesquisado é analisado, buscando perceber como o percurso formativo idealizado é sistematizado para integração dos conhecimentos propedêuticos e técnicos dos estudantes.

6.3.1 Currículo como o percurso para a aprendizagem

A escola é ambiente repleto de diferenças e relativizá-las e respeitá-las é um ato democrático. Esse ajustamento é materializado e concretizado nos documentos institucionais e o currículo deve trazer em sua essência uma “justiça curricular” para que esse espaço de aprendizagem seja equânime no acesso de seus educandos ao conhecimento.

O léxico currículo, de origem latina, *curriculum*, tem em sua etimologia, o significado de corrida, trajetória, percurso. Tal jornada, atualizada para o significado de organização e sistematização do ensino, tem a função de dar sequência ordenada aos conhecimentos construídos social e culturalmente, norteando os conteúdos acadêmicos exigidos pela instrução pedagógica formal.

Conforme Pacheco (2005, p.33) as experiências educativas constituem um roteiro de aprendizagem institucionalizada a partir do currículo, pois este representa “um todo organizado em função de propósitos educativos e de saberes, atitudes, crenças e valores que

os intervenientes curriculares trazem consigo e que realizam no contexto das experiências e dos processos de aprendizagem formais”.

O currículo é uma interferência cujo objetivo influencia no desenvolvimento dos aprendizes, pois é um instrumento de formação previamente organizado e sistematizado para propiciar uma aprendizagem significativa.

O processo de aprendizagem formalizado deve estabelecer unidade e definição dos conteúdos programáticos, mas esta coesão dos conteúdos não pode ser inflexível, ao contrário, deve equilibrar a polissemia existente na estrutura da produção do conhecimento, sobretudo porque a sociedade tecnológica e científica, bem como, os condicionantes econômicos estão em constante mutação e influenciam o currículo. (PACHECO, 2005).

O currículo organiza as atividades acadêmicas relativizando as diferenças, direcionando as opções sobre o que ensinar, como organizar a aprendizagem e como avaliar os resultados dessa aprendizagem, sem desconsiderar o fato de que as “mudanças reais estão a ocorrer por força da evolução social e económica, queiram ou não os actores e os decisores, e é fundamental dar conta delas e compreender a sua natureza” (ROLDÃO, 1999, p.12).

Considerar as mudanças reais da sociedade é responder às necessidades reais presentes e futuras, pois a dinâmica conjuntural histórica-social exige que a cultura, as competências, os saberes sejam parte integrante do currículo, visto que adequar o currículo priorizando também conteúdos expressivos às demandas sociais fortalece as expectativas e o significado da instituição de ensino.

Dessa forma, o currículo contextualizado prepara para o trabalho, para a vida produtiva, mas também apresenta em seu elenco as dimensões sociais, culturais, políticas, ideológicas. Politicamente, esse conjunto de conhecimentos reflete as relações existentes entre escola e sociedade, os interesses individuais e coletivos, interesses políticos e ideológicos, visto que

o currículo é um instrumento de formação, com propósito bem definido e que, tal como uma moeda, apresenta uma dupla face: a das intenções ou do seu valor declarado e a da realidade, ou do seu valor efectivo, que adquire no contexto de uma estrutura organizacional. Assim, o currículo pode desvalorizar-se, pode ser cerceado na sua intencionalidade sempre que entre no jogo especulativo, cujas regras nem sempre são explícitas, principalmente na conflitualidade social das reformas educativas e curriculares (PACHECO, 2005, p.37)

As escolhas dos conteúdos programáticos devem favorecer a inserção do aluno no mundo laboral, mas essa inclusão deve priorizar o desenvolvimento do sujeito para além da dimensão do trabalho, e os propósitos e as intenções reais efetivas não podem ser subjugados,

ou pelo menos não deveriam, a regras sociais prejudiciais que comprometem a formação integral/omnilateral dos estudantes.

A aprendizagem deve ser utilizada para incluir, para propiciar o progresso econômico para o bem estar coletivo, e também o bem-estar pessoal e profissional dos sujeitos.

O conjunto de aprendizagens socialmente necessárias é organizada e garantida pelo currículo, e essa coletânea de conhecimentos é sinônimo de constante transformação, segundo destaca Roldão (1999, p. 24):

O que se considera desejável varia, as necessidades sociais e económicas variam, os valores variam, as ideologias sociais e educativas variam e/ou conflituam num mesmo tempo – e o currículo escolar corporiza, ao longo dos tempos e em cada contexto, essa variação e essa conflitualidade. Por sua vez, também contribui para, e interage com, essas várias forças, e dá-lhes forma ao instituir em cânones determinadas aprendizagens e práticas. Nisto não é o currículo escolar diferente de qualquer outra prática social – sempre frutos e fontes das interações e dos actores em presença

As forças sociais implícitas ou explícitas atuam na trajetória pleiteada pelo currículo delineando o itinerário formativo resultado do contexto social e econômico e o conjunto dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis para o aluno embora pertença a um campo de tensão e conflito, deve ter sua organização, estrutura e sequência materializadas no currículo, tema central desse capítulo.

6.3.2 A integração no IFCE *campus* Caucaia: o currículo como identidade do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica

No contexto da ideologia do neoliberalismo que incorpora a produtividade, a competitividade excludente, com suas determinações e contradições, o ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio do IFCE - *campus* Caucaia, apesar dessa conjuntura, busca formar cidadãos criativos, críticos, participativos, capazes de compreender e interferir criticamente nessa dinâmica do mundo que os cerca nessa conjuntura.

Buscando atingir esse objetivo, esta instituição tem como eixos estruturantes a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho nos projetos pedagógicos de seus cursos como valores na organização curricular e nas condutas pedagógicas.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica (2014, p. 9), nos cursos técnicos integrados ao ensino médio há que se garantir a “integralidade do ensino médio, contemplando ao mesmo tempo o aprofundamento

dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade e os objetivos adicionais da formação profissional, integrando assim, essas duas dimensões.”, opção pedagógica de perspectiva omnilateral com base nas diretrizes legais e na realidade social e econômica em que a educação técnica integrada ao ensino médio está inserida.

As instituições de ensino tem a responsabilidade de elaborar e executar a proposta pedagógica, e também, a incumbência de garantir dias letivos e horas aulas, recuperação dos alunos com baixo rendimento, por exemplo, conforme o art. 12 da LDB nº 9.394/96:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
 I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
 II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
 III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
 IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
 V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
 VII – informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

A formalização e a legitimidade dessa escolha pedagógica de visão omnilateral estão presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, cujo trabalho é organizado com o compromisso de atender as múltiplas necessidades dos alunos, elemento principal do processo de aprendizagem.

O PPC é também instrumento de controle coletivo e reflexão política, elaborado com o necessário engajamento dos segmentos da comunidade acadêmica, delineando a identidade dos cursos do IFCE, vivenciando democraticamente as dimensões política e pedagógica.

Para a esquematização da identidade institucional e do curso, de acordo com a autora Veiga (1998, p. 35):

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores [...] É portanto fruto de reflexão e investigação

As finalidades e o papel social da escola, suas ações e caminhos elegidos estão presentes na construção do PPC do curso técnico integrado em tempo integral em Eletroeletrônica do IFCE - *campus* Caucaia, documento norteador das ações pedagógicas a ser

analisado, com base na organização curricular de seu PPC. Tal escolha não foi determinada por critério específico, pois a seleção do curso investigado foi aleatória.

A estrutura do PPC é constituída inicialmente com a identificação do curso e base legal, com apresentação das seguintes informações: denominação do curso (Curso Técnico em Eletroeletrônica), forma de oferta (integrada), habilitação (Técnico em Eletroeletrônica), modalidade (presencial), periodicidade de oferta (semestral), tempo de integralização (3 anos), carga horária (3800 horas), número de vagas (35 vagas), turno (tempo integral), formas de ingresso (Seleção, transferência e diplomados) e eixo tecnológico (Controle e Processos Industriais).

Os demais componentes do PPC são: contextualização da instituição, concepção do curso; justificativa; objetivos; forma de acesso; perfil profissional de conclusão; organização curricular; matriz curricular; fluxograma, Programa de Unidades Didáticas (PUD's); metodologia; critérios de aproveitamento; critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem; critérios para avaliação do desempenho docente e do curso; mecanismo de acompanhamento do curso; fluxo para alteração do PPC; estratégias de apoio ao discente; biblioteca; laboratórios, estrutura e salas de aula; perfil do pessoal docente; corpo técnico administrativo; emissão de diplomas.

Embora todos os itens acima que compõem o PPC sejam importantes, daremos especial ênfase à questão do currículo (organização curricular, matriz curricular, fluxograma), haja vista que a formação técnica e profissional integra as dimensões educação, trabalho, ciência, tecnologia, cultura no processo formativo omnilateral do educando, imbricando educação básica e educação profissional no mesmo currículo.

O currículo, tema essencial desse tópico, em diferentes momentos de sua teoria (Tradicional, Crítica, Pós-crítica)¹⁹ define o arranjo educacional, define o funcionamento da escola, as práticas e atitudes incorporadas ao estudante, futuro trabalhador, para ações de subordinação ou de comando e autonomia.

Dessa forma, como aponta Silva (2010), as instituições de ensino devem questionar sobre os objetivos da educação, o conteúdo a ser ensinado, a delimitação das fontes de conhecimento:

quais os objetivos da educação escolarizada: formar o trabalhador especializado ou proporcionar uma educação geral, acadêmica à população? O que se deve ensinar: as habilidades básicas de escrever, ler e contar; as disciplinas acadêmicas humanísticas;

¹⁹ Silva, Tomaz Tadeu da. In: Das teorias tradicionais às teorias críticas. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

as disciplinas científicas, as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais? Quais as fontes principais do conhecimento a ser ensinado: o conhecimento acadêmico, as disciplinas científicas, os saberes profissionais do mundo ocupacional adulto? O que deve estar no centro do ensino: os saberes objetivos do conhecimento organizado ou as percepções e as experiências subjetivas (SILVA, 2010, p. 22)

Esses questionamentos sobre a formação acadêmica do discente são preocupações pertinentes ao projeto pedagógico e, sobretudo ao currículo, pois este é espaço onde se produzem e se criam significados para as relações sociais de poder e desigualdade subentendida, cuja seleção, organização e distribuição do conhecimento expõem a invisibilidade das relações sociais pautadas somente em forças econômicas, políticas e culturais que buscam moldar os objetivos da educação de acordo com interesses particulares.

Devido sua importância, o currículo do ensino técnico integrado ao ensino médio almeja superar o currículo voltado apenas para o ensino de habilidades práticas necessárias para o trabalho e mais uma vez com o teórico Silva (2010, p. 15) questionar:

Qual o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada nas teorias educacionais críticas? A cada um desses modelos de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo.

A formação do futuro profissional não pode se sobrepor a formação do ser humano. O tipo de sujeito para determinado tipo de sociedade, a neoliberal, por exemplo, deve contemplar a dinâmica da economia e da produção, mas de maneira crítica e reflexiva, combativa e ativa, atitudes que são implicitamente inseridas no currículo.

O PPC e sua estrutura trazem em seu conteúdo, sobretudo em sua organização curricular o objetivo para

desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e socialmente. (VEIGA, 1998, p. 268).

A formação dos estudantes visa não somente a preparação para o trabalho, com o conhecimento de conteúdos técnicos, mas, sobretudo para cidadania, a partir do domínio dos conhecimentos humanos e culturais do currículo propedêutico, com as disciplinas gerais. A

sistematização do percurso formativo está posto no PPC, pois nesse documento programático as principais ideias, fundamentos e orientações curriculares, organizacionais do IFCE - *campus* Caucaia são articulados com suas possibilidades e limites, discutindo dialogicamente suas concepções pedagógicas e políticas e contemplando os diferentes interesses, já que “A sua formulação caracteriza-se, principalmente, por expressar os interesses e necessidades dos atores envolvidos e por ser concebido e construído com base na realidade local e com a participação conjunta da comunidade escolar.” (NETO, SILVA, 2004, p.15).

A participação dos atores envolvidos na realidade local do IFCE *campus* Caucaia ocorre também em virtude de sua condição de autarquia com natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Nessa contextualização legal da instituição, segundo o PPC do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica (IFCE, 2014, p. 8):

a oferta do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica do IFCE *campus* Caucaia busca contribuir não só para o fortalecimento das mudanças locais, mas acima de tudo atuar na produção de saberes que estejam vinculados com o contexto global numa visão comprometida com o desenvolvimento social de forma sustentável

A concepção do curso em questão considera a articulação do ensino médio com o ensino técnico profissionalizante numa base unitária de formação geral (disciplinas de núcleo comum) e dos conteúdos técnicos.

Conforme o PPC do curso técnico integrado em eletroeletrônica, nesse processo a

elaboração dos cursos, o *campus* Caucaia valoriza ainda alguns princípios que definem sua identidade e especificidade que se referem ao desenvolvimento de competências para a laboralidade; a flexibilidade; a interdisciplinaridade e a contextualização na organização curricular; a identidade dos perfis profissionais de conclusão; a atualização permanente dos cursos e seus currículos e a autonomia da escola em seu projeto pedagógico. (IFCE, 2014, p. 11).

A organização curricular e a constante atualização do currículo é uma questão essencial para a formação e o desenvolvimento de processos cognitivos superiores, pois a sociedade e as transformações técnico-científicas, econômicas e políticas determinam as rápidas transformações e a exigência por novos conhecimentos.

O currículo é um projeto educacional com a seleção consciente organizada e unificada dos conteúdos estudados, é algo materializado socialmente com suas diferentes dimensões, conflitos e realidades, mas que tenha sentido para o professor e significado para o aluno, pois as intenções nele presentes são sistematizadas para provocar e enriquecer as experiências do discente na interação com seu objeto de estudo.

A perspectiva de processo desde o plano teórico às práticas definidas no currículo e sua dinâmica contemplam os conteúdos que devem ser apreendidos e o sujeito que aprende, mediados por desafios e exigências e pelo processo das estratégias de ensino-aprendizagem.

O desenho curricular do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, pertencente ao eixo de processos industriais e infraestrutura, é formado por seis etapas (semestres), com 100 dias letivos cada, com componentes curriculares que contemplam as áreas de conhecimento dos eixos formativos: Base nacional comum do Ensino Médio, parte diversificada e parte profissionalizante.

Os conhecimentos alicerçados nesse tripé da formação integrada deve ter em sua essência o fato de que

o saber não é válido por poder formar as pessoas, mas na medida em que ajuda a produzir coisas e a controlar processos naturais e sociais. Não se sabe pelo bel prazer de saber, mas para produzir, para aplicar. O interesse pela utilização técnica do saber é inerente à produção industrial e, de maneira ainda mais plena, à sociedade pós-industrial, na qual o domínio da informação é parte da produtividade, um fator agregado aos dois componentes clássicos, o capital e o trabalho (SACRISTÁN, 2013, p.32-33).

O capital e o trabalho são componentes indissociáveis e a utilização técnica do saber deve ser utilizada para formar pessoas produtivas e que contribuam para construção de uma sociedade mais democrática apesar das imposições do capital.

Para superar o reducionismo determinado pela economia de mercado neoliberal a concepção de currículo da educação profissional deve compreender

o trabalho em sua dimensão positiva, o que implica envidar esforços na perspectiva de uma formação politécnica que supere a relação entre ensino, formação e mercado de trabalho. Significa afirmar ainda que é pela contradição que se pode avançar na identificação das bases científicas e técnicas que sustentam os processos produtivos. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 165).

Nessa perspectiva de educação politécnica e para reflexão crítica das contradições dos processos produtivos, a organização curricular do curso técnico integrado em Eletroeletrônica evidencia a importância de outros recursos a partir da exibição de filmes de produção nacional com o mínimo de 2h mensais, bem como o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, assim como temas sobre educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, educação ambiental, direitos humanos acompanham o processo formativo integrador do currículo.

O currículo segue as determinações legais previstas nos artigos 26, em seus § 7º, § 8º e § 9º e 26ª da LDB 9.394/1996 destacando que:

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A preparação e habilitação para o trabalho devem inserir na formação geral do educando maior amplitude de conhecimentos de educação cidadã, educação ambiental, direitos humanos, cultura, entre outros temas, para consolidar uma formação politécnica.

O eixo tecnológico de controle e processos industriais exige o conhecimento em tecnologias a processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos e, em sua matriz curricular considera os conhecimentos propedêuticos, como leitura e produção de texto, bem como a parte diversificada, como desenvolvimento interpessoal, responsabilidade e sustentabilidade social, e estatística, raciocínio lógico, ciência, tecnologia, por exemplo, na parte profissionalizante.

Dessa forma, os valores embutidos no PPC de Eletroeletrônica (IFCE, 2014), através da organização curricular e das condutas pedagógicas entremeadas com a educação básica operam para construir uma educação profissional eficaz no desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Os componentes curriculares estão distribuídos nas áreas das linguagens, seus códigos de apoio e suas tecnologias; das ciências da natureza e suas tecnologias; das ciências humanas e sociais e suas tecnologias e a área profissional, por semestres, graduando o nível dos conteúdos, pois “a forma de organização do conteúdo do ensino em cada grau, nível ou série, compreendendo aquilo sobre o qual versa o ensino, ou em torno do qual se organiza o processo de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 1994, p. 142) é necessário para o desenvolvimento do percurso formativo exitoso.

A carga horária do primeiro semestre (560 horas) garante a consolidação dos conhecimentos básicos para posterior ampliação e aplicação dos conteúdos, tendo como disciplinas Física I, Matemática I, Química I, Educação Física I, Arte educação, cultura e

música I, Língua Portuguesa e redação I, Filosofia I, História I, Informática básica e Introdução ao curso e orientação profissional.

As disciplinas de Informática básica e Introdução ao curso e orientação profissional pertencem respectivamente à parte diversificada e profissionalizante e as demais disciplinas à atual base nacional comum do Ensino médio. As disciplinas que complementam a parte diversificada são Espanhol (3º semestre), Educação física (5º semestre), Projetos sociais (6º semestre).

Para atividades complementares, exigidas no mínimo 100 horas, necessárias para complementar não somente a carga horária total do curso, mas, sobretudo para formação omnilateral do educando, sendo computadas com a apresentação do documento comprobatório.

As atividades complementares são descritas e reunidas em grupos de “atividades de complementação da formação social, cultural e humana”, “Atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo”, “Atividades de pesquisa científica ou tecnológica”, “Representação estudantil” e “Experiência profissional e atividades de estágio”.

Esses grupos contemplam a integração entre os princípios educativos do trabalho, ciência e tecnologia e cultura que contribuem para efetivação da integração no IFCE *campus* Caucaia.

O estágio, embora represente importante etapa formativa para o ensino profissional, é uma atividade complementar de caráter opcional, assim como outras atividades complementares, podendo ser realizadas através da participação em seminários, em palestras, em oficinas e pesquisas também propiciarão aprendizagens específicas da área profissional escolhida, assim como, outros conhecimentos convergentes com o eixo de formação.

Essa decisão na organização curricular representa uma deficiência, sobretudo por se tratar de um curso que oferece formação para o trabalho. Seria necessária uma revisão na perspectiva pedagógica para esse modelo de “Experiência profissional e atividades de estágio”, somada a estratégias institucionais e parcerias entre instituições públicas ou privados, com maior engajamento dos atores envolvidos nesse processo.

Outra atividade formativa é a produção de trabalho de conclusão de curso, com apresentação do registro reflexivo resultante de produção específica da área de atuação e experiências ocorridas no percurso formativo do estudante.

Dando continuidade ao fluxograma da matriz curricular do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, as disciplinas do segundo semestre, com carga horária de 720 horas, são Física II, Matemática II, Química II, Educação Física II, Arte educação, cultura e

música II, Língua Portuguesa e redação II, Sociologia I, História II, Eletricidade I, Higiene e Segurança do trabalho, Estatística e Desenho assistido por computador.

No terceiro semestre, com 680 horas, os componentes curriculares são Física III, Matemática III, Química III, Educação Física III, Arte educação, cultura e música III, Língua Portuguesa e redação III, Língua inglesa I, Filosofia II, História III, Espanhol (optativa), Eletrônica analógica, Eletricidade II, Normas e controle da qualidade, Ética e responsabilidade social.

No quarto semestre, também com 680 horas, novas disciplinas da base comum são introduzidas: Biologia I e Geografia I. As demais disciplinas dão continuidade ao conhecimento consolidado nos semestres anteriores: Física IV, Matemática IV, Química IV, Educação física IV, Língua Portuguesa e redação IV, língua inglesa II, Sociologia II. As disciplinas técnicas são Eletrônica digital, Acionamentos de máquinas, Instrumentação industrial e Metrologia.

No quinto semestre (680 horas) os componentes curriculares são de Biologia II, Física V, Matemática V, Educação física V, Arte e educação cultura e música III, Língua portuguesa e redação V, Língua inglesa III, Filosofia III, Geografia II, Controladores lógicos, Medição e calibração de instrumentos, Acionamentos hidráulicos e pneumáticos e Gestão e empreendedorismo.

No sexto e último semestre, com 480 horas, as disciplinas finais são Biologia III, Matemática VI, Língua Portuguesa e Redação VI, Língua inglesa IV, Sociologia III, Geografia III, Projetos sociais, Sistemas Digitais de Controle Distribuído e Projeto integrador.

Cada componente curricular tem seu Programa de Unidade de Didática que informa carga horária da disciplina, créditos, por exemplo, além de informações importantes tais como: ementa, objetivos, programa, metodologia de ensino, avaliação e bibliografia.

Nos Programas, diversas estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem e de avaliação são contempladas, tais como: seminários, debates, atividades em grupo e individuais, experiências, pesquisas, dramatizações, exposição oral, debates, projetos de trabalho, estudos dirigidos, atividades práticas, visitas técnicas; dentre outras.

A sistematização dos componentes curriculares é formulada para possibilitar o desenvolvimento cognitivo do aluno e aprendizagem significativa nos processos de formação / aquisição dos conceitos científicos relevantes nas diversas etapas de aquisição do conhecimento.

A organização da matriz curricular dos componentes curriculares de formação básica, profissional e diversificada, totalizando 3.800 horas, com 60 minutos cada hora/aula,

considera o contexto de um mundo tecnológico e múltiplo em experiências inovadoras, observando a formação básica e profissional em sua base curricular a “formação omnilateral do sujeito a partir do domínio de uma cultura científico-técnica e de compreensão do mundo do trabalho como realidade complexa e contraditória que faz parte da vida de todas as pessoas” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 158).

A opção pela formação omnilateral é a escolha de um currículo crítico, consciente de que embora submetido a processos políticos, a ações de poder e mecanismos ou dispositivos de controle não pode ter papel passivo na seleção e valoração dos conhecimentos formalizados produzidos pela sociedade em sua realidade complexa e contraditória. (RAMOS, 2007).

A organização curricular do curso técnico integrado em Eletroeletrônica, portanto, na perspectiva omnilateral, segundo seu PPC (IFCE, 2014, p. 20):

deverá ser articulada partindo dos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e integração entre teoria e prática, visando garantir a plena intercomunicação dos eixos formativos para proporcionar a formação de um profissional capaz de produzir novos saberes a partir das experiências adquiridas nos contextos formais e informais de aprendizagem.

Os conhecimentos de formação geral e específicos, produzidos e legitimados socialmente, são articulados pela interdisciplinaridade responsável por relacionar os conceitos das diversas áreas da ciência presentes nas disciplinas contextualizados pela realidade e pautados nos princípios educativos que norteiam a formação profissional: trabalho, ciência e cultura.

Esse enfoque deve priorizar a socialização do saber elaborado com base na organização dos conteúdos de acordo com a relevância social porque “compreende ser necessário democratizar e transformar a sociedade, razão pela qual defende que os dominados devem apropriar-se do saber social monopolizado pelos dominantes como uma das condições necessárias para a superação de sua condição de dominados” (SAVIANI, 1994, p. 150).

Essa postura pedagógica e política estão presentes no PPC e no currículo para garantir também a presença de princípios norteadores como igualdade, condições de acesso e permanência, percepção crítica e autonomia.

Para condições de permanência exitosa dos estudantes, o PPC Integrado em Eletroeletrônica estabelece procedimentos de avaliação da aprendizagem dos conhecimentos prescritos no currículo. Para ilustrar, destacamos avaliação diagnóstica no início de cada semestre, para identificar as fragilidades da aprendizagem dos conteúdos curriculares e

orientar ações para superação das dificuldades e encaminhamento para horários de estudos complementares, visto que a permanência do aluno é em tempo integral.

Essas determinações ampliam as condições de permanência e a efetivação da integração dos conhecimentos gerais e técnicos para conexão das dimensões trabalho, ciência e cultura propostas no currículo omnilateral. Essa formação ampliada, proposta pelo currículo omnilateral, é pertinente, pois, conforme Silva (2010)

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida: curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2010, p. 150)

Por isso, nesse espaço de poder, as decisões pedagógicas e políticas estão na organização curricular do PPC do curso Integrado em Eletroeletrônica, pois o currículo é o espaço de sua identidade e disputa de domínio, é a definição do percurso formativo, é a identidade do curso.

Essa identidade apresentada no PPC “reflete a escola e sua realidade, sendo que, com o tempo e as mudanças que acontecem na sociedade, é fundamental retomarmos as discussões sobre os objetivos e metas, para que ele reflita a escola como ela é, buscando melhoria na educação.” (LONGHI, BENTO, 2006, p. 177), pois há certezas e incertezas, determinações visíveis e invisíveis como a política, o poder, o controle agindo sobre o currículo, além de forças sociais como a economia.

Evitar a fragmentação e o engessamento do currículo, articular os diferentes interesses em suas possibilidades e limites são posturas de contestação e resistência necessárias para superar os desafios da implementação dos cursos técnicos integrados e uma real integração para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos do IFCE *campus* Caucaia.

No próximo capítulo os resultados da pesquisa empírica serão discutidos. Cada tópico do capítulo contempla duas perguntas do questionário direcionadas aos participantes. Seus dados serão discutidos e confrontados, buscando apreender as percepções dos sujeitos, os desafios apontados, bem como as possibilidades e propostas para superação das dificuldades identificadas no processo de criação / implementação dos cursos técnicos integrados.

7 IMPLEMENTAÇÃO E CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS EM TEMPO INTEGRAL NO IFCE CAUCAIA: O DISCURSO DOS PARTICIPANTES

A integração da Educação Profissional ao Ensino Médio traz como proposta relacionar os conhecimentos gerais aos conhecimentos técnicos voltados para a profissionalização. Vale destacar, que o ensino técnico integrado ao ensino médio é direcionado aos jovens egressos da etapa final do ensino fundamental.

Dessa forma, a aquisição de conhecimentos teóricos e conceituais, características da educação profissional integrada ao ensino médio, deve permitir ao educando a possibilidade de elaborar uma rede de significados a partir dos conhecimentos apreendidos.

A oferta dessa modalidade de ensino integrado ao ensino médio no IFCE *campus* Caucaia está prevista em seu PDI 2014-2018 como um dos objetivos e das metas para “ampliar os cursos, as turmas e as vagas, respeitando a oferta de 50% de vagas para ensino técnico, prioritariamente na forma integrada” (IFCE/PDI 2014 – 2018, p.18).

7.1 AS PERCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA E DE SEUS DISPOSITIVOS JURÍDICOS

Objetivando compreender o processo de implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral indagamos aos participantes da pesquisa como ocorreu esse trâmite. Segundo o Gestor 7, esse processo aconteceu:

De forma bem democrática. O processo é resultado de uma ação prevista no Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI, que teve a participação direta de todos os servidores do *campus* Caucaia, como também, da expressividade da comunidade que em consulta pública, chegou a definição deste perfil profissional no município e na região pelos dados evidenciados e apresentados em momento prévio a implantação/definição do referido curso. (Gestor 7)

A consonância dessa ação com o PDI do *campus*, bem como a definição do curso são relatadas no discurso do gestor 7, apresentando uma breve descrição das etapas do processo.

Em resposta a pergunta sobre a avaliação do processo de implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral, o docente 2 também lembra o PDI como instrumento norteador dessa ação, conforme sua resposta:

A implantação dos cursos técnicos integrados no campus Caucaia foi estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do Campus Caucaia, para o quinquênio 2014/2018, e teve como principal objetivo, em consonância com o Termo de Acordos de Metas, TAM, firmado entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e o Ministério da Educação, atuar sobre prováveis causas de evasão escolar de alunos do ensino médio tais como, dificuldades financeiras e desestruturação familiar. Neste sentido, além de atuar na formação acadêmica, o campus Caucaia cumpre sua responsabilidade social acolhendo e mantendo na escola, em tempo integral, jovens em situação de vulnerabilidade. do ponto de vista social avalio como bem-sucedido este modelo. No entanto, do ponto de vista pedagógico, avalio que devem ser feitos alguns ajustes, pois o tempo de permanência do aluno na escola é quase que totalmente preenchido com aulas teóricas expositivas, restando pouco espaço para outras atividades principalmente a de fixar os conhecimentos expostos das aulas. Este desajuste tem-se refletido na retenção dos alunos, uma vez que muitos deles estão apresentando dificuldades para progredir no curso. (Docente 2)

Observamos que o docente cita o Termo de Acordos e Metas (TAM), documento firmado em 2010 entre cada uma das instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica e o MEC, estabelecendo um conjunto de compromissos entre as partes que devem ser alcançados paulatinamente até 2022.

Segundo o portal do MEC, de 19 de maio de 2010, prerrogativas legais das instituições quanto aos novos compromissos fazem parte do termo e os acordos materializados não se restringem a metas quantitativas. O termo prevê também a elevação dos indicadores de eficiência e eficácia, e as metas são distribuídas em categorias: a) metas quantitativas, b) metas de oferta, c) metas de acesso, d) metas de extensão e pesquisa e e) metas de sistemas de gestão²⁰. Tais metas visam qualificar a gestão dos IF's e melhorar a infraestrutura das unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Essas ações objetivam responder aos desafios apontados pelo Docente 2, como a evasão escolar, provocada por questões sociais, como por exemplo, dificuldades financeiras da família, atuando como um impedimento da formação acadêmica em tempo integral de jovens em situação de vulnerabilidade social. O docente também questiona o modelo do ponto de vista pedagógico, observando a carga horária de aula durante a permanência do aluno na instituição e a ausência de horário de estudo.

O questionamento sobre a carga horária de aulas é pertinente porque dificulta a participação e a realização de outras atividades de pesquisa e extensão, por exemplo, além de reduzir o tempo para estudo. Nesse sentido, no item sobre *Os critérios e procedimentos de*

²⁰ Categorias divididas com base no endereço eletrônico: <http://fxdfrenteira.blogspot.com.br/2012/02/o-termo-de-acordo-de-metas-e.html>. Acesso em 30/06/2017.

avaliação da aprendizagem discente do PPC do Curso Técnico em Eletroeletrônica, identificamos uma estratégia para o acompanhamento e desenvolvimento dos educandos que apresentarem dificuldades de aprendizagem, com horários de estudos complementares, encaminhamento para apoio da monitoria, bem como, para atendimento realizado por docentes. “Os horários serão organizados de acordo com os espaços físicos disponíveis e a carga horária dos docentes e dos discentes, sendo que os discentes poderão também ser encaminhados ao serviço de psicologia para orientação de estudos, se assim for identificado como necessário.” (IFCE, 2014, p. 184)

Por conseguinte, a entrada no mercado de trabalho é uma motivação para muitos ingressantes no Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica. No entanto, essa motivação não impede que vários problemas sejam apontados pelos estudantes quando indagados sobre o processo de criação / implementação do IFCE *campus* Caucaia:

Desorganizado, de certa forma. Quando entrei, foi um teste, tudo estava desorganizado e ainda é assim em diversos fatores. Temos poucos materiais para práticas, pouco espaço para quando as práticas são realizadas (Aluno 1 - 5S)

O processo de criação infelizmente foi desorganizado, prejudicando até mesmo os alunos que não reprovaram, por causa da falta de professores, além da falta de infraestrutura para abrigar uma maior quantidade de alunos no campus, má organização das cadeiras das matrizes curriculares, ou seja, processo mal planejado (Aluno 6 - 5S)

Avalio como um processo que tem obtido desenvolvimento ao longo do amadurecimento, porém ainda necessita de muitos aprimoramentos. O desafio maior é aprender a lidar com o grande porte de alunos que a Instituição vem recebendo. Com isso, a estrutura se tornou pequena para a quantidade de usufruidores. As verbas inseguras e insuficientes para demandas de alimentação, lazer e comodidade, porém essa nova forma de aprendizado conta com profissionais excelentes e a proposta é gratificante. Em especial o curso de Eletroeletrônica é de custo alto e o desafio é ainda maior, mas há um desempenho para alcançar melhorias. (Aluno 9 - 5S)

As respostas acima sobre o processo de implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral no IFCE Caucaia apresentam como pontos frágeis a ausência de organização nesse processo, a falta de professores para ministrar as disciplinas, a infraestrutura insuficiente, os recursos reduzidos para manutenção satisfatória do Curso Integrado em Eletroeletrônica.

A educação profissional também necessita de financiamento sistemático, pois o recebimento de recursos é uma necessidade que impacta na realização de outras atividades além do ensino, como a realização de atividades de pesquisa e extensão, ações pertencentes às finalidades do IFCE *campus* Caucaia.

A infraestrutura da instituição de ensino influencia no processo de ensino e aprendizagem, portanto, as instalações físicas devem favorecer a aprendizagem, e, em um curso que prevê a formação para o trabalho, é um fator preponderante a existência de espaços para práticas que viabilizem a formação técnica-acadêmica.

Dessa forma, as áreas cobertas ou descobertas, assim como as áreas recreativas e de lazer ou áreas específicas para função educativa, tais como salas de aula, biblioteca, laboratórios devem apresentar um espaço que permita o desempenho das atividades para elas previstas.

De acordo com estudo sobre as edificações escolares e a infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem, Beltrame e Moura (2009) afirmam que:

O espaço escolar é fundamental para a formação do ser humano devendo ser elemento de atenção na relação dinâmica entre usuário e o ambiente, precisa estar em constante movimento de reestruturação, portanto, as questões pertinentes à interação entre espaço físico, atividades pedagógicas, comportamento humano devem ser consideradas prioritárias (BELTRAME; MOURA, 2009, p.4)

O espaço físico destinado à formação humana deve atender não somente às exigências pedagógicas, mas também outras demandas advindas pelo tempo integral de permanência do aluno na instituição de ensino.

Além desses ambientes, espaços para refeição, descanso, higiene pessoal, estudo individual e em grupo são determinantes para o percurso formativo exitoso dos estudantes, sobretudo para o curso em tempo integral, cuja permanência na instituição é em tempo integral, necessitando de uma refeição e duas merendas diariamente.

Os problemas apresentados pelos estudantes pesquisados sobre as dificuldades do processo de implementação do IFCE *campus* Caucaia também foram citados pelos servidores (gestores, docentes e técnicos administrativos) participantes da pesquisa. Vejamos:

Apesar da relevância da modalidade, a infraestrutura do campus e a falta de vivência com essa modalidade tem se mostrado determinante no acompanhamento das atividades acadêmicas. (Gestor 2)

Precipitado, devido falta de estrutura física adequada para receber os alunos em tempo integral, assim como falta de treinamento adequado aos profissionais que atendem a estes alunos. (Gestor 6)

Carregado de boas intenções, mas falho em cogitar a impossibilidade financeira de manter tais cursos com qualidade (estrutural, financeira e humanamente falando), diante das exigências de tal modalidade. (Docente 8)

Avalio como positivo pelo fato de ser em três anos. Isso assegura a permanência dos alunos e diminui a evasão, entretanto é importante destacar os desafios que enfrentamos diariamente, devido à falta de recursos adequados. Somos um campus que não foi construído para cursos em tempo integral, então a estrutura física deixa

muito a desejar. Além do número de funcionários que ainda é insuficiente, bem como os recursos financeiros para dar continuidade as atividades estão cada vez mais escassos. (TA 3)

Percebemos no discurso dos sujeitos participantes da pesquisa, a questão da inadequação da infraestrutura do *campus* para receber a demanda crescente de ingressantes. Além desse aspecto, a formação de servidores para atender ao público juvenil, a escassez de recursos financeiros e humanos também foram questões destacadas pelos servidores.

O custeio para a educação profissional é insuficiente, especialmente no atual momento em que o financiamento e o orçamento para a educação como um todo vem sofrendo constantes cortes e reduções.

Os direcionamentos normativos e legais e de financiamento, bem como as mudanças de cunho pedagógico alteram o percurso da educação profissional. Sobretudo porque

De uma forma geral, a educação profissional tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja, que o trabalhador fosse capaz de executar as funções reservadas para ele de forma mecânica e tecnicista. Essa função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é resultado de uma sociedade estruturada de forma dual (MOLL, 2010, p. 277)

A função da educação profissional na qualificação de mão de obra para a produção capitalista foi percebida historicamente como educação de segunda categoria, onde o investimento para a formação mais ampla foi relegado.

Para atividades mecânicas e técnicas não seriam necessários maiores investimentos financeiros, pois, a priori, sua finalidade guardava uma concepção reducionista e sem relevância social.

No entanto, a educação profissional, sobretudo com a criação dos IFs, ganhou novo fôlego e nova estatura. Sua expansão territorial, consequência das recentes alterações legais, ampliaram suas finalidades para além do ensino, incluindo pesquisa e extensão.

Essas alterações são inevitáveis, uma vez que o progresso técnico e científico implica em mudanças na formação intelectual, exige maior qualificação, conferindo ao conhecimento acumulado e desenvolvido pela humanidade, não somente o conhecimento empírico, mas o conhecimento sistematizado e ensinado, por isso

Essas mudanças atingem de forma direta a qualificação profissional, tendo em vista que para o trabalhador desempenhe uma atividade com domínio amplo de sua área é imprescindível que tenha uma formação profissional sólida, o que supõe uma educação que contemple a relação atividade intelectual/atividade prática. (POCHMANN, 2014, p.140)

O trabalhador necessita de formação profissional mais consistente, sendo imperativo ter mais que saber fazer, tendo em vista que a atividade laborativa exige agora, com o avanço tecnológico, escolarização mais ampla, que invista também na formação intelectual.

A finalidade da educação profissional recebeu outro posicionamento e outra concepção, pois essa modalidade foi, mais recentemente, impactada pelos conhecimentos científicos e tecnológicos tendo suas possibilidades e potencialidades destacadas.

Essa relevância, no entanto, pode ser comprometida, conforme relato dos sujeitos participantes da pesquisa, quando a educação profissional não tem garantias efetivas, organizadas e ordenadas de recursos, pois: “Urge conceber ainda a educação profissional, na perspectiva estratégica de política, como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda, dentre outras dimensões de natureza pedagógica, social e epistemológica” (MOLL, 2010, p. 279).

Financiamento sistemático é essencial para garantir as condições necessárias para a oferta de educação de qualidade para os estudantes, sobretudo porque o Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica do IFCE *campus* Caucaia exige uma demanda orçamentária que atenda às necessidades pedagógicas, de aprendizagem, bem como a garantia da permanência satisfatória do aluno no período em que permanece na instituição, nos horários de aulas, nos intervalos das aulas e nos momentos de estudo.

Para viabilizar o processo de aprendizagem, além de apoio pedagógico, é necessário apoio financeiro que é realizado de acordo com as determinações do regulamento da assistência estudantil através dos auxílios óculos, alimentação, transporte, moradia, discentes mães e pais, viagens e visitas técnicas, acadêmico e didático-pedagógico (IFCE/PDI 2014 – 2018).

A política de atendimento ao discente do PDI 2014 – 2018 do IFCE *campus* Caucaia também prevê a consolidação do atendimento e acompanhamento discente por meio do ingresso de mais profissionais: 3 assistentes sociais, 3 psicólogos, 1 dentista, 2 nutricionistas, 2 enfermeiros e 2 técnicos em enfermagem.

No entanto, o quadro atual da Assistência Estudantil, setor vinculado à Direção Geral do *campus*, está abaixo do pretendido pelo PDI e de suas projeções. Há 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 nutricionista, 2 enfermeiros e 1 técnico em enfermagem.

A equipe pedagógica atualmente conta com 2 pedagogos, 2 técnicos em assuntos educacionais e 2 assistentes de alunos. Um técnico em assuntos educacionais está atuando na

Coordenadoria de Controle Acadêmico e outro está vinculado a Coordenadoria Técnico-Pedagógica, coordenadorias ligadas diretamente ao Departamento de Ensino.

Esse quadro insuficiente de servidores é outro ponto que nos interessa quando buscamos compreender o processo de criação / implementação do curso técnico integrado em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia. Indagados sobre o tema, um dos profissionais relatou:

A modalidade supracitada é bastante exigente quanto a demanda orçamentária e na formação da equipe gestora, coordenadora e docentes. Em nosso campus, somos pioneiros na modalidade e tivemos que criar nossas ferramentas e formatações de trabalho de modo experimental e alguns equívocos ocorreram nesse processo. Penso em alguns motivos centrais: equipe que se destina ao acompanhamento integral do discente é escassa diante das demandas que os discentes apresentam; os docentes, em geral, estavam habituados a ministrar aulas para o ensino técnico subsequente/concomitante e superior, passamos a ter exigência orçamentária de custeio de almoço e dois lanches em tempos de corte orçamentário. Portanto, os discentes nos chegam com necessidades que não estávamos habituados a receber; há o despreparo e experimentalismo a partir de experiências exitosas que encontramos na rede estadual de ensino e rede privada. Instituições bastante distintas em sua missão se comparadas com as bases do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. (TA 2)

Percebemos mais uma vez a exigência que essa modalidade em tempo integral impõe para cumprir seus objetivos e finalidades, dado ao reduzido número de profissionais destinados ao acompanhamento global dos discentes.

O pioneirismo e o experimentalismo descritos pelo TA 2 representam a dificuldade de executar as atribuições pertinentes aos respectivos cargos no amparo das demandas estudantis.

Outro fato exposto pelo TA 2 que merece destaque, além do orçamento, refere-se à dificuldade dos docentes para ministrar aulas para um público com perfil e faixa etária diferentes dos alunos dos cursos concomitantes ou de cursos superiores. Uma parte dos professores tem o perfil profissional de formação elevada com mestrado e doutorado, titulação que pode dificultar a comunicação e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos, uma vez que para direcionar situações de aprendizagem significativa para estudantes de nível médio é imprescindível mais que o domínio do saber, é necessária competência didática para mobilizar os aprendizes para compreenderem os conteúdos programáticos, buscando aproximar o conhecimento.

O processo de criação e implementação do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica não é um consenso entre os segmentos nele envolvidos, pois nele estão presentes elementos orçamentários, de infraestrutura física, humana e material. Outro ponto

crucial diz respeito à distribuição da carga horária entre os núcleos propedêuticos e técnicos, bem como a carga horária disponibilizada para ações destinadas a recuperação da aprendizagem, como por exemplo, recuperação paralela ou progressão parcial de estudos.

Percebemos essa preocupação na exposição das dificuldades presentes no processo de implementação dos Cursos Técnicos integrados em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia, quando o Gestor 3, que acompanhou o período de implementação das primeiras turmas dessa modalidade em tempo integral relata:

O processo de criação dos cursos foi realizado de forma bastante coerente, condizente às realidades existentes no município e no campus, à época do período de implantação. A carga horária dos cursos foi idealizada, imaginando-se alunos com deficiências acadêmicas acumuladas ao longo do ensino médio, prevendo-se uma carga horária considerável do núcleo propedêutico, como português, matemática e ciências, além de uma carga horária técnica coerente em relação aos parâmetros estabelecidos pelo MEC. O processo de implementação, contudo, foi realizado talvez de forma excessivamente acelerada. A oferta de três cursos integrados de uma só vez, em um campus que não detinha de experiência com o modelo, pode ter sido um fator que causou dificuldade extra. A dificuldade em equalizar a carga horária do corpo docente, assim como os elevados custos para manutenção dos estudantes (em especial, com o custeio da alimentação escolar) tendem a, futuramente, sugerir a implementação desta forma de ensino de forma paulatina (por exemplo, um curso por vez). Além disso, o regime semestral (e não anual) causa certa confusão com os estudantes, em especial dos primeiros semestres, visto que há pouco tempo disponível para recuperação paralela e para desenvolvimento de outras atividades importantes para o itinerário formativo. (Gestor 3)

A carga horária prevista pelo PPC Técnico Integrado em Eletroeletrônica contempla, para a base nacional comum, 480 h para os primeiro e segundo semestres; 400h para os terceiro e quarto semestres; decrescendo para 360 no quinto semestre e 320 para o sexto e último semestre.

Já para o núcleo de unidades didáticas da parte técnica, o PPC prevê de fato carga horária inferior a das disciplinas propedêuticas: 40h no primeiro semestre; 240h nos segundo e terceiro semestres; 280h para os quarto e quinto semestres e 120h para o sexto semestre.

Para a parte diversificada da matriz curricular, o PPC disponibiliza 40h para os primeiro, terceiro, quinto e sexto semestres, onde o estudante cursa as disciplinas de Espanhol, Educação Física, Projetos Sociais e Informática básica.

Além dessa carga horária há a realização de atividades complementares que contribuem para consolidar a formação integral do estudante. Essas atividades estão distribuídas em grupos com descrição e sua respectiva pontuação máxima, com 60h para os três primeiros grupos representados por “*Atividades de complementação da formação social, cultural e humana*”, “*Atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo*”, “*Atividades de pesquisa científica ou tecnológica*” e 80 h para o grupo de atividades referentes à

“*Representação estudantil e Experiência profissional*” e “*Atividades de Estágio*”. Este último grupo inclui as atividades de estágio, que embora seja de caráter opcional, deve ser estimulada e priorizada entre as demais atividades.

Para ilustrar essas atividades, podemos citar os cursos de língua estrangeira com carga horária mínima de 40 horas/aula, as bolsas de extensão, remunerada ou voluntária, a participação em eventos acadêmicos, em cursos, minicursos e palestras, a atuação como liderança de classe e grupos, o estágio com carga horária mínima de 240 horas em atividade compatível com as atribuições do curso.

Outra exigência legal às instituições de ensino, presente no PPC, é a obrigatoriedade da inclusão de 2h mensais para exibição de filmes de produção nacional representando componente curricular complementar.

Percebemos que viabilizar todas essas atividades para “*a oferta de três cursos integrados de uma só vez, em um campus que não detinha de experiência com o modelo*”, certamente foi/é “*um fator que causou dificuldade extra*”, conforme relatou o Gestor 3.

A integração do ensino médio ao técnico é uma proposta desafiadora, pois oferecer esse compêndio de conhecimento é uma escolha pedagógica que requer ações didáticas bem estruturadas e que se proponha a realizar de fato a integração numa perspectiva omnilateral, conforme o PPC do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica propõe.

Essa opção educacional de integração de currículos e saberes deve ser encarada como

Uma oportunidade bem aproveitada pelas escolas do país para renovar e inovar processos de ensino-aprendizagem a partir da concepção e implementação de currículos de qualidade superior. Isto é, propostas e projetos pedagógicos comprometidos com a articulação criativas das dimensões do fazer, do pensar e do sentir como base da formação de personalidades críticas e transformadoras; que promovam o despertar do olhar crítico, a arte de problematizar e de deslindar os dilemas apresentados por situações ambivalentes ou por contradições e que favoreçam o processo afirmativo da própria identidade dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, alunos e professores. (MACHADO, 2010, p.80)

A proposta pedagógica norteadora das ações para um processo de ensino aprendizagem de qualidade deve ter como base currículos que possibilitem ao jovem estudante a articulação efetiva dos conhecimentos sem comprometer o “*tempo disponível para recuperação paralela e para desenvolvimento de outras atividades importantes para o itinerário formativo*.” (Gestor 3), etapas importantes para favorecer a permanência com nível regular de aprendizagem, bem como possibilitar a conclusão do curso dentro do tempo previsto de três anos.

As tensões do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica em tempo integral e os desafios de sua criação / implementação não são um consenso para os segmentos da comunidade acadêmica, porém a questão da infraestrutura é um ponto pacífico citado pela maioria dos participantes da pesquisa.

Oferecer um curso em tempo integral requer estrutura física minimamente adequada, pois é um elemento que contribui para um bom desempenho acadêmico. A integração é mais que uma junção / articulação dos conteúdos da base nacional comum, com os conteúdos das disciplinas técnicas, mas tem como escopo também possibilitar ao aluno uma formação que supere somente a necessidade do mercado de trabalho, através de uma formação única, onde o aluno não é apenas treinado para exercer funções pré-estabelecidas, prescritas, mas criar condições necessárias ao acesso a conhecimentos científicos-tecnológicos e a estrutura física da instituição de ensino é um fator prevalente.

A questão da infraestrutura predomina nas respostas dos participantes porque o tempo integral na educação propõe-se a incluir alimentação, intervalos para descanso e momentos para estudo, que exige espaços físicos destinados para tais fins, evitando o desgaste físico e mental dos estudantes, conforme destaca o Aluno 7 – 5S nas ideias expostas em sua declaração:

É um curso bastante interessante, com bastante aulas práticas, mas o kit do integrado integral, é um verdadeiro desafio, uma vez que as refeições servidas pelo campus, muitas vezes não é o suficiente para uma alimentação balanceada, e os horários de intervalo são relativamente curtos se comparados aos horários de aula, o que torna o dia no campus algo massivo e desgastante, o próprio ritmo do curso integrado é algo que dificulta a aprendizagem, pois muitas vezes, para seguir a ementa, os professores dão a matéria de uma forma muito rápida e com poucos intervalos de tempo entre as avaliações, o que faz com que os alunos apenas decore a matéria que lhes foi dada, com preocupação de que “as provas estão chegando” os alunos muitas vezes não se preocupam em aprender e memorizar a matéria, mas sim em decorar o máximo de conteúdo possível, onde parte desse conteúdo é esquecida devido a nova matéria que tem que ser dada, além de que este é um processo que ocorre simultaneamente entre as matérias: em resumo á esta ultima indagação, o ritmo de ensino do campus não é favorável para uma aprendizagem boa fixação da matéria pelos alunos. (Aluno 7 – S5)

Os desafios citados pelo Aluno 7 – 5S faz emergir o desgaste físico e psicológico durante o tempo de permanência na instituição ocasionado pela sobrecarga dos programas e a carga horária do curso em tempo integral.

Outro ponto importante destacado pelo participante é a dificuldade de aprendizagem comprometendo a aprendizagem significativa, priorizando um ensino cujo principal objetivo é cumprir a diretriz dos conteúdos programáticos e avaliar esses conteúdos.

Esta questão da aprendizagem dos estudantes não está diretamente relacionada ao modelo do tempo integral, embora este influencie a aprendizagem. Esse tema está mais diretamente relacionado à competência docente para administrar e gerir a aprendizagem e sua progressão, visto que “a escola é [deve ser] inteiramente organizada para favorecer a progressão das aprendizagens dos alunos para os domínios visados ao final de cada ciclo de estudos” (PERRENOUD, 2000, p. 39) e não pode “programar as aprendizagens humanas como a produção de objetos industriais” (idem, p. 39).

De certo, o docente é exigido pela gestão, pelo calendário acadêmico e prazos, no entanto, o professor é o gestor da aprendizagem dos seus educandos e cabe a ele administrar os conteúdos presentes nos ciclos de estudos, priorizando a concepção da integração dos conhecimentos numa perspectiva omnilateral.

Essa percepção pedagógica é exposta pelo Docente 5, pois o cuidado ao planejamento e organização de contextos de aprendizagem é uma atribuição inerente à docência:

O curso em tempo integral contribui de forma positiva para o processo ensino-aprendizagem. O discente aproveita todo o tempo disponível para o aprendizado. Porém, os professores devem ter consciência de que os discentes estão em tempo integral e devem planejar muito bem as aulas para solicitar as atividades em sala de aula. (Docente 5)

Apresentada a análise das percepções e ambiguidades do processo de implementação / criação dos Cursos Técnicos Integrados em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia, analisamos o conhecimento dos alunos sobre o Decreto nº 6.095 de 2007, que permitiu a criação dos Institutos Federais e a Lei nº 11.892 de 2008, que criou a Rede Federal de Educação.

Essa mesma indagação foi investigada sob a ótica dos servidores quanto ao nível desse conhecimento em relação aos alunos e sobre o conhecimento da legislação que trata do processo de criação dos Institutos Federais.

Conhecer a estrutura jurídica que propiciou o processo de integração e a criação dos IF's, bem como a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica com suas finalidades, características e objetivos é uma atitude indispensável a todos os envolvidos com essa instituição.

Para os 17 alunos participantes foi feita a pergunta objetiva: *Você conhece o Decreto nº 6.095 de 2007, que permitiu a criação dos Institutos Federais e a Lei nº 11.892 de*

2008, *que criou a Rede Federal de Educação?*, com as respostas previstas pelos itens “*conheço somente o decreto*”, “*conheço somente a lei*” e “*não conheço esses documentos*”.

Os números constatados a partir das respostas dos 17 alunos foram: 13 alunos não conhecem a legislação, 2 alunos conhecem somente a lei e 2 alunos conhecem somente o decreto.

Esse resultado representa a realidade de desconhecimento da legislação que permitiu a criação da instituição em que os educandos estudam, informação importante para garantir, por exemplo, que as finalidades do IFCE *campus* Caucaia não sejam desvirtuadas e que os alunos, de posse desse conhecimento, possam exigir que os direitos sejam garantidos.

Para os servidores técnico-administrativos e docentes foi perguntado “*Você acredita que os alunos possuem informações sobre a legislação que trata do processo de criação dos Institutos Federais?*”.

A pergunta foi elaborada também com um conjunto de alternativas de respostas com vocábulos que expressam a intensidade ou a ausência do conhecimento acerca da indagação, com os itens “*pouco*”, “*bastante*” e “*nenhuma*”.

Entre os 18 servidores as respostas encontradas foram: 13 servidores afirmaram que o nível do conhecimento dos alunos sobre a legislação é “*pouco*”; 1 servidor acredita que os alunos possuem “*bastante*” conhecimento de legislação e 4 servidores assinalaram que os estudantes não possuem nenhuma informação jurídica sobre os IF’s.

Os dados numéricos apontados pelos participantes expressam semelhanças em relação às ideias dos sujeitos envolvidos no processo de criação / implementação do IFCE *campus* Caucaia, que, conforme o Docente 4 é um processo ainda em construção:

Penso que ainda vivemos esta implementação e que a mesma se concebe como consequência de tomada de decisões administrativas, não colegiadas. Haja vista que, ao chegar no campus, há três anos, estava havendo uma transformação dos cursos existentes técnicos integrados em tempo integral. (Docente 4)

As transformações trazidas pelos cursos técnicos integrados em tempo integral apresentam desafios, mesmo que, embora recentes, exigem energia para contornar dificuldades financeiras, de infraestrutura, pedagógicas, entre outras.

Apesar dessa alteração para oferta de cursos técnicos integrados em tempo integral seja uma diretiva presente no PDI do *campus* Caucaia, há o questionamento quanto à “*tomada de decisões administrativas*” (Docente 4) sobrepor-se às decisões colegiadas.

Os equívocos e acertos são situações de qualquer projeto ou política educacional, as opiniões e os interesses são plurais (e às vezes escusos), sobretudo, para o tema em educação profissional, fenômeno social que não está isolado, porque é objeto de relevância social e do mercado, pois para essa modalidade de ensino:

A relação entre o trabalho e a educação se enraíza nas condições de vida, de trabalho e de educação da sociedade em que vivemos – no caso, a brasileira, uma sociedade de classes baseada na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos produtos do trabalho coletivo, expressa na riqueza social concentrada em bens e serviços (educação, cultura, ciência, tecnologia, arte, comunicação etc) distribuídos de forma diferenciada para as classes sociais. (CIAVATTA, 2015, p. 34).

A envergadura da educação profissional e sua inevitável proximidade com o mundo do trabalho deveria ter a intenção dúplice de produzir conhecimento e atuar nas questões humanas e sociais possibilitando uma visão crítica e consciente no(do) processo de ensino e aprendizagem, utilizando os conhecimentos para refletir, investigar e analisar a própria educação profissional. No entanto, as decisões políticas atuais, com a diminuição de repasse financeiro, por exemplo, compromete a dimensão da educação profissional, pois impede o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de atividades como visitas técnicas, de realização de atividades de extensão, entre outras.

Após essa análise acerca do processo de criação dos Cursos Técnicos Integrados em tempo integral no IFCE campus Caucaia e do conhecimento da legislação que propiciou a criação dos IF's, no tópico a seguir abordaremos a importância da educação técnica profissional integrada ao ensino médio e mais especificamente, a importância do IFCE *campus* Caucaia como polo de desenvolvimento social, econômico e territorial.

7.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL INTEGRADA E DO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO E TERRITORIAL

O itinerário da pesquisa sobre os desafios da política de implementação dos cursos técnicos integrados no IFCE *campus* Caucaia-Ce e os (des)caminhos e desafios desse processo no Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica segue complementando os objetivos da investigação.

As análises nessa etapa buscam averiguar a importância da educação técnica profissional integrada ao ensino médio e avaliar a importância do IFCE *campus* Caucaia como polo de desenvolvimento social, econômico e territorial.

A questão de número três, feita aos alunos e servidores foi *Em sua opinião, qual a importância da educação profissional integrada ao ensino médio?* As respostas obtidas trazem temas, tais como, a ampliação dos conhecimentos, a formação profissional, a possibilidade de participar de atividades extracurriculares, o ingresso no mercado de trabalho, o prosseguimento nos estudos, aquisição de conhecimentos para o trabalho, auxílio no processo de decisão sobre a carreira profissional futura, estabilidade financeira, melhoria de vida. Seguem alguns discursos:

É muito importante pois o aluno conclui o ensino médio com qualidade (no caso do IFCE), e pode ter uma chance de ingressar no mercado de trabalho de uma forma eficaz. Apesar de ser cansativo, traz benefícios não só ao aluno, mas também a sociedade. (Aluno 5 – 5S)

Auxilia no processo de decisão sobre qual carreira o aluno deseja seguir, uma vez que o ensino integrado muitas vezes apresenta fragmentos dos cursos superiores, por exemplo, me auxiliou no processo de decisão sobre qual carreira eu desejo seguir. (Aluno 7 – 5S)

A importância é que a educação profissional nos permite fazer parte do mercado de trabalho mais cedo. Um dos pontos importantes sobre isso, é que ainda hoje temos alunos que passam por necessidades financeiras e que ao terminarem o ensino técnico melhoraram suas vidas significativamente. (Aluno 8 – 5S)

Formação de pessoas mais capacitadas e preparadas para o mercado de trabalho. Ajudando, também, à conhecer novos patamares de estudo e carreira profissional. (Aluno 13 – 4S)

Houve também a percepção da importância da educação profissional com um viés ainda assistencialista por “*tirar meninos das ruas, ou até faze-lo desenvolver alguma habilidade.*” (Aluno 4, 5S).

Essas respostas representam o significado da educação profissional para jovens que necessitam finalizar a última etapa da educação básica simultânea à qualificação profissional, na busca por seu ingresso no mercado de trabalho devido a questões sociais e econômicas.

Nesse discurso, percebemos que a relação entre qualificação profissional e colocação no mercado de trabalho está diretamente associada, excluindo a problemática causada pelo sistema capitalista que gera uma competitividade desumana, regulando as relações sociais a partir da economia de mercado excludente, implantada para não inserir toda mão-de-obra nesse formato de mercado, provocando uma precarização do trabalho, exclusão social e econômica, dentre outras situações de marginalização social.

O avanço tecnológico e a reestruturação da produção exigem o aumento da produtividade, conseqüentemente, “A utilização da força de trabalho baseada na polivalência, na elevação do nível de escolaridade e no aumento das horas de treinamento técnico” (MENEZES, FIGUEIREDO, 2003, p. 83) é necessário, no entanto, a escolarização não é fator determinante, pois a economia de mercado cria uma atmosfera de insegurança e incerteza, embutindo no senso comum que a empregabilidade é meritocrática e está associada ao desempenho pessoal/individual.

Nas respostas dos estudantes participantes da pesquisa, percebemos que a visão dessa tessitura social é uníssona, pois eles desconhecem que “é de fundamental importância que não se perca a lucidez quanto ao fato de que a formação profissional, por mais que se encaminhe para possibilitar ao indivíduo a visão de todo processo produtivo, defronte-se com os seus limites: os fins da sociabilidade capitalista” (idem, p. 89).

De certo que essas questões são profundas para jovens em processo de formação, pois nessa relação eles representam a parte hipossuficiente. Cabe aos gestores, docentes e técnico-administrativos orientar os jovens sobre essas questões com a lucidez e cuidado que esse conjunto de circunstâncias merece.

O processo de ensino e aprendizagem é complexo e amplo e o debate sobre esse assunto deve/deveria estar presente no objetivo geral do PPC do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, pois a formação do cidadão numa perspectiva integral não pode ser omitida da escolarização dos sujeitos, cuja preocupação com o trabalho e a identidade profissional é um anseio constante na juventude.

No objetivo geral do PCC do curso pesquisado a principal diretriz norteadora é:

Preparar profissionais em nível Técnico em Eletroeletrônica com as habilidades e competências requeridas pelo mercado, com domínio do saber, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver com os outros, bem como, gerenciador dos processos produtivos, utilizando técnicas, métodos e procedimentos adequados, de modo a garantir a qualidade e a produtividade dos processos industriais, prezando pela segurança dos trabalhadores. (IFCE, 2014, p. 16)

Predomina nesse objetivo a preparação profissional e os pilares da educação aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, indicando a formação também para cidadania.

Nas respostas dos jovens pesquisados vemos presentes o foco das políticas públicas para a juventude brasileira, a exemplo da Política Nacional de Juventude (PNJ), que busca combater os problemas que afetam a juventude, como o desemprego, atuando com políticas específicas para trabalho e emprego para juventude, cuja linha central da formulação da política foi a constituição de mecanismos para facilitar o encaminhamento do jovem ao mercado de trabalho, erradicar ou controlar o índice elevado de desemprego nesse grupo populacional, por isso, segundo Andrade e Macambira (2014, p. 141-142): “as políticas educacionais voltadas para a juventude, principalmente para a juventude em situação de vulnerabilidade social, passam a apresentar um componente profissionalizante, com vistas a possibilitar o acesso e a permanência de jovens no mercado de trabalho” (p. 141-142).

A profissionalização para jovens em situação de vulnerabilidade social representa um caminho para melhoria de vida. Para o aluno 12, do 4º semestre do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica a educação profissional integrada ao ensino médio possibilita o “*Acesso a mais informações, mais chance no primeiro emprego e alguma experiência.*” (Aluno 12 – 4S).

O curso técnico integrado em Eletroeletrônica é em tempo integral com período de conclusão em três anos, fator que para os jovens aproxima a oportunidade do primeiro emprego, mas, por outro lado o tempo de permanência na instituição exige muito do estudante, conforme trecho do participante: “*integrada integral não é uma boa por desgastar os alunos.*” (Aluno 3 – 5S).

Percebemos no discurso dos estudantes que a principal importância da educação profissional é a possibilidade imediata de acesso ao emprego, com a consequente melhoria da própria situação socioeconômica, somado a conclusão da última etapa do ensino básico.

Nesse momento, analisaremos a percepção dos segmentos representantes da gestão, do corpo técnico-administrativo e dos docentes sobre a importância da educação profissional.

Os pontos gerais destacados pelos servidores compreendem a possibilidade de maior acompanhamento do aluno, o aprimoramento e melhoria do conteúdo da base comum em decorrência da integração, a diminuição da exposição a riscos de envolvimento com criminalidade, com drogas, a elevação da autoestima, a relevância social, a inserção no mercado de trabalho, onde, este último ponto, é, assim como para os estudantes, quesito fundamental da importância da educação profissional.

As respostas que reúnem a categoria trabalho estão abaixo elencadas:

A possibilidade de o aluno escolher ao final do curso a inserção no mercado de trabalho de forma imediata pois já vai sair com uma profissão ou então escolher a área acadêmica. (Gestor 3)

Extremamente importante, pois relaciona a formação cidadã e humana com a profissionalização técnica, formando e desenvolvendo jovens para a vida, assim como para o mercado de trabalho. (Gestor 6)

Muito importante, pois é uma formação não só para o mercado de trabalho e sim para sua formação como cidadão. Alinhada teoria à prática (Docente 3)

Se puder usar uma expressão popular, direi que é como “matar dois coelhos com uma cajadada só”. Se realizada a contento, é muito importante, pois abrange duas grandes e relevantes necessidades: a capacitação para o mercado de trabalho e o acesso às disciplinas básicas do ensino médio, que habilitam o aluno para uma futura continuação dos estudos em uma Universidade. (Docente 8)

Nessas respostas a expressão “mercado de trabalho” está presente porque de fato uma das finalidades da educação profissional é a formação para o trabalho. Mas outros itens são citados na exposição, tais como: continuação dos estudos e formação cidadã e humana.

Essas possibilidades e dimensões são pertinentes à formação profissional integrada ao ensino médio e devem ultrapassar a concepção simplista de formação de mão de obra, pois a educação profissional e tecnológica no Brasil deve ser, de acordo com Moll (2010, p. 247)

potencializadora da construção de uma formação emancipatória da classe trabalhadora. Entendemos que essa modalidade de ensino não pode ser somente direcionada para uma formação pontual, exclusivamente ligada ao mercado de trabalho, mas, sim, que tome o trabalho como princípio educativo, direcionando o ser humano como agente de construção de sua história, bem como do coletivo.

Esse posicionamento é a escolha por uma educação social e politicamente de todos os atores nela envolvidos, pois, embora a emancipação à partir do trabalho como princípio educativo seja uma quimera, esta opção ainda representa o projeto ideal para construção consciente de sua posição e de sua situação no contexto em que está inserido como sujeito de sua história.

A educação profissional integrada ao ensino médio em tempo integral, é uma modalidade de ensino que possibilita a percepção em menor escala / nível das áreas de conhecimento superior podendo auxiliar “*no processo de decisão sobre qual carreira o aluno deseja seguir, uma vez que o ensino integrado muitas vezes apresenta fragmentos dos cursos superiores*” (Aluno 7 – 5S).

A formação técnica escolariza para o desempenho das atividades laborais, mas em consonância com o discurso do Aluno 7 – 5S amplia as possibilidades de escolha na educação em nível superior, onde os conhecimentos são aprofundados.

Como destaca o Gestor 4:

A formação técnica pode ampliar as possibilidades no momento de escolha formativa do estudante que ao concluir a última etapa da educação básica, estará apto a prosseguir os estudos como também, ao desempenho de saberes para o trabalho, terá uma definição clara das habilidades específicas que estará apto a desempenhar com a aquisição de conhecimentos específicos de uma formação técnica. (Gestor 4)

A educação profissional é integrada ao ensino médio, etapa final da formação básica, fase em que os educandos adquirem conhecimentos basilares referentes à cultura, à ciência e onde os fundamentos desses conhecimentos são necessários para compreensão do desenvolvimento da sociedade em todas as esferas; contribui ainda para a consolidação da aprendizagem autônoma e crítica, para desdobrar a capacidade criativa.

A educação profissional, por outro lado, focaliza nos conhecimentos técnicos desenvolvendo habilidades específicas para o desempenho de atividades específicas, sejam os conhecimentos gerais ou técnicos, ambos conjecturam a socialização de um conhecimento elaborado ao longo da história da humanidade que são organizados no currículo e nos programas de unidades didáticas, constituindo as disciplinas escolares.

O currículo reflete em seu eixo estruturador a relação do saber acadêmico sistematizado com as demandas da sociedade que norteiam as exigências da formação escolar e para o trabalho de acordo as necessidades contemporâneas.

Para atender essas demandas modernas, na construção da trajetória formativa dos alunos do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, o fluxo da organização curricular é delineado em seis etapas, onde cada etapa corresponde a um semestre que contempla as áreas de conhecimento em três eixos formativos, a saber: base nacional comum do Ensino Médio, parte diversificada e parte profissionalizante, cujas áreas das Linguagens, seus códigos de apoio e suas tecnologias; das Ciências da natureza e suas tecnologias; das Ciências humanas e

sociais e suas tecnologias representam a base nacional comum e a área profissional a parte profissionalizante.

O ensino integrado com essa sucessão de conhecimentos tem seus limites, suas contradições e suas possibilidades. As oito horas diárias de aula são uma rotina desgastante, como os alunos relatam e, conforme o Docente 2, “*o tempo de permanência do aluno na escola é quase que totalmente preenchido com aulas teóricas expositivas, restando pouco espaço para outras atividades principalmente a de fixar os conhecimentos expostos das aulas.*” ocasionando reprovações e possível evasão escolar.

Embora essa observação seja pertinente, o PPC orienta que para essa situação

os estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem terão horários de estudos complementares no contra turno e serão encaminhados para as atividades de monitoria, bem como, para atendimento realizado por docentes. Estes terão o cômputo dessa hora atividade acrescida a sua carga horária total, conforme orienta a resolução nº 34 de 02/09/2010 do Conselho Superior do IFCE. (IFCE, 2014, p. 184)

Esse planejamento pedagógico para progressão da aprendizagem é uma possibilidade para viabilizar a superação de deficiências na compreensão dos conhecimentos pelos alunos, é uma oportunidade de aprimoramento do professor para melhoria de sua prática docente e, para a instituição, uma possibilidade de aperfeiçoar suas ações visto que, conforme relata a TA 2, “*somos pioneiros na modalidade e tivemos que criar nossas ferramentas e formatações de trabalho de modo experimental e alguns equívocos ocorreram nesse processo*”.

A educação integral tem esse diferencial desafiador em relação ao ensino regular, visto que sua principal importância, segundo outros participantes da pesquisa:

Propicia uma formação integral ao discente, destacando os aspectos culturais gerais, de formação propedêutica e formação técnica de forma integrada, articulada com o mundo contemporâneo, visando a formação do sujeito em sua universalidade, em sua plenitude. (Gestor 5)

Ela permite um maior acompanhamento dos nossos alunos. Com a educação integrada, podemos trabalhar melhor o conteúdo das diversas disciplinas ministradas de tal forma que a abordagem e conteúdo possam ser abordados visando a melhor formação. Se as disciplinas não fossem integradas não poderíamos promover melhorias nas disciplinas propedêuticas. (Gestor 1)

A formação integral abriga em seu currículo essa perspectiva de formação não somente para o trabalho, mas formar o educando em seus aspectos de cultura geral, conhecimento básico e técnico articulado ao mundo contemporâneo, proposta que permite

trabalhar melhor os conteúdos para uma formação mais ampla do indivíduo, pois articula as unidades existentes entre os conhecimentos gerais e tecnológicos.

As percepções acerca da educação integral relatada pelos servidores participantes da investigação revelam uma percepção positiva dessa modalidade, assim como foi percebido entre os estudantes pesquisados.

O ensino é um “processo consciente, deliberado, sistemático, pelo qual se procura dotar os homens dos conhecimentos e habilidades referentes à experiência acumulada e generalizada da sociedade, por meio das relações pedagógicas”. (SAVIANI, 1994, p. 74) E nesse aspecto, a formação integral tem como diferencial relacionar esses conhecimentos e habilidades ao processo produtivo, promovendo melhorias nas disciplinas propedêuticas, como destacou o Gestor1.

Essas ações pedagógicas curriculares não são sem importância metodológica ou técnica, ou limitadas ao cumprimento de um programa de ensino como uma atividade escolar qualquer ou neutra. Ao contrário, estão revestidas de intenção no intuito de viabilizar a apropriação ativa dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento sistematizado pela humanidade.

Dessa forma, o currículo não pode ser construído para limitar o conhecimento unicamente a questões imediatas ou exclusivamente pragmáticas, pois o ensino deve propiciar ao educando o processo de descoberta, de autonomia na construção de novos conhecimentos que reestruturam o processo pelo qual se estabelece a relação entre sujeito e objeto, entre educação e trabalho.

Os participantes do estudo destacam aspectos positivos dessa relação entre educação e trabalho em sua relevância social, na integralidade das áreas de conhecimento geral ao conhecimento técnico proporcionado pela modalidade, destacando que:

É de suma importância e relevância social. A proposta dos integrados é rica e exitosa se está ancorada em investimento público orçamentário e de pessoal. O discente, segundo a proposta, além de uma profissão, é visto pela legislação em sua integralidade o que torna a escola um espaço que há de se fazer de formação também política, social, humana e profissional. Existe a crítica de que há uma escolha profissional na adolescência e a desidentificação dos estudantes com os cursos técnicos é grande. Arrisco dizer que a maioria deseja usufruir da modalidade não para acessar o mercado de trabalho a posteriori, mas sim ter acesso mais fácil à Universidade e cursos de graduação os mais diversos possíveis. Mesmo assim, continuo achando a experiência educacional fantástica e bastante exitosa, se as condições adequadas forem mantidas. (TA 2)

Para uma população demasiadamente carente de políticas públicas educacionais, o IFCE campus Caucaia, acolhe, abriga e propõe formar o cidadão com especialidade técnica, não como trabalho menos valoroso por ser técnico, mas sobretudo numa perspectiva ampla de formação geral e humana. (Docente 4)

Enorme. Há, nessa modalidade, a possibilidade de formar o jovem, não somente para o ‘mercado’, mas para o mundo do trabalho em suas diversas dimensões, mostrando que ele não é somente força de trabalho, mas um ser completo que além de trabalhar deve desenvolver sua subjetividade, seu lado humano e emocional. (Docente 6)

Essas três respostas revelam a riqueza da proposta do currículo integrado pela finalidade da modalidade possibilitar ao aluno, como expresso pelo TA 2: “*um espaço que há de se fazer de formação também política, social, humana e profissional*” para um grupo populacional de jovens carentes de oportunidades que possibilitem a escolha de ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho ou continuar os estudos.

Se por um lado os alunos pesquisados desejam prosseguir com os estudos, a maioria enfatiza como prioridade a entrada no mercado de trabalho, informação que pressupõe condições socioeconômicas precárias, entre os 17 jovens participantes, pois 12 são estudantes egressos da rede pública de ensino, número que pode corroborar com a situação financeira instável.

Percebemos nos relatos dos participantes a importância da educação profissional integrada ao ensino médio não somente do ponto de vista social, ou de formação para o mercado.

Vemos que a formação numa “*perspectiva ampla de formação geral e humana.*” (Docente 4) e a possibilidade de “*desenvolver sua subjetividade, seu lado humano e emocional*” (Docente 6) são pontos que se coadunam.

A combinação entre a formação para o trabalho com base em conhecimentos gerais e técnicos está estabelecida no PPC, quando este documento segue as legislações que ampliam a formação do educando, a exemplo da Lei nº 11.645, de 2008 e da Lei nº 13.006/2014.

Esses instrumentos legais na área da educação tornam obrigatório, respectivamente, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena ao afirmar que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira” (Lei nº 11.645/08) e a exibição de filmes de produção nacional, de no mínimo 2 horas mensais, enquanto componente curricular complementar.

A inclusão dessas normativas no PPC Integrado em Eletroeletrônica revela o posicionamento para a opção de que profissional se quer formar, segundo Machado (2010, p. 82) “necessariamente, a construção do currículo integrado exige uma mudança de postura

pedagógica”, pois a inserção desses conteúdos exige de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem o rompimento com um modelo de escolarização que hierarquiza os conhecimentos, atribuindo valores pejorativos a uns e apreciativos a outros.

Outro aspecto do PPC de Eletroeletrônica é a organização curricular da parte diversificada, norteadas pelos mesmos princípios da Base Nacional Comum, no sentido de enriquecer o currículo para complementar os demais eixos formativos (propedêutico e técnico) com a integração de conhecimentos diversificados, com a oferta de outros componentes curriculares, tais como:

Espanhol, como uma língua optativa para o estudante, mas de oferta obrigatória para a instituição; a Informática Básica e o componente curricular Projetos Sociais, que contemplará também os temas de caráter transversal, a exemplo da educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento; educação ambiental; direitos humanos; dentre outros. (IFCE, 2014, p. 21).

Os saberes práticos têm como proposta a realização de vivência em sala de aula, em ambientes específicos, como laboratórios, na efetivação de projetos de pesquisa, visitas técnicas, experiências práticas, estágio, entre outros.

Além disso, o PPC prevê uma introdução ao curso e orientação profissional aos alunos ingressantes, visando transmitir conhecimentos teóricos acerca da área / carreira escolhida e das competências do profissional da respectiva área.

A importância da educação profissional integrada ao ensino médio

consiste em promover o desenvolvimento de capacidades de trabalho de interesse dos indivíduos, das empresas, da sociedade e dos governos. No entanto, é preciso considerar que os avanços culturais, das técnicas, das ciências e das tecnologias vêm introduzindo novos requerimentos de educação profissional, tornando-a cada vez mais densa de conteúdos culturais, técnicos, tecnológicos e científicos, fazendo-a mais próxima e integrada à educação básica. (MOLL, 2010, p. 86)

Desenvolver as capacidades de trabalho de interesse pessoal e coletivo requer uma formação que aprecie as mudanças que ocorrem na sociedade que exigem cada vez mais atualização dos conteúdos do conhecimento, conforme destaca a autora.

O PCC Técnico Integrado em Eletroeletrônica está em sintonia com o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades para o trabalho, numa perspectiva crítica e consciente do educando.

No entanto, verificar se essa opção pedagógica é verdadeiramente aplicada é um objetivo importante, embora não contemplado nessa pesquisa, pois, parafraseando um dos participantes, o PPC está “carregado de boas intenções” (Docente 8) pedagógicas, mas se não

nortear a prática docente e as ações da gestão, e se não for de conhecimento do aluno é palavra morta e as ações tornam-se pouco efetivas, comprometendo a proposta de integração do currículo e as oportunidades do ensino técnico integrado.

Outro participante destaca um conjunto de fatores sobre a importância do ensino técnico integrado e suas dificuldades

A educação profissional integrada ao ensino médio é, não só uma realidade no estado, mas uma tendência. Um ponto positivo, é que entende-se que “ocupar” o aluno na escola, tende a mantê-lo longe da influência das drogas e da criminalidade, realidade infelizmente bastante comum no município de Caucaia. Contudo, a educação em tempo integral aparentemente tende a transferir para a escola uma responsabilidade fundamentalmente dos pais, que é a de educar. Também, o cenário de industrialização do estado do Ceará, em especial na região de entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), torna necessária a criação de uma “cultura industrial”, que choca-se com a cultura do trabalho menos especializado ora demandado no município. Frequentemente, era possível notar que o professor que agia com os alunos da forma como se agiria numa indústria (cobrando resultados em curtos prazos, cobrando fardamento, comportamento, de forma mais firme), é tido como o “chato”, “cri-cri”, etc. em geral, vejo a educação em tempo integral como extremamente positiva, pois dá mais tempo à escola junto aos estudantes. Contudo, para a sua devida implementação, é fundamental que sejam realizados significativos investimentos, como em capacitação de servidores (docentes e técnicos administrativos), em infraestrutura física, alimentação escolar e contratação de profissionais para apoio operacional. (Gestor 3)

O Gestor 3 percebe a importância da educação profissional tocando em questões como o papel social da educação em tempo integral, por consumir o tempo dos jovens na instituição de ensino, que permite uma formação mais completa porque “*dá mais tempo à escola junto aos estudantes*” (Gestor 3).

Por outro lado, o gestor pesquisado lembra os equívocos presentes entre os pais e o atual senso comum, entre educação e escolarização, as responsabilidades da escola e aquela de responsabilidade da família, onde ambas caminham em direção à formação do indivíduo, pois “*a educação em tempo integral aparentemente tende a transferir para a escola uma responsabilidade fundamentalmente dos pais, que é a de educar*” (Gestor 3).

Outro trecho que merece ser destacado é o cenário de industrialização do estado do Ceará, em especial na região de entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que determina a criação de uma cultura industrial impactando na postura do professor exigindo resultados e um comportamento do aluno semelhante ao da área industrial.

Os jovens estão em processo de formação e, embora a determinação de obrigações faça parte desse processo, o professor deve estar atento mais a formação integral e evitar situações que prejudiquem a aprendizagem significativa com situações anteriormente citadas, relatadas pelos estudantes: “*os professores dão a matéria de uma forma muito rápida e com*

poucos intervalos de tempo entre as avaliações, o que faz com que os alunos apenas decore a matéria que lhes foi dada, com preocupação de que ‘as provas estão chegando’” (Aluno 7 - 5S); “um curso integrado integral, a rotina fica bem cansativa, com provas e trabalhos constantes.” (Aluno 5 - 5S).

A instituição de ensino, no caso em foco, o IFCE *campus* Caucaia,

assumindo a função que lhe é específica, a de ensinar, deve propiciar [...] a conquista do saber sistematizado. Isto exige, evidentemente, dos educadores, um compromisso político, que deve se expressar na sua capacidade de ultrapassar as aparências e captar distorções – o que é impossível sem o domínio do conteúdo a ser trabalhado e dos métodos e técnicas que possibilitem sua transmissão-assimilação/apropriação. (SAVIANI, 1994, p. 81)

O compromisso político com uma educação engajada, promovendo o acesso ao conhecimento socialmente criado, deve também suplantar as aparências e distorções do próprio sistema educacional e da sociedade.

Nesse sentido, a quarta questão do nosso estudo buscou avaliar a percepção da gestão, dos estudantes e servidores acerca da importância do IFCE *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial.

Para os estudantes a importância do IFCE *campus* Caucaia nessas dimensões é a realização de atividades de extensão junto à comunidade local, ou mesmo ações voltadas à sociedade do município; a formação para o trabalho e o consequente interesse de empresas, fazendo a movimentação do ciclo econômico com a geração de emprego e renda.

Social: pois à muitas atividades com a comunidade que faz com que todo o município saiba a importância do *campus*. Econômico: geração de profissionais de ponta para áreas variadas da indústria. Territorial: olhos de empresas se voltando para o município, transporte que chegue ao *campus*. (Aluno 2 – 5S)

O IFCE *Campus* Caucaia tem como objetivo principal, formar alunos para atenderem a demanda de trabalhadores qualificados para as áreas diversas, também teve o intuito de saciar a demanda do Complexo Portuário do Pecém e seus arredores, por trabalhadores, aumentando assim a taxa de empregabilidade da região de Caucaia. Tendo em vista o lado social, o IFCE *Campus* Caucaia, realiza várias ações comunitárias beneficiando a população em geral. Sendo assim, é de extrema importância o IFCE *Campus* Caucaia. (Aluno 5 – 5S)

O IFCE *Campus* Caucaia é de grande importância para a região, pois faz a integração da população com a ciência e a tecnologia em eventos abertos à comunidade e em conjunto com o complexo portuário do Pecém, o *campus* faz a alimentação da demanda por operários qualificados das fábricas que fazem o desenvolvimento do município. (Aluno 8 – 5S)

De extrema importância para a comunidade local. Já que oferece cursos ‘gratuitos’ a população e assim dando melhores chances de emprego ou vivência para vida (Aluno 12 – 4S)

Para especializar muitas pessoas porque muitos são desempregados e também não tem oportunidade de conseguir um curso, então eu acho muito importante o IFCE para a sociedade (Aluno 16 – 4S)

A escolarização e a educação técnica de jovens é o item acessório ao desenvolvimento social, econômico e territorial gerado pelo IFCE *campus* Caucaia. O direcionamento desse olhar é um reflexo do papel do jovem na sociedade contemporânea, baseada fundamentalmente “na passagem da experiência escolar para o mercado de trabalho” (MACAMBIRA, ARAÚJO, LIMA, 2016, p. 160).

O jovem compreende um grupo populacional que tem seu tempo de estudo abreviado ou anulado, ou tem sua continuidade imersa em dificuldades por ter que simultaneamente trabalhar e estudar, situação que compromete sua formação.

Essa necessidade de encontrar um espaço no mercado de trabalho de “garantir sua empregabilidade” é um discurso ideológico que mascara o problema real do desemprego gerenciado pela ordem capitalista.

No discurso dos alunos, a empregabilidade é inconscientemente alimentada, pois de acordo com Meneses e Figueiredo (2003, p. 292) a definição de empregabilidade sustenta

a capacidade para o auto-emprego e a geração de renda para sustento próprio, esta noção parte de dois pressupostos: o primeiro resvala para o âmbito do indivíduo e o outro reconhece as dimensões estruturais do problema do desemprego, mas ambos convergem para a educação/qualificação como saída para o problema

Dessa forma, conseguir um emprego e manter-se nele é uma questão naturalizada e de responsabilidade individual, onde ter uma qualificação é fator suficiente para conquistar uma vaga de trabalho, algo inverídico, pois a escolarização não é sinônimo de empregabilidade porque a estrutura da sociedade capitalista é quem determina a atmosfera de exclusão.

Por outro lado, na discussão dos participantes sobre a importância do IFCE *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial, outros estudantes não consideram o campus uma referência, quando afirmam: “*Não vejo ainda como um polo, levando em conta que poucas pessoas conhecem os projetos realizados pelo campus, ou até mesmo não conhecem o campus.*” (Aluno 1 – 5S); “*o trabalho do campus com a comunidade poderia ser maior. Há um desafio de localidade causando um certo desconhecimento à Instituição, mas não é nada que retire a certeza do papel do IFCE para a cidade.*” (Aluno 9 – 5S); “*Eu acho que nessa parte o campus ele não tem muita participação pois é um local de difícil acesso e que não é muito conhecido*” (Aluno 11).

A localização do campus, distante do centro da cidade produz a dificuldade de acesso, sobretudo para as pessoas que dependem do transporte público, situação que inviabiliza a abrangência das ações do campus *in loco*, mas não impede que o campus divulgue suas ações beneficiando comunidades locais.

A sustentabilidade da instituição de ensino e sua representatividade social estão diretamente relacionadas ao grau de envolvimento com o território em que está localizada. O campus Caucaia está num território caracterizado pela presença de povos indígenas, os Tapebas e Anacés, por exemplo, e por aproximadamente nove comunidades quilombolas, além de população marcada por vulnerabilidade social e instituições que atuam na promoção da melhoria de vida dessas comunidades.

A integração omnilateral presente no PPC e na integração do Curso de Eletroeletrônica, recorre ao contexto sociocultural como ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem, pois exige a reelaboração dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para atuar numa realidade concreta.

Quando um jovem se engaja no desenvolvimento de atividades solidárias visando o bem-estar geral uma tessitura é construída entre os conhecimentos científicos e tecnológicos, culturais, políticos.

O currículo que contempla, em sua matriz, componentes curriculares a exemplo da disciplina de Projetos Sociais, que considera temas de caráter transversal, tais como educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento; educação ambiental; direitos humanos, possibilita ao educando a aplicação prática numa realidade concreta, que apresenta problemas palpáveis.

Esse potencial da educação profissional integrada ao ensino médio pode enriquecer a importância do IFCE *campus* Caucaia como polo de desenvolvimento social, econômico e territorial, pois podem ser “conectados com as estratégias sociais e nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico, de apropriação e geração de conhecimentos. Chegar-se-ia a articulações mais ricas e democráticas da ciência e da tecnologia” (MOLL, 2010, p. 90).

Ainda segundo a autora,

currículos integrados são oportunidades riquíssimas para explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral (MOLL, 2010, p. 90).

Essa faceta da educação profissional integrada ao ensino médio ao mesmo tempo em que forma pessoas para o trabalho, também pode elaborar ações sociais a partir do conhecimento técnico e científico democratizando a ciência e tecnologia em prol de uma educação menos utilitária e mais comprometida socialmente.

Esse pensamento está de acordo com a visão da importância do IFCE *campus* Caucaia como polo de desenvolvimento social, econômico e territorial para os gestores, técnico-administrativos e docentes.

Inicialmente seguem abaixo as considerações dos gestores sobre a importância do IFCE *campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial:

O campus Caucaia tem papel fundamental nessa questão, tendo como missão produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. O IFCE atua nos mais diversos níveis de formação, indo desde a formação inicial e continuada até o doutorado, desenvolvendo também atividades de pesquisa e extensão, o que nos permite ter uma interação com a comunidade indo além nos muros do campus. (Gestor 1)

O campus possui importância na região, por ser a única instituição de ensino pública capaz de oferecer cursos em diversas modalidades: técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduações (licenciatura, bacharelado, tecnologias) e pós-graduações. (Gestor 2)

Para os Gestores 1 e 2, a missão do IFCE *campus* Caucaia é atuar na produção, disseminação dos conhecimentos técnicos e científicos para a formação cidadã, com pesquisa e extensão, bem como o desempenho plural nos níveis e modalidades de ensino.

Essa performance é uma possibilidade legal, no entanto, o *campus* Caucaia, oferta atualmente somente o ensino técnico integrado, com a previsão de um curso técnico concomitante em Logística e três cursos superiores, duas licenciaturas uma em Química e uma em Matemática; e um Tecnólogo em Mecatrônica.

A ampliação da missão do IFCE *campus* Caucaia, no entanto, é ameaçada por dificuldades orçamentárias frequentemente mencionadas pelos participantes da pesquisa como um entrave para a melhoria da infraestrutura e demais ações em benefício do crescimento do campus com as adequações logísticas exigidas para a oferta com qualidade dos níveis de ensino diversificados.

Outros pesquisados também confirmam a importância do IFCE *campus* Caucaia como polo de desenvolvimento social, econômico e territorial:

É um polo importante de formação para o desenvolvimento social de alunos e suas famílias. A maioria dos nossos discentes tem pais que não puderam avançar nos estudos, concluir o ensino médio, por exemplo, então, acredito que este trabalho

vem resgatando pessoas, motivando-as em seu desenvolvimento e profissão. O impacto é positivo, mas vem a longo prazo. (TA 2)

Caucaia e região é um polo beneficiado pelo complexo industrial, onde várias indústrias foram implantadas ou estão em fase de implantação, o IFCE de maneira estratégica, contribuirá no desenvolvimento econômico e social a partir de demandas formativas compatíveis aos setores produtivos da região, impulsionando a força de trabalho e mão-de-obra local. (Gestor 4)

Numa cidade de proporções gigantescas como a nossa, de uma população de 360.000 habitantes aproximadamente, com área de 1228 quilômetros quadrados, onde ficam instalados os maiores investimentos dos últimos anos no estado, a exemplo do Complexo Siderúrgico do Pecém, em que fica concentrado um grande parque fabril, responsável pela produção de aerogeradores, cimento, mineração em grande escala (produção de barras de aço para exportação) e produção de energia por termoeletricas, dentre outras, o IFCE *campus* Caucaia é ferramenta essencial para manutenção e perenização desses investimentos, contribuindo com a formação de mão-de-obra qualificada e de cidadãos conscientes dos papéis que deverão assumir em uma sociedade local e global, no sentido de serem sujeitos de seu tempo, que transformarão sua realidade, a de seus familiares, do seu município e do país pátrio, por meio de seu fazer qualificado, seu agir político e seu empreendedorismo. (Gestor 5)

Bastante importante para o município, pois torna-se um agente de transformação econômica e social aos quase 400 mil habitantes, e apesar do município ter um complexo industrial, litoral turístico com cerca de 40km de extensão, ter um dos maiores PIBs do estado do Ceará, mas infelizmente uma grande maioria da população vive abaixo da linha de pobreza, e ao oferecer gratuitamente cursos que possibilitarão a população de baixa renda uma qualificação técnica necessária para atuar no setor da indústria, comércio, turismo, ou de serviço. O Instituto Federal contribui para que as riquezas produzidas no município fiquem um pouco melhor distribuída entre seus habitantes. (Gestor 6)

O ponto principal considerado importante pelos participantes foi o preparo para o desenvolvimento econômico e social gerado pela formação nos cursos técnicos integrados para ocupação em emprego, impulsionado pelo significativo número de empresas e indústrias localizadas na região.

Essa relevância é salientada e explicada porque o trabalho é uma referência central para uma população que vive abaixo da linha de pobreza, onde a garantia de remuneração para a sobrevivência é uma questão crucial.

O significado do IFCE *campus* Caucaia simboliza a passagem de uma vida incerta e instável para a certeza da inserção no mundo produtivo e a consequente estabilidade, pois o desemprego é uma realidade que atinge todos os segmentos etários, mas, sobretudo a parcela juvenil.

Essa situação pode ser constatada em dados, como os apresentados em matéria da Folha de São Paulo de 24/02/2017, que aponta o aumento do desemprego entre os mais jovens do que entre os demais estratos da população, com taxas de 39,7% entre trabalhadores de 14 a 17 e de 25,9%, entre os jovens de 18 a 24 anos de idade.

Os participantes corroboram com nossa reflexão ao afirmarem que “*A maioria dos nossos discentes tem pais que não puderam avançar nos estudos, concluir o ensino médio*” (TA 2), o avanço nos estudos resgatou vidas, elevando a autoestima, modificando a situação vigente, representando uma “redenção” ou pelo menos uma possibilidade de libertação de um ciclo de condição de vida precária, por “*possibilitar a oportunidade de sonhar e concretizar para um público, em sua maioria, da periferia da periferia.*” (TA 1) representando um público predominantemente de “*jovens de baixa renda que tem oportunidade de se inserir no mercado de trabalho proporcionando assim uma possível ascensão social*” (Gestor 3).

No entanto, as afirmações desconsideram o lado perverso desse pensamento, pois o fato da implantação de um vasto parque industrial, não significa que necessariamente a mão de obra qualificada será absorvida e ocorrerá distribuição de renda, amenizando o abismo social na região.

Meneses e Figueiredo (2003) nos lembra de que a atividade educativa vive constantemente numa encruzilhada, pois não consegue escapar da lógica do capital, comparada a um rio caudaloso, que sempre encontra uma forma de atingir seus objetivos.

Se por um lado empresas de “*aerogeradores, cimento, mineração em grande escala (produção de barras de aço para exportação) e produção de energia por termoelétricas*” (Gestor 5) necessitam do aumento da capacidade produtiva mais qualificada, por outro lado o capital gerencia habilmente, como uma entidade misteriosa, captando a força de trabalho, perpetuando a regulação do desemprego como meio disciplinador dessa força de trabalho, aspecto impiedoso da lógica do capital não mencionado por estudantes ou servidores participantes do estudo.

Esse contexto direciona as trajetórias profissionais a uma situação irregular e incerta, sobretudo porque os atributos intelectuais de escolarização e a formação do próprio jovem são eleitos os únicos responsáveis pela inserção no mercado de trabalho, por isso,

não se pode ignorar que os vínculos entre formação e emprego são, obviamente, extremamente complexos e dependem essencialmente da situação do desenvolvimento econômico e, portanto, não seria possível acusar a escola [tão pouco o jovem] de estar na origem do desemprego (MOLL, 2010, p. 101).

A relação entre educação e emprego é dimensionada na modalidade do ensino profissional, sendo avaliada também pelos docentes a formação de mão de obra qualificada como um atributo importante do IFCE *Campus Caucaia*, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial. Vejamos o que eles dizem:

Creio que a pergunta já responde. O campus Caucaia potencializa em suas atividades o desenvolvimento social da região na formação crítica dos alunos. Já no desenvolvimento econômico prepara mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, e com um detalhe importante, oferece cursos que se enquadram na demanda da região. O desenvolvimento territorial talvez seja o mais lento. Não consigo ver potencialidades nesse sentido ainda. (Docente 1)

A existência de mão de obra qualificada é um dos fatores preponderantes no processo decisório de implantação de uma empresa em uma determinada região. Logo, a existência de uma unidade da rede federal de ensino profissional, com sua centenária tradição de ensino de qualidade, pesa bastante neste quesito, propiciando que muitas empresas optem por se instalar na região. (Docente 2)

Penso que o campus é uma escola com grande significado para a região metropolitana, dá formação educacional de qualidade aos seus nativos e circunvizinhos, ainda desmistifica que educação de qualidade não necessariamente se aloca na capital do Ceará. (Docente 4)

Todas as instituições de ensino são importantes para o desenvolvimento econômico e territorial do local em que estão inseridos. A particularidade do Campus Caucaia é ter seus cursos integrados voltados para a potencialização de formar força de trabalho ao mesmo tempo em que é capaz de desenvolver tecnologias que possam alavancar os processos produtivos das grandes indústrias presentes no município. (Docente 6)

Além da formação de trabalhadores qualificados, os docentes destacaram que o IFCE *campus* Caucaia propicia uma formação / escolarização crítica; atrai a implantação de empresas; descentraliza e democratiza o acesso a educação, pois no caso do IFCE, antes da expansão e interiorização, sua oferta concentrava-se na capital; oferta cursos técnicos integrados de acordo com a demanda das empresas / indústrias instaladas na região, podendo ainda “*desenvolver tecnologias que possam alavancar os processos produtivos das grandes indústrias presentes no município*” (Docente 6).

Outro fator de desenvolvimento social, econômico e territorial é o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL)²¹ pois “*um dos motivos da criação dos institutos, de maneira geral, [é] oportunizar uma educação de qualidade as comunidades em seu entorno e o desenvolvimento de APL.*” (Docente 7).

Por outro lado, o Docente 1 destaca que o desenvolvimento territorial ainda é vagaroso, necessitando de maior atuação do campus, quando afirma que “*O desenvolvimento territorial talvez seja o mais lento. Não consigo ver potencialidades nesse sentido ainda.*” (Docente 1).

²¹ O Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empresendimentos-coletivos.5980ce6326c0a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 30/08/2017.

Outro docente pondera sua avaliação destacando que o campus busca exercer seu papel territorial ativamente, porém encontra adversidades e limitações

Avalio que o *campus* Caucaia tem lutado para exercer tal compromisso social, mas me parece que o próprio município ou alguns gestores ainda não entenderam essa relevância; não sei se por falta de uma divulgação mais ampla e “agressiva” para se fazer conhecer e reconhecer, ou se por entraves políticos que sempre acabam atrapalhando o andamento de questões relativas à Educação. (Docente 8)

Para exercer seu compromisso, o IFCE *campus* Caucaia atua nas esferas de ensino, pesquisa e extensão e a recente limitação orçamentária sofrida pelo *campus*, a pouca adesão docente às atividades de pesquisa e extensão, a má vontade da administração política local são fatores, apontados pelos docentes, que podem influenciar na atuação para o desenvolvimento social na localidade do *campus* e o consequente desconhecimento da comunidade local, enfraquecendo os laços de pertença entre comunidade e instituição.

Mas essas vicissitudes não diminuem a importância do campus para o desenvolvimento social, econômico e territorial, pois, ainda que existam limitações em sua contribuição, “é melhor fazer pouco na direção certa, do que muito na direção errada.” (MENEZES, FIGUEIREDO, 2003, p. 214) e o pouco realizado torna-se muito quando vidas são transformadas para melhor.

No tópico a seguir, os dados coletados sobre os desafios e dificuldades provocados pela implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral no IFCE Caucaia serão explanados e discutidos, bem como as sugestões indicadas pelos participantes da pesquisa para superar essas adversidades.

7.3 OS DESAFIOS E DIFICULDADES PROVOCADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO / CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS: AS PROPOSTAS DOS PARTICIPANTES PARA O IFCE CAUCAIA

Os desafios e as dificuldades gerados pela criação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em tempo integral apresentam perspectivas diferenciadas para os participantes, porque o ponto de vista modifica a leitura do objeto analisado, ou seja, alunos têm suas dificuldades específicas e os gestores, técnico-administrativos e docentes outros pontos de vista para a questão.

Para os estudantes, jovens que vivenciam regras e valores distintos das demais gerações e das outras faixas etárias, conferem à educação e ao ingresso no mundo produtivo desafios e dificuldades específicas dos interesses desse grupo etário.

Cada um dos 17 estudantes participantes da pesquisa tem trajetórias de vida e projetos de vida únicos e essa variação influencia na percepção das dificuldades e desafios experimentados no fluxo de formação acadêmica e futuramente nas escolhas pessoais e profissionais.

A faixa etária desses alunos compreende de 16 a 18 anos de idade, predominando o sexo masculino (14 alunos, aproximadamente 82%), talvez pelo curso técnico integrado em Eletroeletrônica pertencer a uma área de maior interesse para o gênero masculino.

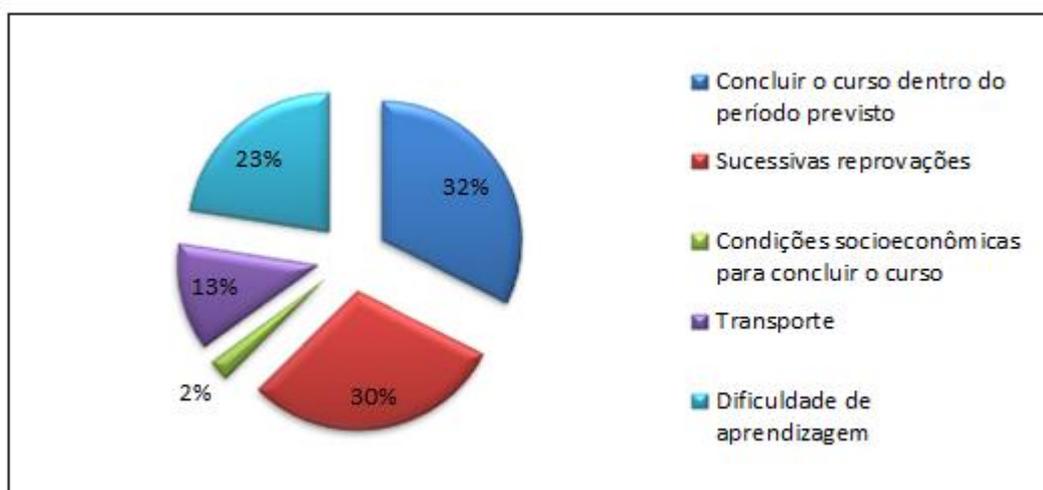
Foi perguntado aos estudantes os principais desafios e dificuldades enfrentados pelo aluno do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE *Campus* Caucaia, com alternativas e opção para que esclarecesse a(s) escolha(s) ou apontasse outros itens. As alternativas foram: “Concluir o curso dentro do período previsto”; “Sucessivas reprovações”; “Condições socioeconômicas para concluir o curso”; “Transporte”; “Dificuldade de aprendizagem” e “Outros”.

Os resultados coletados foram: 13 alunos assinalaram “Concluir o curso dentro do período previsto”; 12 alunos, “Sucessivas reprovações”; 1 aluno, “Condições socioeconômicas para concluir o curso”; 5 alunos, “Transporte”; 9 alunos, “Dificuldade de aprendizagem” e 4 alunos, “Outros”.

Contrariando o perfil socioeconômico delineado pelos servidores pesquisados, apenas 1 estudante afirmou que as condições socioeconômicas são uma dificuldade para concluir o curso.

Os resultados ficam melhor ilustrados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Principais desafios e dificuldades enfrentados pelo aluno do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE campus Caucaia



Fonte: elaborado pela autora

Percebemos que os números representados nas fatias do gráfico são mais expressivos para os itens: “Concluir o curso dentro do período previsto”, “Sucessivas reprovações” e “Dificuldade de aprendizagem”.

Vale ressaltar que os alunos participantes da pesquisa ingressaram em 2015 em 35 vagas. Os 10 estudantes pesquisados, alunos do 5º semestre, seguiram o fluxograma do curso regularmente, dentro do prazo previsto.

Dessa forma, os 25 alunos (aproximadamente 71% dos ingressantes) estão em situação de abandono escolar, evasão escolar, reprovações que repercutiram na progressão acadêmica, com matrícula cancelada ou que solicitaram transferência para outros cursos ou para a rede de ensino regular.

Os números são altos e a situação merece acompanhamento dos gestores, docentes, assistência estudantil, coordenadoria técnico-pedagógica, para investigar esse quadro e buscar estratégias para combater esse contexto preocupante.

O transporte configura uma dificuldade porque o acesso ao campus é precário devido à localização distante do centro da cidade e a ausência de linha de transporte regular mais efetiva, tendo como alternativa o transporte escolar municipal dos distritos ou bairros de Caucaia ao *campus*.

A conclusão do curso dentro do período previsto está indireta e diretamente associada às sucessivas reprovações e dificuldade de aprendizagem e por questões financeiras que, embora não expressivas na pesquisa, é uma situação percebida e vivenciada pelos servidores que atuam mais próximos dos estudantes e pode ser um dos fatores que influenciam em reprovações ou abandono escolar.

Quatro estudantes assinalaram também o item “Outros” e 3 alunos utilizaram o espaço para esclarecer as opções assinaladas, como por exemplo, “*Carga muito pesada de atividades, horários muito desgastantes, carga horária de certas matérias muito baixas. Organização mal feita da grade curricular.*” (Aluno 2 – 5S); “*Boa parte dos alunos do campus Caucaia deram um salto muito grande em sua vida acadêmica. Saíram do município para a [rede] federal e essa diferença é um dos principais motivos desses desafios.*” (Aluno 9 – 5S); “*Além de chegar em casa cansado, você tem que preparar seminários estudar para provas e também algumas atividades que tem que fazer em casa e o tempo para descansar e mínimo.*” (Aluno 16 – 4S).

O curso técnico integrado em tempo integral tem carga horária na instituição com atividades acadêmicas intensas, a mudança do formato de instituição de ensino, o regulamento

/ procedimentos acadêmicos e a estrutura do curso com disciplinas em maior quantidade e semestrais provocam um desgaste e um cansaço natural.

Essa dificuldade foi apontada pelo Gestor 3 sobre o processo de implementação dos cursos integrados quando destacou que “*o regime semestral (e não anual) causa certa confusão com os estudantes, em especial dos primeiros semestres, visto que há pouco tempo disponível para recuperação paralela e para desenvolvimento de outras atividades importantes para o itinerário formativo.*” (Gestor 3).

Além desses fatores expostos, os estudantes apontam outras considerações:

Devido as recentes greves no Brasil, nós do campus, ficamos devendo muitas matérias que acabaram atrasando nossa formação regular. Muitos amigos reprovaram em mais de duas matérias [palavra ilegível] três vezes, pelo fato de terem dificuldade de aprender. Outros amigos e até eu, sofremos devido ao transporte, pois a área aqui é de risco. (Aluno 4 – 5S)

Transporte: minha residência se localiza distante do campus, outros: pressão sobre os alunos, esta pressão se refere a tanto no ritmo de ensino, quanto na sua dificuldade, mas também se referindo ao desgaste que o campus proporciona, onde para se obter um bom rendimento acadêmico, é necessário grande esforço e dedicação. (Aluno 7 – 5S)

Em visão geral, vejo que em todos os semestres deste curso é encontrado todas estas dificuldades citadas acima, assim com [como] acontece comigo também em alguns quesitos citados, com [como] dentre elas Condições socioeconômicas para concluir o curso e Transporte; (Aluno 8 – 5S)

Os estudantes citaram as greves, que comprometeram o calendário acadêmico, repercutindo em atraso na conclusão do curso; as reprovações, em decorrência da dificuldade de aprendizagem e ao ritmo e metodologia de ensino, sendo exigido maior esforço pessoal para garantir um bom Índice de Desenvolvimento Acadêmico (IRA); além da dificuldade de transporte.

Percebemos nas respostas dos estudantes o reflexo, ainda que sutil, da esfera produtiva capitalista e suas relações com o trabalho, exigindo produtividade imediata e responsabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, apesar da existência de um conjunto de fatores que influenciam as consequências, quando percebemos no discurso do acadêmico que “*para se obter um bom rendimento acadêmico, é necessário grande esforço e dedicação*” (Aluno 7 – 5S) ou quando um gestor apresenta um procedimento didático-pedagógico com base na indústria “*cobrando resultados em curtos prazos*” (Gestor 3).

Menezes e Figueiredo (2003, p. 382) argumenta acerca da função educacional quando questiona sobre a formação profissional para atender as exigências do mercado ou para também construir uma formação crítica e emancipatória:

E quanto às novas exigências do mercado para o sistema educacional voltado para a formação profissional, podemos questionar até que ponto o desenvolvimento de pessoal para atender as demandas de mercado significaria de fato construir potencialidade nos sujeitos e apontar para a emancipação das relações atuais de exploração do trabalho.

A educação, cumprindo o papel de formação para o trabalho, poderá comportar elementos emancipatórios e críticos, capazes de forjar um trabalhador menos submisso e mais ciente de sua capacidade de transgredir as regras postas pelas relações de trabalho?

Essa concepção dualista em princípios opostos é uma visão maniqueísta que precisa ser superada e equilibrada, pois a educação profissional deve formar para o trabalho, mas não pode se eximir de sua responsabilidade na formação cidadã, crítica e consciente de seus educandos.

Com base nessa discussão, o aluno precisa reconhecer que as reprovações sucessivas, assinalada por 12 estudantes, bem como a dificuldade de aprendizagem assinalada por 9 estudantes, não é de responsabilidade exclusiva dele.

A instituição (gestores, coordenação do curso, docentes e técnico-administrativos) devem projetar ações para acompanhar e propiciar meios para superação dessas dificuldades. No ROD do IFCE, a recuperação da aprendizagem deve ser pautada em planejamento sistemático para avaliação contínua e processual, priorizando os melhores resultados, em seus aspectos qualitativos. Outra estratégia para amenizar os índices de retenções é a Progressão Parcial de Estudos (PPE), com plano de estudo individual ou dependência, como possibilidade de promover o estudante com rendimento insatisfatório em até dois componentes curriculares para o período letivo seguinte, mesmo sem ter tido rendimento satisfatório em até 2 (dois) do período letivo anterior.

A dificuldade de aprendizagem é um problema que carece esforço e dedicação pessoal, mas o docente também é responsável pela concretização desse processo, porque ele é o profissional da educação que detém conhecimentos especializados e didáticos para mobilizar os saberes para uma prática educativa que promova o acesso ao conhecimento, visto que:

A aprendizagem é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo ensino aprendizagem [e para ser um processo significativo] depende de inúmeros fatores, dentre os quais, os mais prementes são: o talento do professor, o tipo intelectual do aluno, as oportunidades oferecidas pelo ambiente imediato da escola, perspectivas futuras de vida do aluno. (MOTA, 2007, p. 2).

O fazer docente é complexo e imbricado de vicissitudes por ser uma atividade dialógica que exige rumo e partilha, fundamentos didáticos, planejamento no processo de organização do ensino e aprendizagem e conhecimento de metodologias alternativas com objetivos definidos e constante reflexão de sua prática. (FARIAS, 2008).

Esse repertório intelectual do professor deve ser utilizado para garantir a aprendizagem e buscar novas estratégias para efetivá-la para os alunos em dificuldades, juntamente com os demais atores que assessoram esse processo, tal como a coordenação de curso, a CTP, a Assistência Estudantil, por exemplo. Para tanto:

Organizar a educação escolar visando garantir esta interconexão pressupõe conceber o ensino como processo, norteado por finalidades educacionais claramente estabelecidas e integrando dialeticamente o conteúdo, a organização da atividade cognoscitiva (ensino) e a assimilação/apropriação do conteúdo (aprendizagem) com os meios e condições necessários ao atingimento dos objetivos (SAVIANI, 1994, p.87).

Essa atitude para alcançar os objetivos educacionais de ensino e aprendizagem exige maior articulação na modalidade do ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio, pois há conteúdos diversos que precisam estar efetivamente relacionados e há as dificuldades próprias do processo.

Entre os desafios gerados pela criação do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica enumerados pelos estudantes, estão: “Concluir o curso dentro do período previsto”; “Sucessivas reprovações”; “Condições socioeconômicas para concluir o curso”; “Transporte”; “Dificuldade de aprendizagem” e “Outros”.

Com base nessas dificuldades, propostas e sugestões para contornar esses obstáculos foram solicitadas na sexta e última questão do questionário. Dentre as propostas apresentadas pelos estudantes participantes, está a reorganização da matriz curricular, como podemos deduzir nos trechos: “*Organização estudada e bem elaborada para suprir os buracos nos horários dos alunos.*” (Aluno 2 – 5S); “*fazer uma carga horária mais equivalente entre os semestres, assim dividiríamos de peso igual nas matérias do ensino médio que tem muito conteúdo para ser visto em apenas seis meses.*” (Aluno 8 – 5S); “*Refazer todo o planejamento das matérias para cada semestre uniformemente, além de atualiza-las também*” (Aluno 12 – 4S); “*Organizar melhor os semestres*” (Aluno 13 – 4S); “*número excessivo de matérias e pouco tempo para estudar.*” (Aluno 14 – 4S); “*excesso de matérias (conteúdos), horários muito apertados*” (Aluno 14 – 4S).

A carga horária e as disciplinas foram distribuídas na matriz curricular do PPC visando articular o eixo de conhecimento da base nacional comum, da parte diversificada e da

parte profissionalizante para favorecer uma formação holística e fornecer paulatinamente subsídios teóricos e práticos.

A distribuição quantitativa das disciplinas no fluxograma do curso integrado de Eletroeletrônica oferta 10 disciplinas no 1º semestre; 12 disciplinas no 2º semestre; 14 disciplinas no 3º e 4º semestres; 12 disciplinas no 5º semestre e 9 disciplinas no 6º e último semestre, com equilíbrio da carga horária entre 40h/a e 80 h/a, com somente uma disciplina, Eletricidade I com 120h/a no segundo semestre.

Vale lembrar as considerações sobre o pioneirismo do campus feitas pelo TA 2 quando destaca que *“somos pioneiros na modalidade e tivemos que criar nossas ferramentas e formatações de trabalho de modo experimental e alguns equívocos ocorreram nesse processo”*.

Os erros e acertos são, portanto, ocorrências naturais do processo, mas necessitam de avaliação e reflexão para direcionar melhorias seguindo o fluxo de alterações previsto no PPC.

Outras propostas e sugestões indicadas para superar os desafios e dificuldades assinalados pelos estudantes anteriormente foram *“Esforço do aluno principalmente, acompanhamento para que a coordenação esteja ciente da situação dos alunos.”* (Aluno 2 – 5S); *Acompanhamento mais próximo dos alunos. Disponibilizar transportes do campus. Avaliar os professores e seus métodos* (Aluno 4 – 5S); *Métodos de avaliação a serem revistos e vontade do aluno de querer uma vida melhor, com a ajuda do ensino.* (Aluno 5 – 5S); *Aulas mais didáticas* (Aluno 16 – 4S); *“Horários livres aproveitados com aulas de reforço, expansão da biblioteca para mais espaço de estudo e etc.”* (Aluno 17 – 4S).

Em relação à metodologia dos professores, o PPC do curso técnico em Eletroeletrônica orienta para uma diversidade de estratégias metodológicas que valorizem os conhecimentos prévios e priorize a (re)construção do conhecimento, no entanto,

para que se alcance os objetivos pretendidos com o planejamento de ensino, deve-se levar em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem presentes na sala de aula, assim como, o contexto histórico e cultural dos estudantes; seu pertencimento social; étnico-racial; de gênero; grupo etário; religioso e de origem urbana ou rural, por meio dos princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade. (IFCE, 2014, p. 181)

Percebemos nas respostas dos participantes que a consideração aos diferentes ritmos de aprendizagem está fragilizada, pois em vários momentos há queixa dos educandos, devido à mudança abrupta do ensino fundamental regular para o ensino técnico integrado em tempo integral.

Somado a esse fato, entre os 17 alunos pesquisados, 12 são egressos da rede pública de ensino (70%), número que pode explicar o baixo conhecimento prévio e dificultar o avanço do percurso formativo, como destaca o Aluno 6 como argumentação para explicar as propostas e sugestões feitas:

a maioria dos estudantes por não terem um ensino fundamental de qualidade não conseguem acompanhar o ritmo de ensino do campus que por muitas vezes tenta acalmar, mas não obtém êxito, conseqüentemente entre os alunos há várias reprovações em diferentes cadeiras o que acaba por atrasar o aluno que não irá concluir o curso no tempo previsto, por isso uma das propostas seria melhorar o ensino em escolas municipais, porém isso não está ao nosso alcance, então a segunda opção é tentar proporcionar ao alunos aulas com ritmos mais lentos, e incentivar o aluno a estudar e reforçar mais os conteúdos vistos em sala de aula, mas incentivar e não forçar isso que acaba é por desmotivar ainda mais. (Aluno 6 – 5S)

A melhoria do ensino público na rede municipal é uma proposta pertinente, porém ainda distante do alcance do campus, pois é uma ação de responsabilidade da gestão do município de Caucaia, podendo o IFCE campus Caucaia promover atividades de extensão com esse objetivo.

Outras sugestões são referentes á metodologia de ensino, avaliação, compromisso pessoal, acompanhamento acadêmico e transporte:

elaboração de novos métodos de ensino, onde se avalie e se preze melhores maneiras de se fixar o conhecimento, ao em vez de se prezar apenas a nota e o índice de rendimento acadêmico, estas formas de fixação poderiam ser por exemplo, uma nova forma de avaliar os alunos, onde se levaria em conta o esforço e a evolução dos alunos ao longo do curso, mas reconheço que as notas também são essenciais. (Aluno 7 - 5S)

Deve haver, por parte do aluno, uma decisão e um compromisso concreto em relação aos seus estudos. A ajuda da psicóloga, pedagoga, professores é de suma importância. O acompanhamento acadêmico, trazer a família para mais perto da instituição e realizar trabalhos que descubram as verdadeiras causas do problema. (Aluno 9 – 5S)

Na questão do transporte, pelo campus ser mais isolado, deve-se procurar direções de empresas para incentivá-las a trazer transportes públicos até o campus, atualmente, somente uma frota de ônibus pagos pela prefeitura circula até aqui e um ônibus da empresa Vitória. (Aluno 6 – 5S)

As propostas dadas, em grande parte são ações previstas nos ordenamentos jurídicos da educação e por notas técnicas e regulamento institucional, pois “avaliar os alunos, onde se levaria em conta o esforço e a evolução dos alunos ao longo do curso”; “acompanhamento acadêmico,” estão previstos no ROD e no PPC, por exemplo, anteriormente apresentadas.

Aproximar a família da instituição é um desafio, pois os momentos em que há maior participação dos pais são em reuniões e quando chamados para comunicação de advertências ou outras situações de indisciplina ou baixo rendimento acadêmico.

Em relação ao transporte, os gestores do campus estão em diálogo permanente com a prefeitura de Caucaia e a empresa Vitória para ampliar a oferta de linhas de transporte coletivo para a localidade do campus.

O Aluno 10 (5S) afirma que para amenizar o alto índice de reprovação, o *campus* e seu(s) curso(s) deveria(m) ser mais divulgado(s) para ampliar a concorrência nos processos seletivos, “selecionando” os melhores alunos, evitando um “atraso no processo”:

O campus Caucaia ainda não é muito conhecido na região então o número de interessados no curso ainda é pequeno e isso causa uma dificuldade de selecionar alunos com um nível de escolaridade básica necessária para ingressar no curso, e isso faz com que a escola e os professores tenham que fazer uma espessa de nivelamento dos alunos, o que atrasa o processo e tudo para que não ocorra muitas reprovações e ainda assim acontecem. Então uma solução para esse processo seria uma maior divulgação do curso para a comunidade, fazendo com que a concorrência aumente. (Aluno 10 – 5S)

Embora o *campus* precise ser (re)conhecido pela comunidade local, o objetivo da proposta de reduzir o número de retenções, não pode ter como base uma visão excludente e exclusivamente meritocrática, pensamento que expressa uma opinião assemelhada às diretrizes da produção capitalista que gera exclusão e um exército de reserva como refugio, por isso, a formação dos alunos na educação profissional deve conscientizá-los da finalidade de que

A questão educacional, especificamente de qualificação profissional, não pode ser vista apenas do ponto de vista das variáveis econômicas, mas essencialmente do ponto de vista dos direitos básicos dos cidadãos, ou seja, ela interessa não somente em termos de dar condições de acesso ao mercado de trabalho e dos ganhos de produtividade, mas também de referir-se ao exercício efetivo dos cidadãos na sociedade. (POCHMANN, 2014, p. 156).

A educação tem o desafio constante de formar para o trabalho, caminho natural de todos que ingressam nas instituições de ensino, mas formar para a cidadania é uma responsabilidade que impõe maior dificuldade, porque atua na mudança de mentalidade, nos valores individuais e coletivamente construídos.

Nesse momento serão apresentados os desafios e dificuldades e suas respectivas propostas coletadas junto ao segmento dos servidores sobre a implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral no IFCE Caucaia.

O grupo de gestores e técnico-administrativos, assim como os docentes, relataram dificuldades semelhantes às apontadas pelos estudantes, diferenciando-se nas questões de infraestrutura e de recursos financeiros.

Recursos financeiros insuficientes e infraestrutura inadequada dominaram a tônica dos discursos: “Disponibilização de recursos para que possam ser feitos os investimentos necessários para adequação da infraestrutura.” (Gestor 1); “Recursos financeiros insuficientes, estrutura física inadequada” (TA 3); “Creio que seja o financiamento.” (Docente 1); “Estrutura não é adequada.” (Docente 7); “A questão financeira para manter tais cursos é a principal dificuldade, pois sem dinheiro não é possível sustentar as inúmeras exigências dessa modalidade.” (Docente 8).

O problema do recurso financeiro insuficiente é explicado pelo Gestor 3 com base em demandas e necessidades de assistência estudantil e da alimentação para os alunos:

O problema não é ele ser integrado, mas sim integral, ou seja, o dia todo. O governo federal não tem repassado recursos de assistência estudantil diferenciados para o campus considerando que aluno que estuda integral tem direito a duas merendas e um almoço (Gestor 3)

A dificuldade da infraestrutura é também descrita abaixo pelo Docente 2:

Ainda temos muitos desafios na parte de infraestrutura, como a falta de espaços físicos para laboratórios, falta de equipamentos para os laboratórios existentes e, ainda, falta de espaços adequados para o lazer e o repouso dos alunos que permanecem o dia todo na instituição. Outro importante desafio é a questão pedagógica. Como o aluno permanece o dia todo na escola, a escola passa a ser a maior responsável por todo o processo de ensino e aprendizagem. (Docente 2)

Espaços físicos para a prática é de fundamental importância para o desenvolvimento das habilidades, em um curso técnico profissional. Suprir a carência de espaços físicos para lazer e repouso é uma demanda do PDI, com a construção de restaurante acadêmico, um dos objetivos e metas do PDI, mas devido à insuficiência financeira, essa lacuna dificulta a permanência do aluno na instituição.

Se a educação profissional é encarada como uma estratégia de desenvolvimento econômico e configura uma política de inclusão, deve ter maiores recursos para atender com mais plenitude suas finalidades, conforme destaca Moll (2010):

Uma política da magnitude e relevância social como é a educação profissional, seja pela sua demanda, seja pela sua amplitude no cenário da educação brasileira ou mesmo pela expectativa que ocupa no imaginário popular, requer uma política de

financiamento sistemática, perene, organizada e com recursos correspondentes à função que lhe é atribuída e/ou esperada. (MOLL, 2010, p. 277)

Outras metas do PDI carecem de financiamento sistemático, perene e organizado para atender as demandas sociais e da educação profissional, tais como: reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos, aumentando o índice de permanência e êxito dos alunos com acompanhamento pedagógico; intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes, fortalecendo a integração dessas dimensões para a transformação e o desenvolvimento social.

A realização dessas ações é prejudicada também pelo reduzido número da equipe de profissionais que atuam diretamente no apoio ao discente, conforme os servidores relatam: *“falta de profissionais para dar atendimento multifuncional. Necessidade de elaboração de atividades complementares de estímulo à participação discente”* (Gestor 2); *“baixo quantitativo de corpo técnico multiprofissional (em especial, pedagogia e psicologia) e de apoio ao ensino”* (Gestor 3); *“demandas exorbitantes por acompanhamento psico-social e pedagógico diante de uma equipe escassa.”* (TA 2); *“número de servidores ainda insuficientes.”* (TA 3).

As considerações do Docente 8 resumem cada um dos itens referentes à infraestrutura, aos escassos recursos financeiros e ao quadro reduzido de profissionais:

A questão financeira para manter tais cursos é a principal dificuldade, pois sem dinheiro não é possível sustentar as inúmeras exigências dessa modalidade. Outra coisa é a carência de “material humano”, como assistentes de aluno, por exemplo. Temos excelentes profissionais, mas são poucos e há momentos que fica difícil dar conta de tantos alunos e realidades. A estrutura física do *campus* também não permite ao aluno ter espaços específicos para estudo e descanso. (Docente 8)

O repasse de recursos financeiros insuficientes revela as prioridades do Estado/ Governo Federal em relação à educação profissional. Esse saldo financeiro negativo é uma ameaça externa denunciada pelas análises sobre as dificuldades pertinentes à implementação e criação dos Cursos Técnicos Integrados, em especial o de Eletroeletrônica.

A escassez de recursos repercute na melhoria das ações do IFCE *campus* Caucaia inviabilizando capacitação dos servidores, por exemplo: *“Realizar capacitação dos servidores para atender as demandas desta modalidade de cursos.”* (Gestor 1); *“Necessidade de elaboração de atividades complementares de estímulo à participação discente”* (Gestor 2); *“Creio que também falte uma formação para todos os colaboradores (professores, técnicos e terceirizados) sobre o significado do ensino em tempo integral.”* (TA 3); *“O maior desafio é*

com a política do nosso país que passa por uma crise e diminui as verbas para o Instituto.”
(Docente 5).

Questões referentes aos aspectos didático-pedagógicos e de ensino-aprendizagem, de formação docente e de capacitação dos servidores técnico-administrativos para receber esse público foram apontadas como limitadoras para o desempenho das atribuições de cada segmento:

Ao longo da implementação das primeiras turmas, foi possível observar fatores que causaram impacto no desenvolvimento das atividades. Alguns fatores podem ser destacados, como: falta de experiência do corpo docente com a forma integrada ao ensino médio, agravando o “choque de gerações” observado entre corpo docente e discente; baixo nível educacional dos estudantes no seu ingresso; visíveis problemas sociais e familiares na qual os estudantes estavam submetidos; falta de orientação quanto aos relacionamentos afetivos e educação sexual; [...] dificuldade na sistematização dos horários de estudo individual; elevada carga horária, o que causava em alguns momentos, a sensação de que os alunos estavam “esgotados”; também relativa à elevada carga horária, observa-se a dificuldade dos estudantes em cumprir as disciplinas em regime de dependência; dificuldades na organização dos horários do corpo docente (Gestor 3)

O desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino profissional em tempo integral causa divergências e desencontros, pois passam a coexistir situações que desencadeiam reações conflituosas, citadas acima. A inexperiência com a faixa etária dos estudantes egressos do ensino fundamental é uma delas, pois dos 8 docentes participantes da pesquisa, 5 são de áreas técnicas e embora o tempo de docência informado pelos professores tenha variado entre 9 a 22 anos de efetivo exercício da docência, as experiências anteriores foram com cursos concomitantes e com ensino superior, como destacou o TA 2 *“os docentes, em geral, estavam habituados a ministrar aulas para o ensino técnico subsequente/concomitante e superior”*.

Reforçamos novamente que a aprendizagem dos ingressantes é afetada pelo baixo desempenho escolar no ensino fundamental, comprometendo o avanço regular no percurso formativo, sobretudo porque de 4 h/a diárias a carga horária passa para 8h/a diárias, uma mudança que exige amadurecimento na autorregulação da aprendizagem, problemas reforçados por outros técnico-administrativos e docentes: *Desafios: público jovem, muitas disciplinas (alunos reclamam de cansaço), reprovação devido à falta de base, mudar as estratégias de ensino, tornando-o mais prático.* (Docente 3); *Decalagem de aprendizagem dos discentes em relação aos estudos em escolas anteriores; a comunicação professor-aluno.* (TA 2); *capacidade e disposição para lidar com o público jovem que habita em ambiente social bem complicado* (TA 1).

Percebemos, a partir dos anseios dos participantes e das dificuldades apontadas, a necessidade de superá-las, pois o posicionamento desses indivíduos representa que enquanto sujeitos envolvidos no processo devem estar engajados:

os diversos atores sociais devem estar envolvidos e comprometidos com a consecução da meta de transformar a concepção de educação profissional, ultrapassando a ideia de um tipo de educação voltado para a formação restrita de trabalhadores, alcançando a proposta de uma formação integral dos sujeitos para que se tornem agentes de transformação social (ANDRADE, 2016, p.197)

Há vários servidores técnico-administrativos que contribuem e assessoram os principais atores na formação integral dos sujeitos, os professores e alunos. Os assistentes de alunos, por exemplo, vinculados ao Departamento de Ensino no IFCE *campus* Caucaia, tem como atribuição assistir e orientar os alunos no aspecto de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene, dentro das dependências escolares; apoiar o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades, além de contribuir nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A CTP, também vinculada ao Departamento de ensino, tem como atribuições o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de ações pedagógicas desenvolvidas no *campus*, e atualmente conta com 3 profissionais, 2 pedagogas e 1 técnica em assuntos educacionais, este último cargo com atribuições de coordenar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino, planejamento e orientação e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O pedagogo é o profissional responsável por implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico, viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas.

A Assistência estudantil, vinculada à Direção Geral no organograma do IFCE *campus* Caucaia, é composta atualmente por 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 nutricionista, 2 enfermeiros e 1 técnica em enfermagem, é espaço importante no apoio e promoção do processo de desenvolvimento integral dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Atua de modo interdisciplinar, a partir da equipe e serviços, necessitando de odontólogo para se configurar integralmente.

O serviço de psicologia oferece serviços de escuta psicológica, principalmente, nas questões de orientações para o aprimoramento do rendimento/desempenho escolar; orientação e planejamento profissional; apoio socioemocional; visitas domiciliares; orientação de pais e professores; projetos de articulação: escola, família e comunidade.

O serviço de nutrição atua na elaboração e acompanhamento das refeições oferecidas no campus, incluindo o controle de qualidade de alimentos, bem como o controle higiênico-sanitário e de enfermagem na consulta de enfermagem, atendimento ambulatorial, palestras/orientações e educação em saúde, campanhas de promoção e prevenção da saúde; ações preventivas contra DST/AIDS, atendimento de primeiros socorros, ações de projetos do IFCE campus Caucaia (exemplo: Drogas, Informação é Prevenção, Qualidade de Vida), dentre outras.

O papel do assistente social na esfera da assistência estudantil na educação profissional tem a tarefa de desenvolver ações que “visem propiciar a permanência dos estudantes [...] prevenir a evasão escolar e conter o baixo rendimento dos alunos.” (PEIXOTO; COSTA, 2016, p.201 - 202).

Essa equipe multiprofissional é um diferencial da instituição, bastante valorizada pela comunidade acadêmica, pois auxilia no enfrentamento das dificuldades estabelecidas pela implementação dos cursos técnicos integrados, mas é necessário sempre “*comprometimento de parte do corpo docente*” (Gestor 6); “*articulação e formação docente adequada*” (TA 2); “*O nivelamento dos alunos oriundos da rede municipal de ensino.*” (Gestor 5), maior tempo para os alunos nas atividades de pesquisa e extensão, bem como de estágio: “*alunos não tem tempo para pesquisa e extensão, problemas de comportamento e indisciplina*” (Docente 3); “*com o turno integral os alunos ficam sem tempo para fazer estágio, ter bolsas de pesquisa, monitorias, ou mesmo tempo para estudo.*” (Gestor 6).

O estágio e as atividades de pesquisa e extensão são importantes para a formação profissional, e segundo o Gestor 4 são necessárias “*As parcerias entre a instituição e o setor privado*”, pois “*ainda é um dos grandes desafios a serem enfrentados*” porque compromete “*o desempenho de atividades práticas e a realização de estágios [...] “que tem a sua execução dificultada, por não acontecer ainda uma interação estratégica entre estes dois setores, consolidando assim o processo formativo do discente.*” (Gestor 4).

Embora muitos dos desafios assinalados pelos estudantes assemelhem-se aos apontados pelos servidores, a insuficiência de recursos financeiros e humanos, a infraestrutura são fatores que comprometem o desenvolvimento de suas respectivas atribuições e, sobretudo, no desenvolvimento satisfatório da trajetória formativa dos estudantes.

Apresentados e discutidos os desafios elencados pelos gestores, técnico-administrativos e docentes, destacamos as propostas e sugestões para o enfrentamento desses entraves para a melhoria dos recursos financeiros, por exemplo, foram apresentadas as seguintes propostas: “*Deve ser feita uma mudança na política de repasse de recursos para os*

campi que possuem cursos de nível técnico integrado integral.” (Gestor 1); “políticas de descentralização de recursos pelo próprio IFCE para o campus Caucaia; ampliação de investimentos a nível nacional” (Gestor 3); “Ampliação dos recursos orçamentários para investimento no bem estar dos discentes.” (TA 2); O governo federal deveria dar um bônus orçamentário para os campi que possui essa modalidade de ensino. (Gestor 3); “Aumentar o repasse de verbas pelo governo federal e Reitoria para o campus Caucaia.” (TA 3); Por ser uma instituição pública federal é necessária uma ação política, junto às lideranças locais e nacionais, no sentido de obter verbas da união (Docente 2); “Olhar da reitoria para o campus Caucaia com igualdade em relação aos demais campus;” (Docente 4); “Conseguir convênio com empresas privadas que serão beneficiadas com a formação de técnicos bem qualificados.” (Docente 5); “Continuar lutando por um repasse financeiro adequado à realidade do campus.” (Docente 8).

As sugestões quanto ao tema do financiamento, mesmo que sejam vagas, comungam de que o repasse de maior recurso financeiro é urgente. Percebemos sugestões mais concretas como a mudança na política de repasse financeiro; embora que “*O gerenciamento dos recursos financeiros está além do nosso alcance.*” (Docente 1); descentralização do envio dos recursos pela gestão do IFCE (Reitoria), bônus orçamentário, parcerias público-privadas.

“A política pública existe em um determinado momento como ideia motivadora, e em outros momentos se transforma em realidade pelos seus canais naturais de execução. O bem estar da sociedade deveria ser a origem e o destino de uma política pública” (SILVA, 2014, p. 160-161), por isso as mudanças sugeridas são determinadas pelas necessidades da sociedade, mas dependentes de boa vontade e interesse político e econômico, pois está previsto na lei nem sempre é sinônimo de concretização das ações necessárias.

A melhoria da infraestrutura e da capacitação dos servidores, entre outras ações, está diretamente relacionada ao repasse de verbas. Essa previsão, dentre outras, são destacadas no PDI, cuja distribuição das ações são delineadas em seis temas a saber: identidade corporativa/institucional, gestão institucional, organização acadêmica, infraestrutura, aspectos financeiros e orçamentários e avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional.

As sugestões conjecturadas pelos servidores contemplam as ações de infraestrutura e para ampliação do quadro de servidores prevista no programa de medidas institucionais, em sua totalidade ou parcialmente, tais como: “*Criação de praças, áreas mais arborizadas salas ... coletivo, sala multimeios*” (Gestor 2); “*criando espaços físicos para convivência,*

bibliotecas mais amplas, áreas de lazer, instalação de câmeras de vigilância [...] contratação de mais servidores terceirizados para apoio técnico-operacional; capacitar o corpo de servidores do campus, por meio de vivências em outras instituições, treinamentos in company, maior participação nos encontros pedagógicos,” (Gestor 3); “Capacidade e disposição: continuar trabalhando com os nossos servidores visando que estes compreendam o ambiente onde estão trabalhando;” (TA 1); “Promoção de formação e encontros pedagógicos sistemáticos e não só uma vez por semestre; A discussão com os servidores da missão e valores do IFCE Campus Caucaia;” (TA 2); Readequar a estrutura física do campus para que esteja adequado ao ensino em tempo integral. Aumentar o número de servidores. Realizar formações semestrais ou anuais sobre ensino em tempo integral. (TA 3); “O governo federal liberar recursos para construção de novos espaços, como: biblioteca, refeitório, parque esportivo, novos blocos didáticos, novos laboratórios e área de lazer;” (Gestor 6).

O PDI (2014 – 2018) do IFCE campus Caucaia programa ações para a finalidade principal de garantir uma boa prestação do serviço em educação à comunidade acadêmica, garantindo o percurso formativo exitoso dos alunos, com ações de permanência para evitar a evasão estudantil, ampliando o quantitativo de pedagogo, psicólogo, assistente social, nutricionista com mais um servidor para cada cargo e a chegada de um dentista, previsto para 2017, quadro que ainda não foi ampliado.

Do ponto de vista didático-pedagógico e de capacitação docente e dos técnico-administrativos, os servidores contribuíram com sugestões de incentivo para realização de atividades culturais e esportivas, de pesquisa e extensão, de estágio para os alunos, bem como dar condições necessárias para reforço nos estudos, com o programa de monitoria (com bolsa ou voluntária) e organização mais sistemática do atendimento do professor ao aluno: “Estímulo à criação de gincanas, atividades culturais, eventos específicos dos cursos, etc.” (Gestor 2); “Propiciar espaços monitoria, reforço e atendimento docente aos discentes em horários possíveis para os discentes; Propiciar esporte e lazer com o conserto da quadra e fomento a atividades integradas entre disciplinas (gincanas; competições, experimentos e semanas culturais)” (TA 2).

O programa de monitoria remunerada está suspenso devido à falta de recursos, realidade de outros campi, sendo necessário um esforço e maior dedicação do docente para realização do atendimento ao aluno, somado a atividades de monitoria voluntária, sendo necessárias ações impulsionadoras por parte do departamento de ensino e das coordenações, em parceria com professores e educandos, que despertem o interesse dos alunos com bom

rendimento acadêmico para auxiliar estudantes com dificuldade de aprendizagem. Tal atividade configura a formação complementar como experiência profissional, conforme a matriz curricular do PPC, com garantia de certificação.

Ainda no âmbito pedagógico, a reformulação do PPC foi citada direta e indiretamente: *“Incluir disciplinas ou projetos envolvendo a formação pessoal/psicológica para os alunos, como oficinas de desenvolvimento de projetos de vida, mercado de trabalho. Rever grade curricular, distribuir melhor”* (Docente 3) e a alteração curricular possibilita a contribuição de todos os segmentos acadêmicos porque, de acordo com Machado (2010), a

Reorganização curricular é um processo dinâmico, aberto e formativo e sua estratégia de concepção e implementação precisa ser participativa e construída, tendo em vista assegurar sua eficiência no saber encontrar os meios de atingir os objetivos de aprendizagem (MOLL, 2010, p. 95)

As ações e contribuições possíveis e necessárias, necessitam de participação coletiva para (re)construção com maior validade e aplicabilidade, porque foi arquitetado com base em dificuldades concretas e colegiadas. O PPC técnico Integrado em Eletroeletrônica foi elaborado em 2014, e, ao longo de aproximadamente três anos, os erros e acertos foram identificados ou no ativismo da dinâmica cotidiana ou em ações sistematizadas e planejadas, como avaliação docente, aplicação de instrumentais e os próprios resultados de rendimento acadêmico, os índices de evasão e retenção e de cancelamento de matrícula.

Para o Gestor 3 que atuou no início da criação / implementação dos cursos técnicos integrados essa reformulação é uma opção para amenizar as dificuldades encontradas nesse processo:

reformulação do Projeto Pedagógico do curso, com vistas a reduzir o quantitativo de disciplinas e de carga horária total do curso, avaliar a possível sobreposição de conteúdos entre disciplinas, avaliar a eventual remoção de conteúdo fora das diretrizes curriculares nacionais e reformular o modelo de horário de estudo e acompanhamento dos estudantes em que não há aulas tradicionais. (Gestor 3)

A demanda por reformulação da matriz curricular que impacta na alteração mais equilibrada e reduzida de carga horária de aulas e na atualização dos programas das disciplinas é apontada também como sugestão pelos alunos quando afirmaram que é necessária *“uma carga horária mais equivalente entre os semestres, assim dividiríamos de peso igual nas matérias do ensino médio que tem muito conteúdo para ser visto em apenas seis meses.”* (Aluno 8 – 5S), assim como *“Refazer todo o planejamento das matérias para cada semestre uniformemente, além de atualiza-las também”* (Aluno 12 – 4S).

Outro ponto em comum, entre o discurso dos servidores e dos alunos são as dificuldades dos alunos e o baixo rendimento devido ao conhecimento prévio insuficiente dos conteúdos do ensino fundamental, comprometendo a promoção escolar. A proposta de “*melhorar o ensino em escolas municipais*” (Aluno 6 – 5S) é uma ação complexa de recuperação da aprendizagem, dessa forma, um reforço em conhecimentos básicos, com disciplinas introdutórias ou “nivelamento” são alternativas para suprir as deficiências trazidas de uma formação precária, mais uma vez, uma proposta que passa pela reformulação do PPC, conforme sugere o Gestor 5:

Para nivelamento dos alunos “Ações integradas promovidas pelo Departamento de Ensino, em que a Coordenação Pedagógica do Campus e as coordenações de Curso, num fazer coletivo, promovam ações junto com os docentes para que haja o nivelamento necessário para o devido acompanhamento do curso, havendo igualmente um trabalho de recuperação da aprendizagem paralelo a execução das disciplinas. (Gestor 5).

Ferramentas intelectuais para embasar melhorias no ensino são conquistadas a partir de esforço pessoal e coletivo. Desenvolver o acompanhamento da aprendizagem e ações de recuperação da aprendizagem requer ampliação de conhecimentos teóricos e práticos dos atores envolvidos no processo. Se um professor conhece apenas a lista de exercícios como prática de ensino, deve-se propiciar novas possibilidades agregadas a essa estratégia de aprendizagem para (re)formular esse método.

Os servidores participantes da pesquisa destacaram a importância da formação para a melhoria de suas ações: “*Realizar formações semestrais ou anuais sobre ensino em tempo integral.*” (TA 3), “*Mais cursos sobre metodologia de ensino; reuniões de planejamento integrativos; maior contato entre o setor de saúde e assistência do campus com os docentes*” (Docente 6); bem como a reflexão da missão e valores do IFCE *campus* Caucaia e um assessoramento do planejamento docente mais frequente e sistematizado:

Promoção de formação e encontros pedagógicos sistemáticos e não só uma vez por semestre; A discussão com os servidores da missão e valores do IFCE Campus Caucaia; Monitoramento dos planos de aula e acompanhamento docente sistemático e não só no conselho de classe (TA 2)

Cotejando as sugestões de ambos os seguimentos, percebemos que as propostas se aproximam. As recomendações dos servidores complementam-se às apresentadas anteriormente pelos alunos para a melhoria da metodologia de ensino e de avaliação: “*Métodos de avaliação a serem revistos*” (Aluno 5 – 5S); “*ritmos mais lentos, e incentivar o aluno a estudar e reforçar mais os conteúdos vistos em sala de aula*” (Aluno 6 – 5S), “*novos*

métodos de ensino, onde se avalie e se preze melhores maneiras de se fixar o conhecimento”, (Aluno 7 – 5S); “Aulas mais didáticas” (Aluno 16 – 4S).

Essa solicitação pode ser atendida com o automonitoramento da prática docente e pelo acompanhamento da gestão (Departamento de ensino) como um processo natural em prol da melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, pois o ensino-aprendizagem é um processo complexo, sobretudo quando articula conhecimentos gerais e técnicos, como no ensino integrado.

O Gestor 6 pontuou várias sugestões para desenvolver o potencial do campus para alcançar um âmbito social, econômico e territorial mais significativo para os servidores, os estudantes e a comunidade local

estimular os professores com programas de pesquisa e extensão, fazendo com que conheça a realidade e potencialidade do Campus; a Reitoria do IFCE reconhecer a necessidade e liberar mais códigos de vagas para assistentes de alunos; melhorar o acesso até a entrada do Campus e dialogar com a prefeitura para aumentar o número de linhas de ônibus que fazem a rota até o Campus (aumentando o número de cursos e conseqüentemente o número de alunos isso torna-se justificável no diálogo com a prefeitura de Caucaia); com o integrado regular (em 4 anos – turno manhã ou turno tarde) aumentaríamos o número de alunos, eles teriam mais tempo para estudo, teriam tempo para fazer pesquisa, extensão, estágio, assim como os alunos que precisassem tirar dúvidas, fazer aula de reforço, aula de recuperação paralela, aula de dependência, poderiam vir no contra-turno. (Gestor 6)

De acordo com o Gestor 6, essas propostas impactariam positivamente nas atividades de pesquisa e extensão para fortalecer o reconhecimento do campus; a ampliação dos assistentes de aluno ampliaria o apoio ao ensino; a manutenção do diálogo constante com os gestores municipais somados com a ampliação do ingresso de estudantes facilitaria a argumentação junto ao poder público local para melhorar a oferta de transporte coletivo e por fim, a modificação no PPC da quantidade de etapas (semestres) e duração do curso de três para quatro anos, viabilizaria a realização de atividades de pesquisa e extensão, estágio, recuperação da aprendizagem, entre outras.

Na política de implementação dos cursos técnicos integrados os desafios e propostas são vários e assim como na reorganização das diretrizes que norteiam as ações do IFCE *campus* Caucaia (PDI, PPC, por exemplo)

Todos os atores deverão contribuir na operacionalização e materialização da política de educação e qualificação profissional, porém, de forma unificada, organizada, planejada, otimizada, planejada, otimizada, articulada, transparente, democrática e pluralista no método e na concepção. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2010, p. 280).

Colocar essas ações em prática e constatar se as sugestões de fato podem ser concretizadas só seria possível com a modificação do PPC, mas a alteração de um documento é relativamente mais fácil do que modificar os valores, mentalidades e ações, talvez esse seja um ponto principal para superação dos desafios e dificuldades encontrados na implementação do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional é uma proposta de educação que sofreu metamorfoses ao longo de sua trajetória no Brasil, pois as legislações que a sustentam(ram) estão permeadas por reflexos do contexto social em que foram criadas.

O Decreto nº 7.566/1909, precursor da educação profissional, trazia objetivos assistencialistas e de contenção social, numa perspectiva de educação voltada exclusivamente para a prática e para o ensino de conhecimentos técnicos, com a criação da Escola de Aprendiz e Artífices, deixando um lastro de dualidade na educação, onde a educação profissional era destinada às camadas populares e o ensino geral destinado às classes abastadas.

No arcabouço jurídico da educação profissional, demais edições de decretos e leis foram realizadas, tais como o Decreto nº 2.208/1997 que separou o ensino médio da educação profissional, com currículos diferentes, contribuindo com a segregação entre ensino técnico e ensino propedêutico, marca do início da educação profissional, revogado posteriormente pelo Decreto nº 5.154/2004, que permitiu a integração da educação profissional ao ensino médio, constituindo um avanço significativo para diminuir a separação entre ensino técnico e propedêutico.

Mais recentemente, o Decreto nº 6.095/2007 e a Lei nº 11.892/2008 permitiram à educação profissional desempenhar um papel preponderante em sua história. O Decreto nº 6.095/2007 estabeleceu diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica, para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a Lei instituiu a Rede Federal de Educação Tecnológica e criou os IF's.

O atual IFCE passou por esse processo de modificações jurídicas, administrativas e pedagógicas com designações e finalidades variadas: Escola de Aprendiz e Artífices (1909), Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Técnica Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (1994).

Essa trajetória da educação profissional no Ceará foi predominante na capital, mas com a criação do IFCE pode atingir outras regiões do estado devido sua estrutura multicampi, alcançando o município de Caucaia, importante região metropolitana de Fortaleza (CE), lócus dessa pesquisa.

Esse percurso da educação profissional com sua expansão democratizou o acesso ao ensino, mas não está imune a dificuldades e desafios. O IFCE *campus* Caucaia, foi inaugurado em 2010 e entregue para início de suas atividades em 2011, com a oferta de cursos

técnicos concomitantes ao ensino médio em Eletroeletrônica, em Metalurgia e em Petroquímica, os dois primeiros compreendendo o eixo tecnológico de Controle e processos industriais e o último o eixo de Produção industrial, importantes áreas de conhecimento da indústria, visando atender a demanda de mão de obra do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e das demais empresas e indústrias da região de Caucaia e circunvizinhas.

Mantendo como um de seus objetivos, a formação de mão de obra qualificada para a região, o IFCE *campus* Caucaia iniciou em 2015 a oferta de educação profissional dos mesmos cursos técnicos, contudo na modalidade integrada ao ensino médio em tempo integral, com duração de 3 anos.

Essa opção prevista no PDI do *campus* Caucaia (2014 – 2018) trouxe vários benefícios para a comunidade local, mas possui inúmeros desafios, tais como a longa permanência dos estudantes egressos do ensino fundamental II na instituição, que exige maior investimento financeiro e quantitativo de profissionais suficientes, bem como infraestrutura adequada para favorecer o itinerário formativo de seus educandos.

Os desafios financeiros, administrativos e, sobretudo, pedagógicos perpassam pelo processo de implementação desses cursos. Investigar sobre as principais dificuldades a partir das perspectivas dos atores envolvidos com esse novo formato de educação é um tema necessário para contribuir com o direcionamento de ações e representa uma forma de enfrentamento das dificuldades.

A relação educação - trabalho é inerente à educação profissional e essa proximidade é impelida pelas mudanças no mundo do trabalho devido à reestruturação produtiva que exige cada vez mais conhecimentos e competências para “garantir a empregabilidade” e ingressar no mercado de trabalho.

Esse discurso atende a lógica do capitalismo, culpabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso profissional. Os jovens estudantes do ensino profissionalizante, embora inseridos nessa conjuntura, sobretudo os de classes sociais menos favorecidas, precisam concluir a etapa final da educação básica para obter emprego mais rapidamente ou avançar na formação para o nível superior, ou optar pelos dois caminhos.

A relação entre educação e trabalho e as demais dimensões (ciência, tecnologia, cultura) devem propiciar ao estudante do ensino técnico integrado a ressignificação dessas mudanças, sem ignorá-las, numa postura crítica.

Nesse sentido, o currículo é o documento que materializa e norteia a integração numa perspectiva omnilateral de educação e nele estão imbricadas as mudanças socioeconômicas, tecnológicas e culturais para essa perspectiva e é também o currículo

espaço coletivo e pessoal de engajamento político por uma possibilidade de educação que se aproxima mais do que é desejado para os que nela atuam e dela necessitam.

Visando contribuir para melhoria dessa educação, o estudo foi realizado no IFCE *campus* Caucaia em maio de 2017 (semestre 2017.2), com os segmentos de gestores, de técnico-administrativos, de docentes e de discentes do Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica. A pesquisa ocorreu num momento delicado, pois o campus estava com dificuldades para realizar suas atividades, devido ao orçamento insuficiente, momento em que a comunidade acadêmica mobilizou-se, solicitando apoio da Reitoria do IFCE.

A sexta e última questão da investigação solicitou que os participantes indicassem propostas para superar os desafios e dificuldades apresentados anteriormente.

Os resultados obtidos mais significativos acerca da avaliação do processo de implementação dos Cursos Técnicos integrados em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia apresentados pelos estudantes foram a desorganização do processo, devido a infraestrutura insuficiente para a quantidade de alunos ingressantes, sobretudo porque é um curso técnico em tempo integral, exigindo espaços para práticas específicas e a existência de ambientes não somente para estudo e pesquisa, mas também para descanso, lazer, refeição, higiene.

Outros pontos destacados pelos estudantes foram as dificuldades de aprendizagem em um espaço-tempo reduzido, com uma rotina de estudos cansativa; a escassez de recursos financeiros.

Para os servidores, a avaliação do processo de implementação dos Cursos Técnicos integrados em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia ainda ocorre com poucos recursos financeiros e número reduzido de servidores, principalmente os servidores que atendem diretamente às demandas do ensino.

A infraestrutura foi também citada como um desafio a ser superado para atender o aumento do ingresso de alunos. O processo de implementação / criação de cursos previsto no PDI, embora tenha sido democrático, com consulta pública e participação da comunidade acadêmica, para os servidores pesquisados foi um processo acelerado, com pouco apoio da Reitoria do IFCE, e teve um fator complicador: a inexperiência com a modalidade integrada e com a faixa etária, num período de permanência considerável na instituição.

O regime semestral foi assinalado também como um determinante complexo, pois, segundo os participantes, esse modelo restringe o tempo para recuperação paralela, recuperação da aprendizagem, por exemplo. Embora a matriz curricular e as diretrizes do PPC contemplem tempo para essas e outras atividades necessárias para a formação do educando, a

distribuição da carga horária foi apontada como desafio pelos alunos e servidores, além da infraestrutura e limitação orçamentária.

A implementação de cursos técnicos integrados, bem como outras ações, estão previstas na legislação que criou os IF's, por isso investigar o nível de conhecimento dos estudantes sobre essas informações é importante.

Os números constatados na segunda pergunta do questionário sobre essa informação revelam, a partir das respostas dos 17 alunos, o pouquíssimo conhecimento dos discentes sobre o Decreto nº 6.095 de 2007, que permitiu a criação dos Institutos Federais e a Lei nº 11.892 de 2008, que criou a Rede Federal de Educação.

Os resultados foram: 13 alunos não conhecem a legislação, 2 alunos conhecem somente a lei e 2 alunos conhecem somente o decreto, índice baixo, que pode ser melhorado com ações de maior divulgação junto aos estudantes, sobre esses e outros dispositivos jurídicos que tratam do tema.

Essa situação foi apontada pelos servidores, pois entre os 18 servidores as respostas encontradas foram: 13 servidores afirmaram que o nível do conhecimento dos alunos sobre a legislação é “*pouco*”; 1 servidor acredita que os alunos possuem “*bastante*” conhecimento de legislação e 4 servidores assinalaram que os estudantes não possuem nenhuma informação jurídica sobre os IF's.

A terceira indagação, sobre a importância da educação técnica profissional integrada, para ambos os grupos, a inserção no mercado de trabalho e a possibilidade de prosseguir os estudos na mesma área iniciada no curso técnico é o principal destaque, pois a profissionalização para jovens em situação de vulnerabilidade social representa um caminho para melhoria de vida.

Os pontos gerais destacados pelos servidores sobre a importância da educação técnica profissional integrada foram a possibilidade de maior acompanhamento do aluno, o aprimoramento e melhoria do conteúdo da base comum em decorrência da integração, a diminuição da exposição a riscos de envolvimento com criminalidade, com drogas, a elevação da autoestima, além da relevância social.

A importância do IFCE *campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial, pergunta da quarta questão do questionário, constitui, para os estudantes, a realização de atividades de extensão junto à comunidade local; ações voltadas à sociedade do município; a formação para o trabalho movimentando o ciclo econômico com a geração de emprego e renda. Para os servidores essa importância está nas ações sociais a

partir do conhecimento técnico e científico democratizando a ciência e tecnologia em prol de uma educação menos utilitária e mais comprometida socialmente.

No discurso dos participantes, percebemos também que essas ações em benefício do crescimento do *campus* (pesquisa e extensão) poderiam ser maiores, contudo são ameaçadas pelas dificuldades orçamentárias, mencionadas pelos sujeitos da pesquisa, como um entrave para a melhoria da infraestrutura que viabiliza a realização dessas atividades, pontos de estrangulamento que exemplificam os principais desafios e dificuldades provocados pela implementação dos cursos técnicos integrados no IFCE *Campus* Caucaia.

Na quinta pergunta do questionário, as respostas dadas pelos estudantes sobre os desafios e dificuldades foram: 32% das respostas coletadas (13 alunos) assinalaram “Concluir o curso dentro do período previsto”; 30% das respostas (12 alunos) “Sucessivas reprovações”, 23% (9 alunos), “Dificuldade de aprendizagem”; 13% (5 alunos), “Transporte”; 1 aluno (2%), “Condições socioeconômicas para concluir o curso” e 4 alunos, “Outros”.

Os desafios e dificuldades apresentados pelos servidores na mesma questão sobre a implementação / criação dos cursos técnicos integrados em tempo integral no IFCE Caucaia foram de maneira geral os recursos financeiros, infraestrutura e quadro de servidores insuficientes.

A sexta e última questão da pesquisa solicitou que os participantes indicassem propostas para superar os desafios e dificuldades apresentados anteriormente.

Para os alunos, a reorganização da matriz curricular é uma prioridade, pois eles relataram o ritmo intenso da rotina acadêmica de aulas, estudo, atividades, avaliações. Além dessas sugestões, foram apontadas a melhoria da metodologia de ensino, de avaliação, maior acompanhamento acadêmico, buscar maior proximidade família – campus, melhoria no transporte, dialogando com empresas de transporte público municipal, para fornecer esse serviço na localidade do campus.

Essas sugestões também foram reforçadas pelos servidores, além de capacitação docente e dos técnico-administrativos, a proposta de reformulação do PPC, modificando a duração do curso de três para quatro anos, para viabilizar a realização de atividades de pesquisa e extensão, estágio, recuperação da aprendizagem, entre outras atividades.

Outras propostas foram o incentivo para realização de mais atividades culturais e esportivas, de pesquisa e extensão; de estágio para os alunos, bem como dar condições necessárias para reforço nos estudos, com o programa de monitoria (remunerada ou voluntária); organização mais sistemática do atendimento do professor ao aluno; manutenção

do diálogo constante com os gestores municipais; ampliação do ingresso de estudantes; ações que permitiriam um alcance social, econômico e territorial mais significativo.

Essas propostas de ordem administrativas, didático-pedagógicas, orçamentárias são necessárias visando à melhoria do processo de implementação dos cursos técnicos integrados, e, a captação de maior recurso financeiro é fator determinante para realizar muitas delas, mas não é o principal desafio.

O prolongamento ou diminuição do tempo de aulas / atividades acadêmicas do tempo integral somente, não é certeza da (re)solução dos problemas, é uma percepção reducionista, sendo necessário maior diálogo dos segmentos da comunidade acadêmica para planejar ações e mudanças que superem gradativamente as dificuldades e os desafios.

Os objetivos geral e específicos *Analisar a política para a implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica no IFCE campus Caucaia-CE no período de 2016 e 2017; Caracterizar os ordenamentos jurídicos de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os efeitos provocados pelas modificações e implicações na educação profissional, Refletir sobre a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial através da educação profissional e Identificar desafios e dificuldades gerados pela implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Caucaia* foram alcançados.

A política de implementação para o curso investigado a partir da legislação e suas modificações foram analisadas numa perspectiva global a partir das relações entre educação e trabalho, destacando a trajetória da educação profissional e do IFCE, bem como a importância dessa instituição de ensino, com destaque para o IFCE *campus* Caucaia.

A investigação da efetivação da integração do currículo foi analisada à luz das teorias, confrontando o PPC e a realidade percebida pela pesquisadora e pelos participantes da pesquisa.

Os desafios e dificuldades dos segmentos pesquisados foram identificados, as informações centrais foram destacadas, dialogando em suas semelhanças ou divergências, emergindo as principais dificuldades da implementação do curso técnico integrado em Eletroeletrônica.

Outros estudos sobre a educação técnica profissional integrada ao ensino médio no IFCE necessitam ser realizados para contribuir com a melhoria das ações administrativas, didático-pedagógicas e orçamentárias nesse processo que envolve profissionais de diversas áreas e carece de conhecimentos para desenvolver seu trabalho.

Pesquisas são importantes para apropriação do conhecimento e orientação das decisões, sejam pedagógicas ou administrativas, no entanto, a mobilização dos atores desse processo constitui o principal desafio, pois o desenvolvimento da educação no IFCE *campus* Caucaia é responsabilidade de todos e cabe a todos o engajamento nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Elaine Jesus. **Análise da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos Relatórios de Avaliação Institucional da CPA**. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/norte/eixo_3/analise_politica_assistencia_estudantil_unifederal_tocantins.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Georgia Patrícia Guimaraes do; CAVAINAC, Mônica Duarte (Orgs.). Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. In: _____. **Serviço social e educação profissional: uma relação possível e necessária**. Fortaleza: Eduece, 2016.
- ARROYO, Miguel G. Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/380103-Fracasso-sucesso-um-pesadelo-que-perturba-nossos-sonhos.html>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- BONAVERDE, Juan Diaz. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- _____. **Decreto N° 2.208 de 17 de abril de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- _____. **Decreto N° 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- _____. **Decreto N° 6.095 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- _____. **Decreto N° 7566 de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116790/1909_Decreto%20n%C2%BA%207.566_Escola_de_Aprendizes_Art%C3%ADfices_setembro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei de N° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. **Histórico**. 2016b. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 20 set. 2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. **Lei de N° 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm >. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. **Lei de N° 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. **Lei de N° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. **Medida Provisória 746/2016**. 2016c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. **Ministro e reitores vão firmar plano de metas dos institutos federais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/15453-ministro-e-reitores-vaofirmar-plano-de-metas-dos-institutos-federais> >. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB N° 39/2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf >. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2007.

_____. **Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. 2014 – 2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf >. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Educacional 2014 – 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Caucaia**. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1/2004**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro:[s.n.], 2009.

_____. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.** Concepção e diretrizes. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CEARÁ, Assembleia Legislativa. **Cenário atual do complexo industrial e portuário do Pecém.** Fortaleza: INESP, 2013.

CEARÁ, Governo do Estado. **Desenvolvimento Econômico do Ceará: Evidências recentes e Reflexões.** Fortaleza: IPECE, 2014.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da educação profissional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Tabela de áreas do conhecimento.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2017.

CORTESÃO, Luiza. Formas de ensinar, formas de avaliar. Breve análise de práticas correntes de avaliação. In: ABRANTES, Paulo; ARAÚJO, Filomena (Coord.). **Reorganização Curricular do Ensino Básico: Avaliação das Aprendizagens. Das concepções às práticas.** Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2002, p. 37-42.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, v. 5, n. 111, p. 47-70, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a03.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 73-79, 1996. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1275/bibliografia_sugerida.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acesso em: 24 set. 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DEMO, Pedro. Impasse neoliberal. **O público e o privado**, [S.l.], v. 5, n. 6, jul. 2005.

FAIXA DE FRONTEIRA. **Rede Federal: o termo de acordo de metas e compromissos.** Disponível em: <<http://fxdfrenteira.blogspot.com.br/2012/02/o-termo-de-acordo-de-metas-e.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de, et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Fortaleza: Realce Editora & Indústria Gráfica Ltda., 2008.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez: 2004.

FERRETI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 25, n. 59, ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200002>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FERRETTI, Joao Celso. SILVA JUNIOR, Joao dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 5, n. 109, p.43-66, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção estudos culturais em educação).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. p. 67-82, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

FUNDAÇÃO SANTILLANA. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Eliezer Pacheco (Org.). Brasília: Moderna, 2011.

GADELHA, Severina. **Educação profissional com compromisso social: cem anos de uma caminhada singular**. Fortaleza: IFCE, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMANN, Dianete Maria Ragazzan. SZYMANSKI, Maria Lídia Sica. **Conselho de classe: da intenção às ações do pedagogo**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/856-2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Aprovados novos cursos técnicos do IFCE no Pecém**. 2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/aprovados-novos-cursos-tecnicos-do-ifce-no-pecem>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

_____. **Ferramenta IFCE em Números baliza estratégias**. Notícias de destaque. 2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ferramenta-201cifce-em-numeros201d-baliza-estrategias>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Ferramenta “IFCE em números” baliza estratégias.** Disponível em: <<http://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ferramenta-201cifce-em-numeros201d-baliza-estrategias>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

_____. **IFCE e complexo do Pecém estreitam relacionamento.** IFCE Notícias. 2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/ifce-e-complexo-do-pecem-estreitam-relacionamento-1>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **IFCE recebe centro de treinamento no Pecém.** 2015. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/noticias/ifce-recebe-centro-de-treinamento-no-pecem>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. **Polo de inovação.** Disponível em: <<http://ifce.edu.br/polodeinovacao/sobre>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletroeletrônica.** Caucaia, 2012.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil.** Fortaleza, 2015.

_____. **Regulamento da Organização Didática.** Fortaleza, 2015.

_____. **Regulamento da Organização Didática.** Fortaleza, 2016.

_____. **Reitor conversa com os alunos e servidores de Caucaia.** Disponível em: <<http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/reitor-conversa-com-alunos-e-servidores-de-caucaia>>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Servidores do IFCE Caucaia entregam demandas à Reitoria.** Disponível em: <<http://ifce.edu.br/caucaia/noticias/servidores-do-ifce-caucaia-entregam-demandas-a-reitoria-2>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 25, n. 70, abr. 2000.

_____. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, jul./set. 2010.

_____. **Planejamento e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996.

LEON, Fernanda Leite Lopes de. MENESES-FILHO, Naércio Aquino. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico ppe**, [S.l.], v.32, n.3, dez. 2002.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, [S.l.], v. 3 n. 9, p.173- 178, jul./dez. 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACAMBIRA, Junior; ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de (Orgs.). **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016.

MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: UFC, 2003.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, v. 2, 2007.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

NOGUEIRA FILHO, Raul de Souza (Org.). Desenvolvimento e aprendizagem: processo de construção do conhecimento e desenvolvimento mental do indivíduo. In: COLÓQUIO SOBRE DOCÊNCIA PROFISSIONAL E PROEJA DO CEFETAM, 1., 2007 Amazonas, **Anais ... Amazonas: CEFET**, 2007.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PETROBRÁS. **Esclarecimento sobre descontinuidade dos projetos Refinaria Premium I e Premium II**. Fatos e dados. 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/esclarecimento-sobre-descontinuidade-dos-projetos-refinaria-premium-i-e-premium-ii.htm>>. Acesso em: 29 set. 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções a ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POCHMANN, Marcio, et al. **Estado e políticas Sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. 2007. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

RIBEIRO, Marlene. Ensino médio e educação profissional sob relações de hegemonia: terreno perdido ou construção de novas relações? **Educação**, [S.l.], v. 27, n. 1, 2002.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Gestão curricular: fundamentos e práticas**. Ministério da educação: Lisboa, 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra; revisão técnica: Miguel Gonzalez Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade/conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUSA, Antonia de Abreu, OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: UFC, 2014.

SOUSA, Antonia de Abreu. ARRAIS NETO, Enéas. ALBUQUERQUE, José de Paula. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **O mundo do trabalho e a formação crítica**. Fortaleza: UFC, 2012.

SOUSA, Antonia de Abreu. LIMA, Cláudio Ricardo Gomes de Lima. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: UFC, 2011.

SOUSA, Antonia de Abreu. ARRAIS NETO, Enéas. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. BESSA, Maryland (Orgs.). **Educação e formação para o trabalho no Brasil**. Fortaleza: UFC, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. REGATTIERI, Marilza. CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). Brasília: UNESCO, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

APÊNDICES

APÊNCIA A - Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada *A política de implementação dos cursos técnicos integrados no IFCE campus Caucaia-ce: os (des)caminhos e desafios desse processo no Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica*, realizada por Iveline de Souza Lima, que objetiva analisar a administração dos desafios gerados pela implementação das políticas públicas de expansão da educação profissional integrada ao ensino médio no IFCE *campus* Caucaia.

Sua participação na pesquisa é voluntária. Desse modo, você não terá nenhuma despesa nem receberá remuneração. Sua participação se dará por meio de preenchimento de questionário.

Suas informações são de grande relevância, pois contribuirá para a coleta de dados necessários para a concretização dos objetivos desta pesquisa. Os dados colhidos no questionário serão analisados de forma a preservar sua integridade, desse modo, sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo, garantindo assim sua total privacidade. Você terá, ainda, o direito e a liberdade de recusar sua participação na pesquisa sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

CONSENTIMENTO DE INFORMAÇÃO

Eu, _____, declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de mestrado intitulada *A política de implementação dos cursos técnicos integrados no IFCE campus Caucaia-ce: os (des)caminhos e desafios desse processo no Curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica*, realizada pela pesquisadora Iveline de Souza Lima, de maneira clara e detalhada e que compreendi tudo o que me foi informado e esclarecido sobre a minha participação na pesquisa. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não serei remunerado(a) e que posso desistir de participar durante a pesquisa.

Caucaia-CE, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B - Questionário para servidores docentes e técnico-administrativos



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

PESQUISADOR(A): IVELINE DE SOUZA LIMA

ORIENTADOR(A): FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA-CE: OS (DES)CAMINHOS E DESAFIOS DESSE PROCESSO NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ELETROELETRÔNICA

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO: 22 a 26 de maio de 2017

QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

CARGO /FUNÇÃO : _____

SOMENTE PARA DOCENTES
<ul style="list-style-type: none"> • Qual(is) disciplina(s) é(são) ministrada(s) por você? (Informar disciplina e semestre) <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 10px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 10px 0;"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Assinale: É(são) componente(s) curricular(es) da(s) área(s): propedêutica () ou técnica ()
<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo você exerce a função de professor(a)? <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 10px 0;"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo você é docente no IFCE <i>campus</i> Caucaia? <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 10px 0;"/>

1 . Como você avalia o processo de implementação dos Cursos Técnicos integrados em tempo integral no IFCE *campus* Caucaia?

2 . Você acredita que os alunos possuem informações sobre a legislação que trata do processo de criação dos Institutos Federais?

() pouco () bastante () nenhuma

3. Na sua opinião, qual a importância da educação técnica profissional integrada?

4. Como você avalia a importância do IFCE *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial?

5. Quais os principais desafios e dificuldades provocados pela implementação dos cursos técnicos integrados no IFCE *Campus* Caucaia?

6. Indique propostas para superar os desafios e dificuldades apresentados por você na questão anterior.

APÊNDICE C - Questionário aluno



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

PESQUISADOR(A): IVELINE DE SOUZA LIMA

ORIENTADOR(A): FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA-CE: OS (DES)CAMINHOS E DESAFIOS DESSE PROCESSO NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ELETROELETRÔNICA

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO: 22 a 26 de maio de 2017

QUESTIONÁRIO ALUNO

Município / distrito / bairro: _____

Sexo: Feminino () Masculino () - **Idade:** _____

ANO DE INGRESSO: _____

SEMESTRE: _____

1. Como você avalia o processo de criação dos Cursos Técnicos Integrados em tempo integral no IFCE campus Caucaia?

2. Você conhece o Decreto nº 6.095 de 2007, que permitiu a criação dos Institutos Federais e a Lei nº 11.892 de 2008, que criou a Rede Federal de Educação?

Conheço somente o Decreto ()

Conheço somente a Lei ()
Não conheço esses documentos ()

3. Em sua opinião, qual a importância da educação profissional integrada?

4. Como você avalia a importância do IFCE *Campus* Caucaia, como polo para o desenvolvimento social, econômico e territorial?

5. Na sua opinião, quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pelo aluno do curso técnico integrado em Eletroeletrônica para o IFCE *Campus* Caucaia?

Você pode assinalar mais de um item.

- () Concluir o curso dentro do período previsto;
() Sucessivas reprovações;
() Condições socioeconômicas para concluir o curso;
() Transporte;
() Dificuldade de aprendizagem;
() Outros. Utilize o espaço abaixo para registrar outras dificuldades e fazer suas observações.

6. Indique propostas e sugestões para superar os desafios e dificuldades assinalados por você na questão anterior.
